

Plano Territorial Desenvolvimento Rural Sustentável

PROCESSOS DE QUALIFICAÇÃO



“ A planificação abre caminhos ”

Território da Grande Dourados
Mato Grosso do Sul

**Plano
Territorial
Desenvolvimento
Rural
Sustentável**

2011



**TERRITÓRIO DA CIDADANIA
DA GRANDE DOURADOS**



INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Dilma Roussef

MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
Afonso Florence

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
Jerônimo Rodrigues Souza

DELEGADO FEDERAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO EM MS
Celso Arruda

ARTICULADOR ESTADUAL DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL EM MS
Edilson Sarate dos Santos

ASSESSOR TÉCNICO TERRITORIAL

CODETER – TERRITÓRIO DA GRANDE DOURADOS
Denise Soares Padovan

NÚCLEO DIRIGENTE DO COLEGIADO TERRITORIAL

NÚCLEO TÉCNICO DO COLEGIADO TERRITORIAL

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

AESCA	Associação Estadual de Cooperação Agrícola.
ADT-GD	Agência de Desenvolvimento Territorial da Grande Dourados
AGROFUTURO	Projeto Núcleo Piloto de informação e Gestão tecnológica
AMBI	Agua e Matas da Bacia do Ivinhema
APOMS	Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural.
ATEPA	Assistência técnica, extensão e capacitação de pescadores artesanais e aqüicultores familiares.
ATES	Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária.
CAND	Colônia Agrícola Nacional de Dourados
CIAT	Comissão para Implantação das Ações Territoriais.
CIDECO	Consórcio Inter Municipal da Colônia
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.
COOPAER	Cooperativa de Trabalho em Desenvolvimento Rural e Agronegócio.
CPT	Comissão Pastoral da Terra.
EFA	Escola Família Agrícola.
EFAR COAAMS	Escola Família Agrícola Rosalvo Rocha Rodrigues
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura.
FIEMS	Federação das Indústrias do Mato Grosso do Sul.
FUNAI	Fundação Nacional do Índio.
IAGRO	Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal de Mato Grosso do Sul.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística.
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
LET-GD	Laboratório de Estudos Territoriais da Grande Dourados
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário Mato Grosso do Sul
ONG	Organização não Governamental.
PPA	Plano Plurianual de Mato Grosso do Sul.
PRODEGRAN	Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados.
PROINF	Programa de infra estrutura em territórios rurais
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados.
SANESUL	Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul SA.
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial.
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SPG	Sistema Participativo de Garantia
SEPLANCT	Secretaria Estadual de Planejamento e de Ciência e Tecnologia
SEMACE	Secretaria de Estado do Meio Ambiente, do Planejamento e da Ciência e Tecnologia
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
UNIDERP	Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal.
UNIGRAN	Universidade da Grande Dourados.
UR	Unidade de Referência
VABP	Valor Anual da Produção Animal e Vegetal.
VAP	Valor Anual da Produção.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 -	Prefeitos e vice-prefeitos dos municípios do território	19
Tabela 02 -	Resumo com a origem histórica dos municípios que compõem o Território da Grande Dourados, data da fundação e distância da capital do estado.	23
Tabela 03 -	Total de Estabelecimentos, Área e Percentuais de Agricultura Familiar e Não Familiar	31
Tabela 04 -	Localização, tamanho e número de famílias Assentadas da Reforma Agrária no Território da Grande Dourados	34
Tabela 05 -	População indígena nos municípios do Território da Grande Dourados	36
Tabela 06 -	Distribuição do número de hospitais, leitos, postos e ambulatórios de saúde no Território da Grande Dourados – 2010	41
Tabela 07 -	Número de escolas e salas de aulas de educação básica nos municípios do Território da Grande Dourados	42
Tabela 08 -	Estabelecimentos empresariais da Grande Dourados. – 2010	54
Tabela 09 -	Participação do PIB - Agropecuária, serviços e indústria dos municípios do território + PIB per capita	55
Tabela 10 -	Produção de grãos (milho, soja, arroz, algodão, feijão, sorgo e trigo), cana-de-açúcar e mandioca no Território da Grande Dourados	57
Tabela 11 -	Produção pecuária - bovinos, suínos, ovinos, aves e equinos no Território da Grande Dourados	58
Tabela 12 -	Produção de leite no território 2009	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Resumo da condição de vegetação, solos, clima e principais rios dos municípios do Território da Grande Dourados	49
Quadro 02 - Instituições citadas pelo colegiado territorial presentes no território	63
Quadro 03 - Instituições de crédito no território Grande Dourados	67
Quadro 04 - Resumo dos projetos do PROINF investimento no território da Grande Dourados 2003 a 2010	71
Quadro 05 - Resumo dos projetos do PROINF investimento no território da Grande Dourados 1997 a 2008	72
Quadro 06 - Informações sobre Unidades de Referência em tecnologias de produção leiteira	85
Quadro 07 - Pontos fortes e fracos do território segundo atores territoriais	110

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 -	Localização da ocorrência natural dos ervais no sul de Mato Grosso do Sul	20
Mapa 02 -	Assinala as terras originalmente ocupadas pelas etnias Guarani Kaiowá	20
Mapa 03 -	Localização do Território da Grande Dourados	24
Mapa 04 -	Localização das aldeias indígenas no Território da Grande Dourados	36
Mapa 05 -	Mapa de localização do parque estadual - 58% de sua área encontra-se no Território da Grande Dourados	47
Mapa 06 -	Regiões de Planejamento do Estado de Mato Grosso do Sul	53

LISTA DE FOTOS

Foto 01 -	Planta de erva mate – Ilex paraguaiensis	21
Foto 02 -	Monumento marco da CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados	22
Foto 03 -	Modelo das primeiras casas da colônia (CAND)	22
Foto 04 -	Paisagem típica em áreas de pastagens no Território da Grande Dourados	25
Fotos 05, 06, 07 -	Fotos de produtos produzidos pelo Grupo indígena GUATÉ de Dourados MS	38
Foto 08 -	Família Quilombola	39
Foto 09 -	Centro comunitário construído com recursos do Programa Brasil Quilombola	40
Foto 10 -	Rio Amambai na divisa dos municípios de Juti com Amambai	44
Foto 11 -	Lavoura de soja	45
Foto 12 -	Lavoura de cana-de-açúcar	45
Foto 13 -	Pastagens degradadas são situações comuns	46
Foto 14 -	Ilhas e várzeas do Rio Ivinhema	47
Foto 15 -	Viveiro de mudas nativas no município de Jateí MS	48
Foto 17 -	Rebanho leiteiro no território da Grande Dourados	60
Foto 18 -	Integrantes do colegiado territorial deliberando projetos do PROINF investimento	69
Foto 19 -	Resfriador de leite – Cadeia produtiva do leite	70
Foto 20 -	Veículo utilitário para apoiar a cadeia produtiva da apicultura	70
Foto 21 -	Veículo de apoio ao Laboratório de Estudos Territoriais da Grande Dourados	70
Foto 22 -	Equipamentos do Laboratório de Estudos Territoriais da Grande Dourados	70
Foto 23 e 24 -	Câmara fria e equipamentos para o projeto da central de coleta e armazenamento de sementes de espécies nativas regionais. (Projeto Ambiental)	71
Foto 25 -	Capa do projeto de criação da identidade territorial da Grande Dourados	78
Foto 26 -	Ilustrativa do rebanho leiteiro local	82
Foto 27 -	Discussão em grupo sobre tecnologias inovadoras para a cadeia produtiva do leite	86
Foto 28 -	Sede da AAPIRB	88
Foto 29 -	Equipamentos de envasamento de mel	88
Foto 30 -	Foto de atividade educativa realizada pela APOMS	97
Foto 31 -	Atividades com Alunos da EFAR COAMS e a comunidade Externa	99
99Foto 32 -	Acadêmicos do curso superior tecnológico em agroecologia ano de 2010	101

Foto 33 -	Veículo de suporte as atividades do LET-GD	103
Foto 34 -	Equipamentos do LET-GD	104
Foto 35 -	Foto da capa do estudo técnico de criação da identidade visual para acesso a mercados para o artesanato indígena do território da Grande Dourados	104

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 -	Proporcionalidade entre as áreas territorializadas e não territorializadas no Estado de Mato Grosso do Sul	24
Gráfico 02 -	Distribuição espacial entre os municípios do território da Grande Dourados	24
Gráfico 03 -	População, extensão territorial e densidade demográfica do Território da Grande Dourados	26
Gráfico 04 -	Taxas de crescimento populacional entre 2000 e 2010	26
Gráfico 05 -	Relação urbano/rural no Território da Grande Dourados	28
Gráfico 06 -	IDH-M médio do Território da Grande Dourados	30
Gráfico 07 -	Porcentagem dos estabelecimentos agropecuários com áreas menores que 50 ha no Território da Grande Dourados	32

SUMÁRIO

1.0	APRESENTAÇÃO	15
2.0	CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	20
2.1	Identidade	20
2.2	Localização e Demografia	24
2.3	IDH – Índice de Desenvolvimento Humano	30
3.0	CARACTERÍSTICAS SÓCIO-CULTURAL	31
3.1	Agricultura Familiar	31
3.2	Assentamentos da Reforma Agrária	33
3.3	Comunidades indígenas	35
3.4	Comunidade Quilombola – Dezidério Felipe de Oliveira	38
3.5	Situação da Saúde no Território	40
3.6	Educação básica no Território da Grande Dourados	41
4.0	DIMENSÃO AMBIENTAL	44
4.1	Parque Estadual da várzeas do Rio Ivinhema	46
4.2	Características geoambientais	49
5.0	DIMENSÃO SÓCIO ECÔNOMICA DO TERRITÓRIO DA GRANDE DOURADOS	53
5.1	Regionalização segundo o governo do estado de MS	53
5.2	PIB - Produto interno Bruto do Território da Grande Dourados	55
5.3	Análise do setor agropecuário no Território da Grande Dourados	56
5.3.1	Setor empresarial privado e cooperativo no Território da Grande Dourados	56
5.3.2	Produção de grãos no Território da Grande Dourados	57
5.3.3	Produção pecuária no Território da Grande Dourados	58
5.3.3.1	Produção leite no Território da Grande Dourados	60
5.4	Organizações e Serviços de Apoio à Agricultura Familiar no Território da Grande Dourados	61
5.5	Instituições de crédito no Território da Grande Dourados	67
6.0	PROINF – INVESTIMENTO	68
7.0	ALGUMAS INICIATIVAS IMPORTANTES NO TERRITÓRIO DA GRANDE DOURADOS	77
7.1	Construção de identidade no Território da Grande Dourados	77
7.1.1	ADT-GD Agência de Desenvolvimento Territorial da Grande Dourados	77
7.1.2	A importância do Selo de Identidade adesivo para produtos	79

7.2	Desenvolvimento de Cadeias produtivas territoriais	80
7.2.1	Cadeia produtiva do leite	80
7.2.1.1	APL do leite de Glória de Dourados e região	81
7.2.1.2	Unidades-Referência (URs) – Produção de leite	83
7.2.1.3	Edital ATER - LEITE / MDA - Território da Cidadania	85
7.2.2	Cadeia Produtiva da Apicultura – O caso da AAPIRB	86
7.2.3	Cadeia Produtiva da Piscicultura	88
7.2.3.1	Plano Estratégico de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Pescado no Território da Grande Dourados	89
7.2.3.1	ATEPA - Assistência técnica, extensão e capacitação de pescadores artesanais e aqüicultores familiares	91
7.2.4	Questões ambientais	92
7.2.4.1	AMBI águas e matas da bacia do Ivinhema – Projeto de Gestão de Bacias Hidrográficas no Território da Grande Dourados/MS	94
7.2.4.2	Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema	95
7.2.5	Cadeia Produtiva Agroecologia e Comércio Justo e Solidário	95
7.2.5.1	APOMS - Associação dos Produtores Orgânicos de MS	96
7.3	Educação do Campo	98
7.3.1	EFAR COAMS - Escola Família Agrícola Rosalvo Rocha Rodrigues	98
7.3.2	Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia	99
7.3.3	Cursos de Educação do Campo, Ciências Sociais e Licenciatura Indígena	101
7.3.4	Laboratório de Estudos Territoriais da Grande Dourados (LET-GD)	102
7.4	Produção indígena no contexto do território da Grande Dourados	103
7.5	PROJETO AGROFUTURO - Núcleos Piloto de Informação e Gestão Tecnológica para a Agricultura Familiar – Território da Grande Dourados.	105
8.0	ANÁLISE SISTÊMICA DO TERRITÓRIO DA GRANDE DOURADOS	107
8.1	Oportunidades/potenciais & Ameaças	107
8.1.1	Oportunidades/potenciais	107
8.1.2	Ameaças	109
9.0	VISÃO DE FUTURO DO TERRITÓRIO DA GRANDE DOURADOS	112
9.1	Critérios elencados na construção da Visão de Futuro do Território da Grande Dourados	113
9.2	Eixos aglutinadores	116
9.2.1	Eixo Ambiental	116
9.2.1.1	Programa 1 - Zoneamento sócio-econômico e Ecológico	116
9.2.1.2	Programa 2 - Proteção e recuperação dos recursos naturais	117

	9.2.1.3 Programa 3 - Educação Ambiental	118
	9.2.1.4 Programa 4 - Agroecologia e Comércio Justo e Solidário	119
	9.2.1.5 Programa 5 - Rede Mercadológica Alternativa	120
9.2.2	Eixo Sócio Cultural	121
	9.2.2.1 Programa 1 - Gestão Territorial e Organização Social	122
	9.2.2.2 Programa 2 – Educação	123
	9.2.2. 3 Programa 3 - Saúde e Saneamento	125
	9.2.2. 4 Programa 4 – Habitação	125
	9.2.2. 5 Programa 5 - Cultura.e Lazer	126
9.2.3	Eixo Econômico	126
	9.2.3. 1 Programa 1 -Melhoria da capacidade de produção	126
	9.2.3. 2 Programa 2 - Infra-estrutura de Produção	127
	9.2.3. 3 Programa 3 - Verticalização da produção	128
	9.2.3. 4 Programa 4 - Fomento das atividades não agrícolas	130
	9.2.3. 5 Programa 5 – Indígenas e Quilombolas	131
10	PASSOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PTDRS	133
	10.1 Mobilização Social	133
	10.2 Mobilização Política	133
	10.3 Operacionais e Administrativas	133
11	GESTÃO DO PTDRS	134
	11.1 Composição do Sistema de Gestão do PTDRS	134
	11.1.1 Plenária	134
	11.1.2 Câmaras Temáticas	137
	11.1.3 Núcleo Técnico	138
	11.1.4 Núcleo Diretivo	138
	11.1.5 Coordenação do Colegiado	139
	11.1.6 Sub-coordenação do PTDRS	139
	11.2 Divulgação e empoderamento do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável	142
12	DATA E LOCAL	143

1

APRESENTAÇÃO

O Território da Grande Dourados é composto por doze municípios: Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Rio Brillhante, Vicentina, Juti e Nova Alvorada do Sul. Situado no Centro Sul do estado e faz divisas com os Territórios do Cone Sul, do Vale do Ivinhema e Território da Reforma.

Os municípios que o formam estão ligados a região administrativa do governo do estado de Mato Grosso do Sul que é a Grande Dourados, exceção aos municípios de Nova Alvorada do Sul e Juti que estão nas regiões administrativas estaduais de Campo Grande e do Cone Sul respectivamente.

Dourados é o município pólo do Território da Grande Dourados. Recentemente após diversas discussões em nível territorial. Houve a iniciativa da criação de um Consórcio Intermunicipal chamado de CIDECO (Consórcio Intermunicipal da Colonia) integrados pelos municípios de Glória de Dourados, vicentina, Jateí, Deodápolis, Angélica, Ivinhema e Novo Horizonte do Sul.

Segundo dados do Censo Demográfico de 2010, o Território da Grande Dourados possui uma população de 352.056 habitantes e uma densidade demográfica de 17,90 habitantes por quilômetro quadrado. Esse número, superior aos 6,86 hab./Km² do estado de Mato Grosso do Sul, é, no entanto, fortemente influenciado pelos números de apenas um município: Dourados que tem 196.068 habitantes, ou seja, 56% da população total do território, e densidade demográfica de 47,98 hab./Km². O município de Fátima do Sul, mesmo tendo apenas 19.024 habitantes (5% da população total do território), apresenta uma densidade demográfica de 60,35 hab./Km² a maior densidade demográfica do território.

Do total oito municípios têm população inferior a vinte mil habitantes, três municípios tem entre 20 e 30 mil habitantes e o município pólo Dourados conta com 196.024 habitantes. O município menos populoso é Jateí com 4.017 habitantes. Ou seja, mesmo tendo como pólo um município tipicamente urbano (Dourados, com mais de cem mil habitantes e densidade demográfica de 47,98 habitantes por quilometro quadrado), o Território da Grande Dourados como um todo precisa ser considerado rural e para tanto deve ser proposto um plano desenvolvimento que considere as inter relações urbano-rurais internas e as diferenças e os desequilíbrios existentes dentro dos municípios e entre eles. Por isso, a qualificação deste Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável tem como objetivo principal promover o desenvolvimento territorial com igualdade e inclusão social, considerando as dimensões

da sustentabilidade (econômica, social e ambiental). Sempre tendo como base as diretrizes das políticas públicas do Governo Federal voltadas ao desenvolvimento rural, o Plano tem como foco primário as demandas da Agricultura Familiar (Conceito do MDA – agricultores, assentados, quilombolas e pescadores artesanais). Tenta contemplar os princípios da agroecologia, a participação popular e a inclusão social são consideradas condições indispensáveis à consecução do objetivo posto.

Assim, este PTDRS QUALIFICADO em 2011, se pauta em diferentes dimensões do desenvolvimento: i) Dimensão Sociocultural e Educacional: equidade social, através da intensa participação dos cidadãos nas estruturas do poder; ii) Dimensão Ambiental: compreensão do meio ambiente como ativo de desenvolvimento, considerando o princípio da sustentabilidade ecológica, enfatizando o conceito de gestão da base de recursos naturais; iii) Dimensão Socioeconômica: alcançar resultados econômicos com níveis de eficiência através da capacidade de usar e articular recursos territoriais específicos para gerar oportunidades de trabalho e renda.

O público beneficiário prioritário dos projetos a serem empreendidos e apoiados constitui-se de 54.532 habitantes que residem no meio Rural do território.

Nesta versão do Plano priorizou-se o aprimorar o diagnóstico territorial, considerando as dimensões sócio-cultural, político-institucional, ambiental e econômica. Os principais eixos e programas elaborados anteriormente foram mantidos, mas observados a necessidade de que em processos de planejamento futuros deverão ser retomados e reajustados, já que servem de referência para a elaboração dos projetos de desenvolvimento e, conseqüentemente, para a aplicação de recursos financeiros.

Procurou-se levantar uma série de questões para que os atores sociais possam ter o PTDRS como base para um processo de continuo aprofundamento a fim de que, a partir de oficinas territoriais analisem e discutam o documento, para que o Plano se configure num processo de construção territorial continuo.

Ainda nos dias atuais o sentimento de pertencimento e a construção de sua própria identidade é um processo em andamento, no Território da Grande Dourados, muito devido a seu recente histórico de ocupação ligado a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) quando nas décadas de 40 e 50 carregou para a região imigrantes de diversas regiões do Brasil e também de outros países, ocasionando um miscigenação de culturas e costumes.

E é em meio a este processo histórico em formação, que o Território pensa e constrói o seu futuro. Em um mercado que se segmenta, parece ser possível recuperar e valorizar o conhecimento endógeno, do saber-fazer dos homens e mulheres da região, para buscar um posicionamento baseado na diferenciação de produtos e na valorização da origem (o próprio território e sua reputação), da procedência (a Agricultura Familiar) e do tipo de produção (tradicional, ecológico ou orgânico) que eles têm.

Constata-se um aumento significativo das populações nos municípios do território (exceção ao município de Glória de Dourados onde se observa se uma pequena retração) que compõem o Território. Destaque para o município de Nova Alvorada do Sul que em 10 anos teve sua população ampliada em 60%, e o município pólo de Dourados que já próximo dos 200 mil habitantes figura como o segundo mais populoso do estado.

É preciso que os atores sociais identifiquem as reais causas destes movimentos migratórios discutam propostas para aumentar a atratividade para o público da Agricultura Familiar. A questão fundamental a ser pensada é de como, a partir de um enfoque territorial e de uma visão sistêmica, será possível estabelecer sinergias entre as diversas sub-áreas internas, de forma a ter a necessária reversão das perspectivas atuais de esvaziamento social.

Ao mesmo tempo, em termos absolutos, todos os municípios do território ganharam população urbana e perderam população rural, levando ao crescimento da participação relativa da população considerada urbana. No Território da Grande Dourados, somente o município de Jatei tem sua população rural maior que a urbana tendo sua taxa de urbanização de 46,58%. No município de Dourados a taxa de urbanização é de 92,36%.

É importante que as lideranças do Território da Grande Dourados possam refletir criticamente sobre esses dados e o seu significado. Esses dados são suficientes para fomentar um debate entre os atores sociais do Território, que conhecem de perto os fluxos internos nos municípios, as migrações intra-território e a emigração para outras regiões do estado ou do país, sobre a noção e as perspectivas dessa urbanização. Os deslocamentos populacionais precisam ser observados sob a ótica das suas causas, e se os investimentos (ou a ausência de) em infra-estrutura e serviços (educação, saúde, comunicação, lazer, cultura etc.) tem acontecido a contento nos diversos municípios do território e em sua totalidade (rural/urbano).

Da mesma forma, é necessário confrontá-los com as dinâmicas econômico-produtivas em curso. De um lado pode se observar a diminuição da capacidade produtiva dos recursos naturais devido ao uso ainda irracional de algumas tecnologias produtivas havendo uma migração das atividades agrícolas para a pecuária em boa parte do território; de outro lado o fenômeno da expansão da monocultura da cana-de-açúcar (setor sucro-alcooleiro) no território tem modificado a dinâmica de alguns municípios.

Nesse quadro, afigura-se como importante considerar as sucessivas dificuldades ambientais e econômicas por que passa a produção agropecuária. Um debate profundo sobre o padrão técnico adotado na produção vegetal e na criação animal e, de forma mais ampla, sobre o modelo de desenvolvimento praticado no território precisa ser urgentemente realizado.

É importante fortalecer a produção local e vincular à sua história da colonização do território. Para isso, os atores sociais precisam considerar a retomada de debates já realizados sobre estratégias de diferenciação do produto, valorizando a sua origem e procedência (Agricultura Familiar).

Com relação às culturas permanentes, é necessário pensar no papel que elas podem ter na diversificação dos estabelecimentos rurais e em políticas de agregação de valor. Alguns exemplos têm acontecido com o caso da cultura da goiaba em Itaporã e do café orgânico em Glória de Dourados.

No que se refere à agregação de valor pela verticalização da produção, as experiências e aprendizagens existentes no território não podem ser ignoradas. Ao contrário, elas precisam ser consideradas relevantes na construção de estratégias sustentáveis para o território. Devem ser levados em conta, também, os esforços para conversão ao sistema orgânico ou à produção de leite à base de pasto por meio do sistema de pastoreio rotativo. Identificar, valorizar e aprender com essas iniciativas pode ser um bom ponto de partida para refletir sobre o futuro do território, se o desejo for de mantê-lo vivo cultural e socialmente.

Outras experiências em andamento no território precisam ser mais bem estudadas de forma a potencializar seu alcance; neste item podemos citar as ações desenvolvidas pela AAPIRB em Rio Brillante no gerenciamento da Central Territorial de envasamento de mel; do Sítio Escola de Educação ambiental no município de Jateí, onde está sendo instalada a Central de Coleta, Armazenamento e Germinação de espécies nativas; a criação do Curso Superior Tecnológico em Agroecologia pela UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul) em Glória de Dourados; os processos em curso para a solidificação da agroecologia no estado de MS coordenado pela APOMS com sede em Glória de Dourados; e a vinda da Escola Família Agrícola para o Território no município de Nova Alvorada do Sul com importante atividades sendo coordenada pela COAAMS.

O fortalecimento da cadeia produtiva da piscicultura também foi alvo de um esforço coletivo visando estruturar a Câmara Temática da Aquicultura e Pesca no território com a construção de diversos projetos em rede.

Além disso, é necessário pensar em ocupações e empreendimentos rurais não agrícolas como uma forma de viabilizar a própria Agricultura Familiar e, por extensão, o território. A questão fundamental é verificar se estão sendo propostas e ou efetivadas políticas e projetos voltados ao aumento da atratividade destes municípios, especialmente na perspectiva dos jovens e das mulheres.

O mais importante é o fortalecimento do capital social do território porque a confiança, a cooperação, a solidariedade e a responsabilidade social, juntamente com o sentimento de pertencimento, são os pilares do desenvolvimento territorial sustentável.

MUNICÍPIO	PREFEITO	VICE-PREFEITO	E-MAIL
Caarapó	Mateus Palma de Farias	Marinalva de Souza Farias da Costa	prefeitura@caarapo.ms.gov.br
Deodápolis	Manoel José Martins	Valmir de Lima Manoel	gabpdodapolis@yahoo.com.br
Douradina	Darcy Freire	José Ailton de Souza Nunes	www.douradina.ms.gov.br
Dourados	Murilo Zauith		gabinetepmd@yahoo.com.br
Fátima do Sul	Ilda Salgado Machado	José Caciano de Oliveira	fatimadosul@brturbo.com.br
Glória de Dourados	Arceno Athas Júnior	Geraldo Denadai	contato@gloriadedourados.ms.gov.br
Itaporã	Marcos Antonio Paco	Francelize da Costa Cordeiro	prefeitura@itapora.ms.gov.br
Jateí	Ailson Nascimento Targino	José Pereira da Silva	semad@jatei.ms.gov.br
Juti	Ricardo Justino Lopes	Izabel Cristina Rodrigues	pmjuti@terra.com.br
Nova Alvorada do Sul	Arlei da Silva Barbosa	Carlos Adriano Fissel Ferrugem	prefeituras@hotmail.com
Rio Brilhante	Donato Lopes da Silva	Tania Mara Martins Cerveira de Castro	gabinete@riobrilhante.ms.gov.br
Vicentina	Marcos Benedetti Hermenegildo	Helio Tshiti Sato	pmvicentina@vicentina.ms.gov.br

Tabela 01 – Prefeitos e vice-prefeitos dos municípios do território

Outros municípios do território tiveram origem influenciada também no ciclo da erva mate como é o caso de Juti fundada entre os anos de 1912 e 1915, por influencia do progresso da extração da erva-mate, vegetação típica e natural da região, ou cientificamente conhecida como; *Ilex paraguayensis*. A partir de 1920, a vila cresceu assustadoramente, a ponto de se tornar o maior centro comercial da Região, com exceção da Campanário, chegando a ter em média, 2.500 casas, entre residências e casas comerciais.

Os ervais nativos estendiam-se desde a foz do rio Pardo no rio Paraná, por este até sete quedas, percorrendo alinha de fronteira com o Paraguai até Ponta Porã e pela serra de Maracajú até os limites atuais do município de Sidrolândia, daí pelo rio Pardo até sua foz no rio Paraná.

Na época atual, trabalhos vem sendo feito para recuperar a cultura da erva-mate como alternativa de exploração econômica na região. Destacam se iniciativas nos municípios de Ponta Porã, e em alguns municípios do Cone sul do estado.

Já o município de Dourados tem sua história com a fundação em 10 de maio de 1.861, da Colônia Militar de Dourados, sob o comando de Antônio João Ribeiro, quando ocorreu a invasão paraguaia. Por este fato, a região tornou-se lendária.

Foto 01 No final do século XIX vieram para Mato Grosso, algumas famílias originárias dos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo em busca de novas terras no oeste do país. Dado o acentuado progresso verificado na região e pelas notícias sobre a fertilidade da terra, aluíram novos colonizadores em demanda da exploração dos extensos ervais nativos impulsionado pela ação da Companhia Mate Laranjeira S/A, que deteve o monopólio da exploração dos ervais em toda a região, entre os anos de 1882 e 1924, destacou-se também o desenvolvimento da cultura pastoril.

A Colônia Federal Agrícola de Dourados (CAND), criada pelo Decreto nº. 5.941 de 28 de outubro de 1943 a partir de uma iniciativa do Governo Federal que visava a colonização da fronteira com o Paraguai foi exemplo importante de reforma agrária no Brasil. Transformou-se em poucos anos no centro dinâmico da região, recebendo migrantes de todas as partes do Brasil, com destaque para os nordestinos que ali se instalaram em 1943, dando



A planta de erva mate (*Ilex paraguayensis*) é um arbusto da qual se extrai as folhas e ramos finos para se fazer a bebida conhecida como tereré (frio) ou chimarrão (quente)

importante contribuição para o crescimento de Dourados e de outras cidades do território surgidas com base no sucesso empresarial da colônia. Frutos da CAND, foram criados os municípios de Fátima do Sul, Vicentina, Jateí, Glória de Dourados e Deodápolis.



Foto 02



Foto 03

O monumento marco da CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados) encontra-se fincado no Distrito de Indápolis (Dourados), bem como ainda pode se ver modelos das primeiras casas que serviu de apoio a equipe responsável pela implantação da Colônia.

Nos anos cinqüenta e sessenta atraídos pelo preço e a fertilidade das terras, agricultores do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e de São Paulo, com capital e bom nível de conhecimento técnico, estabeleceram-se na região contribuindo para a modernização da agricultura e da pecuária.

Nos anos setenta e oitenta, a região da Grande Dourados apresentou um vigoroso crescimento econômico estimulado pelos programas federais de apoio à modernização no campo, destacando-se, entre eles, o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados POLOCENTRO e o Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados - PRODEGRAN, ambos voltados para modernizar a agricultura da região.

A região da Grande Dourados experimentou rápido crescimento econômico ancorado na exploração da grande lavoura (soja, milho e trigo) e na exploração da pecuária. Os índices utilizados para medir o desenvolvimento social indicam claramente o recente processo de desenvolvimento que os municípios da região da Grande Dourados viveram.

Em um período de trinta anos, a economia regional transformou-se em importante referência no país, calcada na produção de grãos e da pecuária. Esse processo, no fundamental, ao mesmo tempo em que gerava emprego e renda, provocava fortes danos ao meio ambiente. Em decorrência disso, parcelas importantes das terras estão degradadas, rios antes caudalosos estão assoreados, restando pouco da cobertura vegetal e da fauna regional até então exuberante.

O último município a se integrar ao território da Grande Dourados, foi Nova Alvorada do Sul, conhecido como "Entroncamento", ou seja, um ponto de encontro dos caminhos e culturas advindos de outras regiões que fazem parte da rota por meio da BR 267 e BR 163; caminhos estes que interligam a capital, Campo Grande, Região da Grande Dourados,

Países do Mercosul, Região do Pantanal e aos Estados fronteiriços de Mato Grosso do Sul.

Abaixo encontramos um quadro resumo onde podemos observar a origem histórica dos municípios que compõem o Território da Grande Dourados, onde se observa destaque para o ciclo da erva-mate e a Colônia Agrícola Nacional de Dourados no surgimento de municípios.

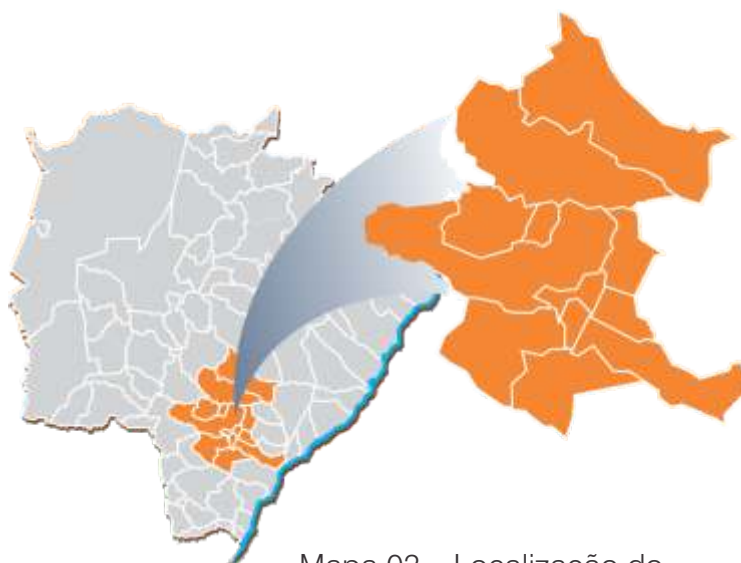
Tabela 02 - resumo com a origem histórica dos municípios que compõem o Território da Grande Dourados, data da fundação e distância da capital do estado.

MUNICÍPIO	ORIGEM	DATA DE CRIAÇÃO	DIST. DA CAPITAL
1 Nova Alvorada do sul	Rio Brilhante	16/12/1991	100 km
2 Rio Brilhante	Ciclo erva-mate	26/09/1929	150 km
3 Itaporã	Decreto Estadual	10/12/1953	231 km
4 Douradina	Colônia Federal de Dourados	12/05/1980	185 km
5 Dourados	Cj r Āř Ā ■ □ { ŧ l'j ■ óLó	20/12/1925	214 km
6 Deodápolis	Colônia Federal de Dourados	13/05/1973	245 km
7 Fátima do Sul	Colônia Federal de Dourados	11/12/1963	232 km
8 Caarapó	Cia. Mate Laranjeiras	20/12/1958	264 km
9 Vicentina	Município de Fátima do Sul	20/06/1987	241 km
10 Glória de Dourados	Colônia Federal de Dourados	11/11/1963	263 km
11 Jateí	Colônia Federal de Dourados	11/11/1963	248 km
12 Juti	Município de Caarapó	14/12/1987	302 km

Fonte: pesquisa e elaboração do autor

2.2 Localização e Demografia

O território da Grande Dourados, está localizado na região centro sul do estado de Mato Grosso do Sul, possui um área territorial de 21.329 km² distribuídos pelos seus doze municípios componentes, isto equivale a apenas 6% da área territorial do estado. O município com maior área territorial é Dourados com 4.086 km² e a menor extensão territorial fica com o município de Douradina com 280 km².

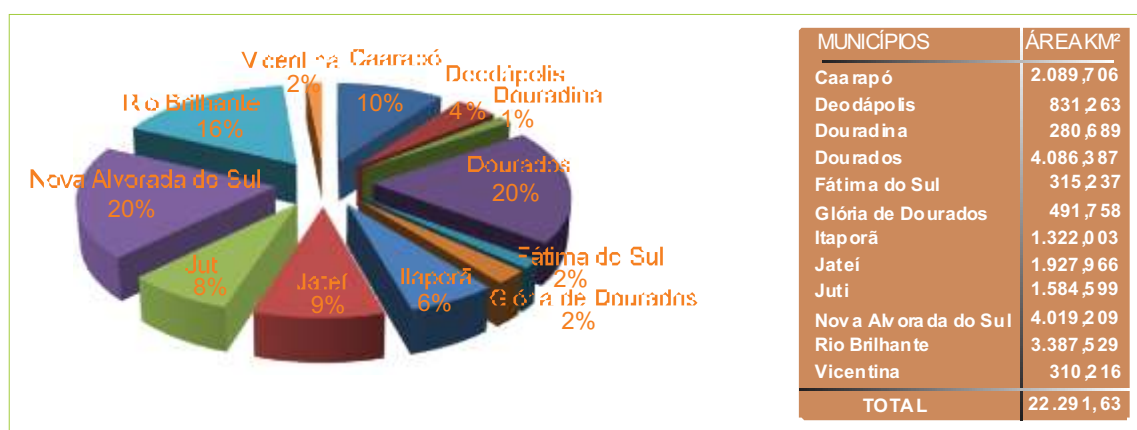


Mapa 03 – Localização do Território da Grande Dourados

Gráfico 01 - Proporcionalidade entre as áreas territorializadas e não territorializadas no Estado de Mato Grosso do Sul



Gráfico 02 - Distribuição espacial entre os municípios do território da Grande Dourados



Fonte: SEMAC/MS

A Região possui relevo predominantemente plano, geralmente elaborado por várias fases de retomada erosiva. A altimetria varia de 300 a 600m, constituídas por rochas basálticas da formação Serra Geral e Caiuá (Grupo São Bento). Recoberto por Latossolo Roxo, Vermelho-escuro e outros em menor proporção, tem indicação de algumas áreas para lavoura.



Foto 04 - Paisagem típica em áreas de pastagens no Território da Grande Dourados

O clima da região apresenta-se úmido e úmido a sub-úmido, com temperaturas médias oscilando em torno de 23° e pluviosidade anual variando de 1.200 a 1.400mm

Segundo dados do Censo Demográfico de 2010, o Território da Grande Dourados possui uma população de 352.056 habitantes e uma densidade demográfica de 16,50 habitantes por quilômetro quadrado. Esse número, superior aos 6,86 hab./Km² do estado de Mato Grosso do Sul, é, no entanto, fortemente influenciado pelos dados de apenas um município: Dourados que tem 196.068 habitantes, ou seja, 55,69% da população total do território, a densidade demográfica do município de Dourados é de 47,98 hab./Km². O município de Jatei com 4.017 habitantes é o menos populoso, e como possui uma área territorial de 1.927,97 km² o que resulta numa densidade demográfica de apenas 2,08 hab/km².

Cinco dos municípios do território têm populações menores que dez mil habitantes, seis municípios tem entre 10 e 30 mil habitantes, ou seja, mesmo tendo como pólo um município tipicamente urbano (Dourados, com quase duzentos mil habitantes e densidade demográfica de 47,98 habitantes por quilometro quadrado), o Território da Grande Dourados como um todo ainda é considerado rural.

GRÁFICO 03 - população, extensão territorial e densidade demográfica do Território da Grande Dourados

Município	População	Extensão Territorial (km ²)	Densidade demográfica (hab/km ²)
FMMD	25.763	2.089,71	12,33
Deodápolis	12.131	831,26	14,59
Douradina	5.365	280,69	19,11
Dourados	196.068	4.086	47,98
Fátima do Sul	19.024	315	60,35
Glória de Dourados	9.928	492	20,19
Itaporã	20.879	1.322,00	15,79
Jateí	4.017	1.927,97	2,08
Juti	5.900	1.584,60	3,72
Nova alvorada do Sul	16.433	4.019,21	4,09
Rio Brilhante	30.647	3.988	7,69
Vicentina	5.901	310,22	19,02

Fonte: SEMAC/MS

A maioria dos municípios viu sua população crescer; apenas tres municípios o de Glória de Dourados, Fátima do Sul e Jateí tiveram uma pequena redução no período. O município pólo Dourados viu sua população ampliar em 31.119 habitantes entre os anos de 2000 a 2010.

É preciso que os atores sociais locais reflitam sobre os processos demográficos que estão acontecendo no território.

Há uma tendência a considerar que os municípios menos populosos tendem a ter um maior esvaziamento relativo. A princípio, a falta de infraestrutur e de atratividade explicariam automaticamente o êxodo desses lugares.

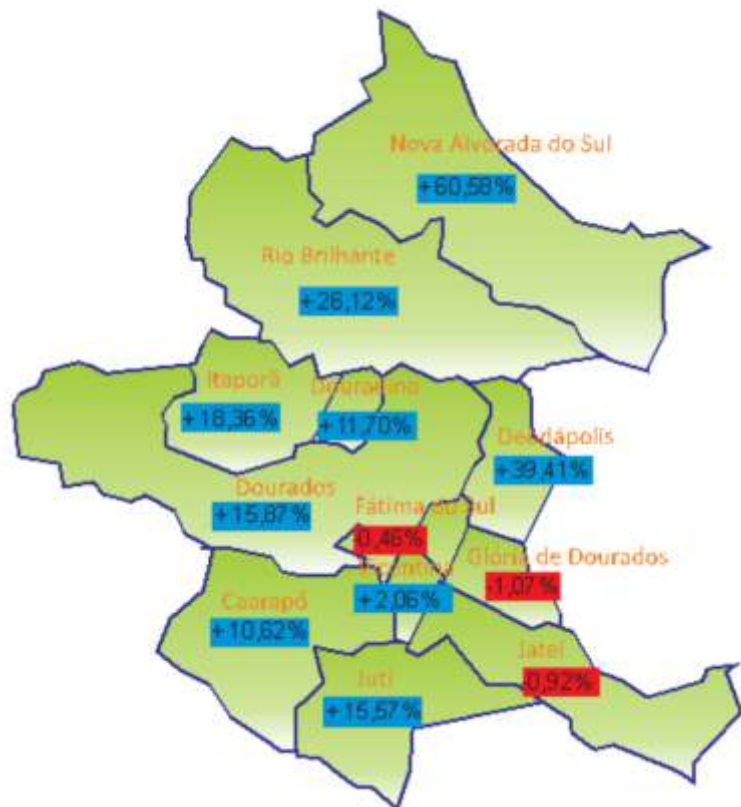


Gráfico 04 - Taxas de crescimento populacional entre 2000 e 2010.

No caso do Território da Grande Dourados a de se considerar outro fator que tem sido fundamental para explicar o movimento populacional no território na última década. O fator que tem se verificado nos últimos anos diz respeito a expansão da monocultura da cana-de-açúcar e dos empreendimentos do setor sucro-alcóoleiro. O município de Nova Alvorada do Sul por exemplo teve sua população ampliada em 39,41% devido a instalação de 3 usinas de álcool em sua área territorial; bem como o crescimento verificados nos municípios de Vicentina, Rio Brilhante, Caarapo e Deodápolis. No entanto, há ainda que se os reais impactos deste aumento populacional.

Preocupados com esta realidade nada favorável para a Agricultura Familiar, a estrutura colegiada encomendou um estudo socioeconômico e ambiental para medir as influências deste processo que tem se verificado nos últimos anos.

O município de Dourados que detém a segunda maior população do estado e é o município pólo regional do sul do estado cresceu 15,87% nos últimos 10 anos, isto se verifica por diversos fatores entre o que podemos citar a concentração dos processos de agro industrialização da produção agrícola regional, o comércio, os serviços de atendimento especializados da saúde por serem mais estruturados e se somados com a criação da UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados) mais a implantação de outras universidades públicas e privadas como: UEMS, ANHANGUERA, UNIGRAN etc. tem também recebido a denominação de CIDADE UNIVERSITÁRIA.

Se a análise da distribuição populacional no ambiente territorial é pertinente e espelha a realidade, é interessante que ele sirva para fomentar ações de desenvolvimento e não para se tornar apenas números e dados no papel. Aos atores sociais cabe refletir sobre os fatores que têm gerado esse panorama demográfico, identificar os fluxos dessa população e, sobretudo, discutir propostas para aumentar a atratividade dos pequenos municípios que compõem o Território da Grande dourados e que dão a ele, identidade e reputação.

Nesse sentido, é importante, também, discutir os dados de situação dos domicílios (urbano ou rural), levantados pelo Censo Demográfico 2010 e tornados públicos recentemente pelo IBGE.

Com base nos critérios administrativos adotados pelo IBGE, o Território da Grande Dourados tem seguido a tendência de urbanização, ou, mais propriamente, um movimento da população rural migrando para o urbano, o que é constatado também em nível de estado e país, mesmo com os esforços existentes para a implantação dos projetos de Reforma Agrária.

A população do estado segundo IBGE 2010 se distribui nos ambientes proporcionalmente, 84% urbana e 16% rural (de um total populacional do estado de 2.449.341 hab. Sendo urbanos 2.097.716 hab. e rural 351.625 hab.).

Ao analisar o território, em termos absolutos, em todos os municípios a população urbana (com exceção de Jateí, onde 53,42% ainda vivem no meio rural) perderam população rural. Assim, a participação relativa da população considerada urbana é maior em onze dos doze municípios do território. É fundamental que as lideranças do Território da Grande Dourados possam analisar criticamente sobre esses dados e o seu significado.

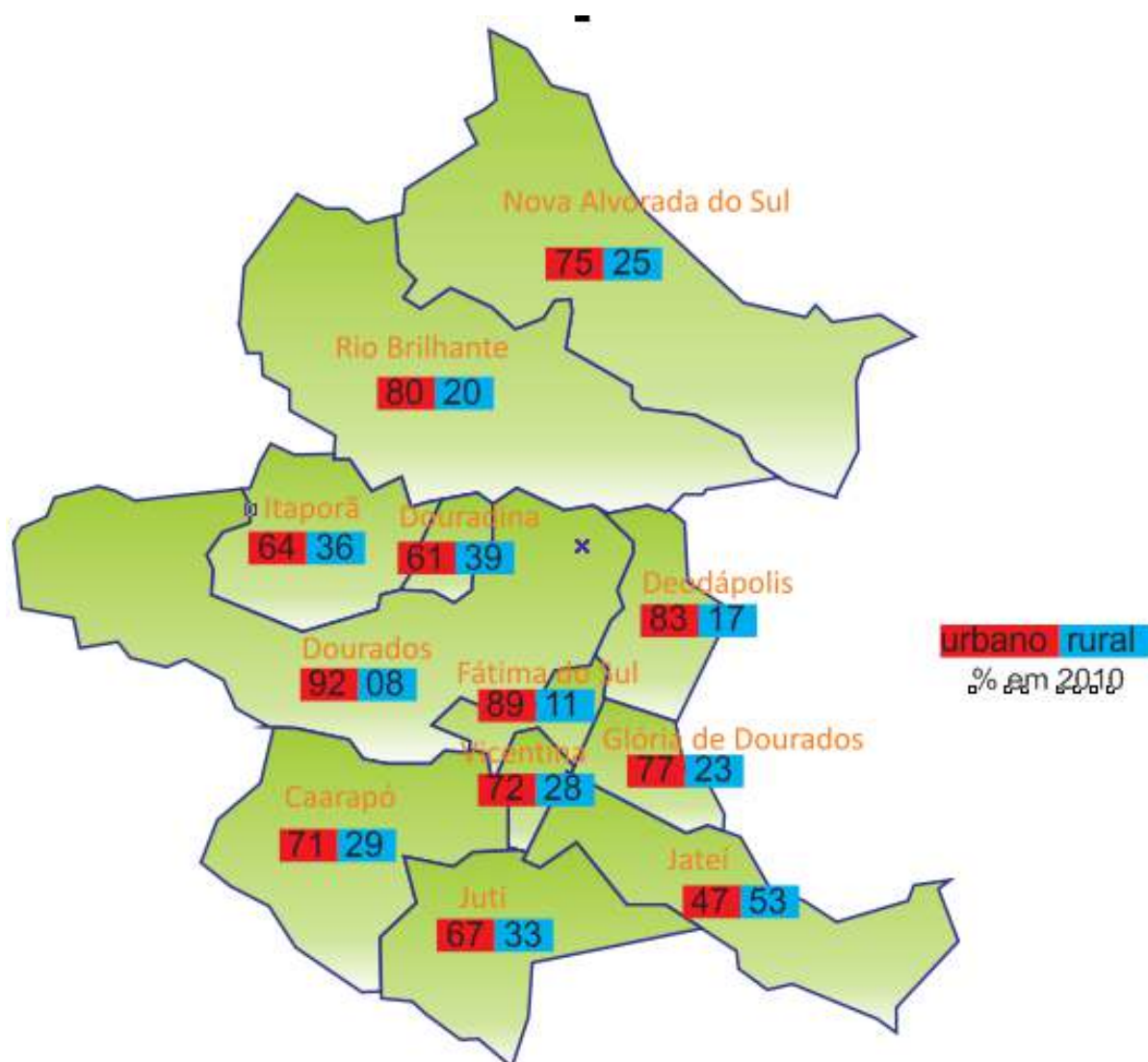


Gráfico 05 - Relação urbano/rural no Território da Grande Dourados

Vamos analisar municípios com alto crescimento da taxa de urbanização, como exemplo o município de Nova Alvorada do Sul onde sua população total cresceu 6.477 habitantes entre o ano de 2000 a 2010, ao mesmo tempo, ele viu as estatísticas da participação de sua população rural sobre a urbana diminuir, passando de 32,88% para 20,17% do total. Ou seja, apesar do aumento populacional, os moradores que habitam o meio rural têm diminuído consideravelmente.

A maior taxa de urbanização verificada no Território da Grande Dourados está no município de Dourados, muito devido a sua estruturação como município pólo regional para o sul do estado. Em Dourados 92% da população total residem no perímetro urbano do município. No Território da Grande Dourados, somente no município de Jateí é verificada o predomínio da população rural sobre a urbana onde ainda 53% de sua população total vivem no meio rural (Urbano – 1.871 hab / Rural – 2.146 hab.).

Esses dados são suficientes para fomentar um debate entre os atores sociais do Território da Grande Dourados, que conhecem de perto os fluxos internos nos municípios, as migrações intra-território e a emigração para outras regiões do estado ou do país, sobre a noção e as perspectivas dessa urbanização.

Os deslocamentos populacionais precisam ser estudados e servir de base para os planejamentos futuros, onde se verifica a necessidade de investimentos (ou a ausência de) em infra-estrutura e serviços (educação, saúde, comunicação, lazer, cultura etc.) nos diversos municípios.

Da mesma forma, é necessário confrontá-los com as dinâmicas econômico-produtivas seja de municípios, seja de micro-regiões no território.

Nesta análise, duas questões são fundamentais:

1) que as mudanças ocorridas nas dinâmicas socioeconômicas desses municípios justificariam que os consideremos como cada vez menos rurais e mais urbanos?

2) que enfoques e ações são necessários para tratar esse território tipicamente rural tal como ele é?

2.3 IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

A metodologia de cálculo do IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) envolve a transformação de três dimensões – Educação, Longevidade e Renda. O Gráfico 06 mostra a evolução do IDH-M médio do Território da Grande Dourados, que passou de 0,648, em 1991 para 0,731, em 2000 (IBGE, 2000). Todos os municípios, sem exceção, aumentaram seus valores de desenvolvimento, atingindo índices acima de 0,700. Dourados, com o IDH-M de 0,7884, o município de melhor IDH do Território, está próximo a atingir a casa do IDH 0,800 que é considerado de alto nível de desenvolvimento humano.

Os índices mostram evolução do desenvolvimento humano do Território da Grande Dourados nos últimos 10 anos, que atualmente, com 0,7339, corresponde a uma grupo de municípios considerado de médio desenvolvimento humano.

GRÁFICO 06 - IDH-M médio do Território da Grande Dourados

Município	IDH-M		Componentes		
	1991	2000	Longevidade	Educação	Renda
Caarapó	0,650	0,715	0,719	0,798	0,629
Deodápolis	0,555	0,739	0,767	0,813	0,638
Douradina	0,648	0,713	0,675	0,818	0,647
Dourados	0,760	0,788	0,758	0,878	0,729
Fátima do Sul	0,675	0,751	0,719	0,863	0,671
Glória de Dourados	0,622	0,745	0,741	0,832	0,661
Itaporã	0,605	0,711	0,678	0,809	0,647
Jateí	0,534	0,715	0,708	0,816	0,62
Juti	0,525	0,710	0,767	0,751	0,611
Nova alvorada do Sul	-	0,745			
Rio Brilhante	0,721	0,747	0,719	0,84	0,683
Vicentina	0,514	0,727	0,719	0,81	0,652

Fonte: SEMAC/MS

3

CARACTERÍSTICAS SÓCIO-CULTURAL

3.1 Agricultura Familiar

O Censo Agropecuário de 2006 revela que a presença da agricultura familiar é expressiva no Território da Grande Dourados. Do total de 10.251 estabelecimentos agropecuários levantados, 7.337 são estabelecimentos ocupados por Agricultores Familiares representando 71,57% do total de estabelecimentos. Esse índice é superior ao valor registrado no estado, que é de 63% de estabelecimentos familiares.

Praticamente todos os municípios do Território têm a participação da Agricultura Familiar maior que a média estadual, com exceção para o município de Juti onde 53% dos estabelecimentos estão sob a direção de agricultores não familiares. O município com maior predominância de propriedades familiares é Fátima do Sul com 91% dos estabelecimentos, seguido por Vicentina com 85% das propriedades sob o comando de Agricultores Familiares.

No entanto é preciso destacar a concentração das áreas pelos estabelecimentos não familiares, onde observa-se que no território somente no município de Fátima do Sul a área total ocupada por empreendimentos familiares é de 69%, para todos os demais municípios a Agricultura Familiar ocupa menos que 50% das áreas dos estabelecimentos totais.

Tabela 03 - Total de Estabelecimentos, Área e Percentuais de Agricultura Familiar e Não Familiar

Município	Total Propriedades		Agricultura Familiar				Agricultura Não Familiar			
	Quant.	Área	Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área	
			Quant.	A	Quant.	A	Quant.	A	Quant.	A
Fátima do Sul	4.000	1.200.000	3.600	1.000.000	400	200.000	400	200.000	0	0
Grande Dourados	1.500	450.000	1.350	405.000	150	45.000	150	45.000	0	0
Grande Maracá	1.000	300.000	900	270.000	100	30.000	100	30.000	0	0
Grande Missoi	1.200	360.000	1.080	324.000	120	36.000	120	36.000	0	0
Humaitá	800	240.000	720	216.000	80	24.000	80	24.000	0	0
Itapuaçu	600	180.000	540	162.000	60	18.000	60	18.000	0	0
Jatobá	500	150.000	450	135.000	50	15.000	50	15.000	0	0
Jatobá do Sul	700	210.000	630	189.000	70	21.000	70	21.000	0	0
Juti	1.800	540.000	954	286.200	846	253.800	846	253.800	0	0
Maracá	900	270.000	810	243.000	90	27.000	90	27.000	0	0
Maracá do Sul	1.100	330.000	990	297.000	110	33.000	110	33.000	0	0
Matão	1.300	390.000	1.170	351.000	130	39.000	130	39.000	0	0
Matão do Sul	1.400	420.000	1.260	378.000	140	42.000	140	42.000	0	0
Monte Carmelo	1.600	480.000	1.440	432.000	160	48.000	160	48.000	0	0
Monte Negro	1.700	510.000	1.530	459.000	170	51.000	170	51.000	0	0
Monte Zélio	1.500	450.000	1.350	405.000	150	45.000	150	45.000	0	0
Nova América	1.200	360.000	1.080	324.000	120	36.000	120	36.000	0	0
Nova Esperança	1.100	330.000	990	297.000	110	33.000	110	33.000	0	0
Nova Fátima	1.300	390.000	1.170	351.000	130	39.000	130	39.000	0	0
Nova Fátima do Sul	1.000	300.000	910	273.000	90	27.000	90	27.000	0	0
Nova Lacerda	1.400	420.000	1.260	378.000	140	42.000	140	42.000	0	0
Nova Olímpia	1.600	480.000	1.440	432.000	160	48.000	160	48.000	0	0
Nova Quilândia	1.800	540.000	1.620	486.000	180	54.000	180	54.000	0	0
Nova União	1.500	450.000	1.350	405.000	150	45.000	150	45.000	0	0
Paranaíba	1.700	510.000	1.530	459.000	170	51.000	170	51.000	0	0
Paranaíba do Sul	1.900	570.000	1.710	513.000	190	57.000	190	57.000	0	0
Parizópolis	1.100	330.000	990	297.000	110	33.000	110	33.000	0	0
Parizópolis do Sul	1.300	390.000	1.170	351.000	130	39.000	130	39.000	0	0
Planaltina	1.400	420.000	1.260	378.000	140	42.000	140	42.000	0	0
Planaltina do Sul	1.600	480.000	1.440	432.000	160	48.000	160	48.000	0	0
Planalto	1.200	360.000	1.080	324.000	120	36.000	120	36.000	0	0
Planalto do Sul	1.400	420.000	1.260	378.000	140	42.000	140	42.000	0	0
Planura	1.500	450.000	1.350	405.000	150	45.000	150	45.000	0	0
Planura do Sul	1.700	510.000	1.530	459.000	170	51.000	170	51.000	0	0
Pratânia	1.300	390.000	1.170	351.000	130	39.000	130	39.000	0	0
Pratânia do Sul	1.500	450.000	1.350	405.000	150	45.000	150	45.000	0	0
Realeza	1.600	480.000	1.440	432.000	160	48.000	160	48.000	0	0
Realeza do Sul	1.800	540.000	1.620	486.000	180	54.000	180	54.000	0	0
Rio Verde	1.900	570.000	1.710	513.000	190	57.000	190	57.000	0	0
Rio Verde do Sul	2.100	630.000	1.890	567.000	210	63.000	210	63.000	0	0
Santa Helena	1.400	420.000	1.260	378.000	140	42.000	140	42.000	0	0
Santa Helena do Sul	1.600	480.000	1.440	432.000	160	48.000	160	48.000	0	0
Santa Rosa	1.700	510.000	1.530	459.000	170	51.000	170	51.000	0	0
Santa Rosa do Sul	1.900	570.000	1.710	513.000	190	57.000	190	57.000	0	0
Santa Vitória	1.500	450.000	1.350	405.000	150	45.000	150	45.000	0	0
Santa Vitória do Sul	1.700	510.000	1.530	459.000	170	51.000	170	51.000	0	0
São João	1.800	540.000	1.620	486.000	180	54.000	180	54.000	0	0
São João do Sul	2.000	600.000	1.800	540.000	200	60.000	200	60.000	0	0
São José	1.600	480.000	1.440	432.000	160	48.000	160	48.000	0	0
São José do Sul	1.800	540.000	1.620	486.000	180	54.000	180	54.000	0	0
São Lourenço	1.400	420.000	1.260	378.000	140	42.000	140	42.000	0	0
São Lourenço do Sul	1.600	480.000	1.440	432.000	160	48.000	160	48.000	0	0
São Miguel	1.500	450.000	1.350	405.000	150	45.000	150	45.000	0	0
São Miguel do Sul	1.700	510.000	1.530	459.000	170	51.000	170	51.000	0	0
São Sebastião	1.300	390.000	1.170	351.000	130	39.000	130	39.000	0	0
São Sebastião do Sul	1.500	450.000	1.350	405.000	150	45.000	150	45.000	0	0
São Vicente	1.200	360.000	1.080	324.000	120	36.000	120	36.000	0	0
São Vicente do Sul	1.400	420.000	1.260	378.000	140	42.000	140	42.000	0	0
Silveira	1.600	480.000	1.440	432.000	160	48.000	160	48.000	0	0
Silveira do Sul	1.800	540.000	1.620	486.000	180	54.000	180	54.000	0	0
Sulzopolis	1.400	420.000	1.260	378.000	140	42.000	140	42.000	0	0
Sulzopolis do Sul	1.600	480.000	1.440	432.000	160	48.000	160	48.000	0	0
Terra Nova	1.500	450.000	1.350	405.000	150	45.000	150	45.000	0	0
Terra Nova do Sul	1.700	510.000	1.530	459.000	170	51.000	170	51.000	0	0
Três Lagoas	1.800	540.000	1.620	486.000	180	54.000	180	54.000	0	0
Três Lagoas do Sul	2.000	600.000	1.800	540.000	200	60.000	200	60.000	0	0
União da Vitória	1.600	480.000	1.440	432.000	160	48.000	160	48.000	0	0
União da Vitória do Sul	1.800	540.000	1.620	486.000	180	54.000	180	54.000	0	0
Vicentina	1.400	420.000	1.170	351.000	230	69.000	1170	351.000	0	0
Mato Grosso do Sul	64.862	30.056.947	41.104		23.758		1.190.206		28.866.741	

Fonte: SEMAC/MS

Destaque para os municípios de Juti onde a Agricultura Familiar apesar de representar 47% dos estabelecimentos familiares ocupa apenas 3% da somatória da sua área total. Nos municípios de Rio Brilhante, Nova Alvorada do Sul e Jateí os estabelecimentos familiares ocupam respectivamente 4%, 4% e 7% da área total dos estabelecimentos rurais dos seus municípios.

Os melhores índices de ocupação da estrutura agrária pela agricultura Familiar, são encontrados nos municípios de Fátima do Sul, Vicentina, Glória de Dourados e Dedápolis, ambos com histórico de ocupação na época da Colonização Agrária empreendida por Getúlio Vargas na chamada CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados) nas décadas de 1940 a 1950.

Esse é um indicador de uma estrutura agrária ainda concentrada na maioria dos municípios do território e que nos mostra os desafios a serem empreendidos pelos atores sociais do território no planejamento do desenvolvimento territorial.

A incidência de estabelecimentos agropecuários não-familiares neste território é de 28% o que é menor em relação ao estado de Mato Grosso do Sul (36,6%), e maior em relação ao Brasil (15,6%), o que pode ser explicado pelo processo histórico de ocupação das terras apresentado anteriormente.

Na figura abaixo podemos ter uma idéia da participação percentual dos estabelecimentos agropecuários com áreas menores que 50 ha no Território da Grande Dourados.

Levando-se em conta que a agricultura familiar do Território se dedica a uma produção diversificada, com destaque para a criação de bovinos de leite, produção de milho e soja e atividades integradas com empresas na área de criação de suínos e frangos, é importante que os atores sociais reflitam sobre a viabilidade econômica dessas famílias que tenham propostas ou projetos estritamente agrícolas. Desta forma, é importante considerar também a ocupações e empreendimentos rurais não agrícolas como uma forma de viabilizar a própria agricultura familiar.



Gráfico 07 -Porcentagem dos estabelecimentos agropecuários com áreas menores que 50 ha no Território da Grande Dourados

Outras atividades como a piscicultura, a produção de produtos orgânicos e a olericultura também tem sido explorada principalmente por Agricultores Familiares do Território.

As propriedades acima de 100 hectares, em geral dedicam-se a pecuária de corte. O sistema pastoril convencional do Território vem progressivamente dividindo espaço, com a entrada de grandes projetos de cultivo da monocultura da cana-de-açúcar, praticado pelas usinas de produção de açúcar e etanol, é sentido também a presença de reflorestamento, principalmente com o plantio de eucalipto para a produção de madeira.

Os municípios de Nova Alvorada do Sul, Jateí, Juti, Rio Brillhante e Dourados são os que agrupam o maior número de propriedades rurais acima dos 1.000 hectares.

3.2 Assentamentos da Reforma Agrária

O Território da Grande Dourados possui 23 Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária segundo dados do INCRA (2010), a grande maioria localizados nos municípios de Nova Alvorada do Sul e Rio Brillhante.

As famílias assentadas no Território da Grande Dourados ocupam geralmente solos de baixa fertilidade natural e em estágio acelerado de degradação, e nestes locais enfrentam o desafio de reconstruir os sistemas produtivos. A maior parte destas famílias tem se dedicado a produção de leite e outros produtos para subsistência.

As dificuldades na organização dos grupos produtivos nos assentamentos e a assistência técnica ainda são os desafios a serem enfrentados pelo conjunto das políticas públicas em andamento.

Existe no município de Nova Alvorada do Sul uma Escola Família Agrícola que atende os filhos (a) dos assentados da reforma agrária; esta estrutura EFAR (Escola Família Agrícola Rosalvo Rocha Rodrigues) tem contribuído grandemente para enfrentar os desafios que a reforma agrária no estado tem.

A tabela a seguir mostra os projetos de assentamentos da reforma agrária no Território da Grande Dourados, com destaque para a predominância dos projetos nos municípios de Rio Brillhante e Nova Alvorada do Sul, onde os poderes públicos tem feito um esforço redobrado para poder atender da melhor forma possível este importante contingente que passa a fazer parte da vida econômica municipal.

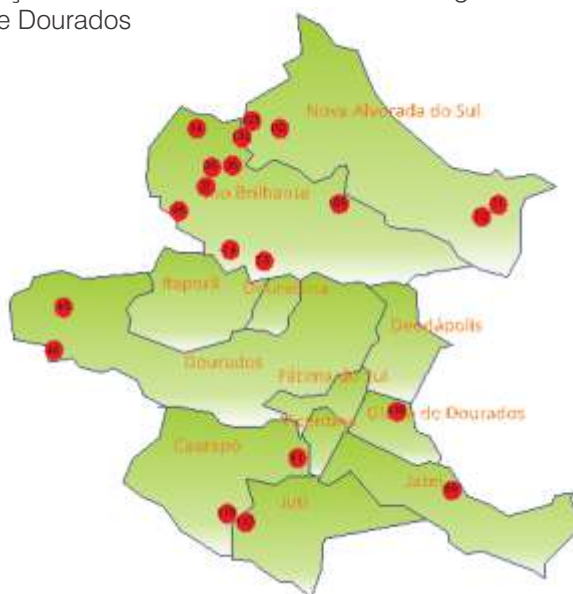
No total até o ano de 2010 um total de 2.203 novas famílias rurais passaram a fazer parte da

realidade rural do Território da Grande Dourados, ocupando em torno de 47.000 hectares por este contingente produtivo.

Tabela 04 - Localização, tamanho e número de famílias Assentadas da Reforma Agrária no Território da Grande Dourados

Id	Projeto de Assentamento	Município	Área (ha)	Número de famílias
34	PA Taquara	Rio Brilhante	1.550	67
35	PA Fortaleza	Rio Brilhante	384	14
36	PA Bonsucesso	Rio Brilhante	664	27
37	PA Triângulo	Rio Brilhante	927	50
45	PA Lagoa Grande	Dourados	4.071	151
46	PA Amparo	Dourados	1.126	67
60	PA Nova Esperança	Jateí	2.757	113
71	PA Nova Alvorada	Nova Alvorada do Sul	3.000	86
72	PA PAM	Nova Alvorada do Sul	5.029	115
73	PA Fortuna	Rio Brilhante	2.303	108
74	PA São Judas	Rio Brilhante	4.155	187
91	PA Nossa Senhora do Carmo	Caarapó	1.192	41
96	PA Margarida Alves	Rio Brilhante	3.429	120
105	PA Silvío Rodrigues	Rio Brilhante	3.182	139
112	PA Bebedouro	Nova Alvorada do Sul	1.429	103
117	PANovo Panambizinho	Juti	1.681	51
118	PAPadreAdriano	Juti	1.243	80
123	PARonaldo da Silva	Nova Alvorada do Sul	2.842	186
132	PALagoa Azul	Rio Brilhante	1.507	123
138	PAImoré	Glória de Dourados	441	45
145	PASucesso	Nova Alvorada do Sul	960	90
147	PASanta Luzia	Nova Alvorada do Sul	1.168	90
148	PAVolta Redonda	Nova Alvorada do Sul	1.966	150

Figura 01 - Localização dos Assentamentos da Reforma Agrária no Território da Grande Dourados



Fonte: INCRA /MS

3.3 Comunidades indígenas

No Brasil, a situação dos Guaranis Nandeva e dos Kaiowá sofreram profundas alterações logo após a Guerra do Paraguai (1864/1870), quando se dá o início de ocupação sistemática do território guarani no sul do então estado de Mato Grosso, por diversas frentes de ocupação econômica.

As fases que se seguiram foram a época da erva-mate, seguidos pela implantação dos grandes projetos agropecuários e de colonização, a época da soja e a mecanização das lavouras na década de 1970 e por último a implantação dos projetos ligados ao setor canavieiro já na década de 1980. Neste período a ocupação tradicional das áreas foram sendo transformadas a medida em que as matas foram derrubadas . O povo indígena passa a ser considerada como uma reserva de mão-de-obra nas diversas etapas dessa exploração que acontece na região.

Outro capítulo da história regional que envolve a nação indígena Guarani e todo o processo de ocupação da região sul de Mato Grosso do Sul, diz respeito ao ciclo da exploração da erva mate, vegetação que crescia de forma nativa em abundância na região. Ao perceber este potencial Thomas Laranjeira fundou em 1882 a companhia Mate Laranjeira e por meio de arrendamento que conseguiu via políticos influentes no governo da época, passou a explorar toda a região sul do estado. Gradativamente as áreas de exploração da erva mate foram sendo ampliadas chegando a ocupar praticamente todas as áreas que compreendia os territórios de ocupação tradicional dos kaiowás e dos Guaranis.

Apesar de aparentemente ter sido uma época pouco impactante para a nação indígena, os trabalhos de exploração dos ervais aos poucos imprimiam novos costumes, deslocamentos de famílias e núcleos populacionais e com a presença dos brancos, houve a disseminação de várias doenças que causou vários impactos sobre a saúde dos indígenas.

Na fase seguinte, caracterizada pela expansão das fazendas com projetos agropecuários no final do século XIX e início do século XX foi mais impactante para a nação indígena que aos poucos iam perdendo suas terras cobertas por matas e que agora se destinavam a pastagem.

Capítulo mais recente da história que definitivamente causou danos irreversíveis aos Guaranis e Kaiowás foi a criação em 1943 pelo então presidente Getulio Vargas da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), com o objetivo de ocupar uma grande área agrícola atraindo para a região milhares de famílias de colonos migrantes de outras regiões do país. A CAND criada pelo decreto lei n. 5.941 de 28 de outubro de 1943 destinou mais que 300 mil hectares para a instalação da colônia. Justamente onde habitavam um grande contingente populacional indígena da nação Kaiowás, que foram obrigados a ceder espaço, deslegitimando sua autonomia na região.

Mapa 04 – Localização das aldeias indígenas no Território da Grande Dourados



A tabela abaixo mostra dados do CENSO IBGE 2010 para os que responderam se considerar raça indígena nos municípios do Território da Grande Dourados.

Tabela 05 - População indígena nos municípios do Território da Grande Dourados

Município	População indígena
Caarapó	4.370
Deodópolis	6
Douradina	862
Dourados	6.830
Fátima do Sul	26
Glória de Dourados	45
Itaporã	5.095
Jateí	18
Rio Brilhante	133
Vicentina	26
Juti	626
Nova Alvorada do Sul	100
TOTAL	18.137

Fonte: IBGE 2010

Já nas décadas de 1990/2000, com a expansão da monocultura da cana-de-açúcar na região da Grande Dourados, a mão de obra indígena principalmente de jovens, foi grandemente explorada em atividades desgastantes como o corte de cana e as atividades de plantio. Apesar de se configurar como um período de exploração da mão de obra, a atividade da cana-de-açúcar empregava uma parcela considerável dos indígenas. Com a mecanização da colheita da cana, muitos jovens estão hoje sem opção de trabalho nas aldeias da região, principalmente as do município de Dourados, o que na ociosidade tem ocasionado problemas ligados ao alcoolismo e até o uso de drogas.

De acordo com dados preeliminares do censo IBGE 2010 habitam no Território da Grande Dourados 18.137 índios (quadro), 24,74% da população indígena do estado estimada em 73.295. Eles estão divididos em nove aldeias localizadas nos municípios de Dourados, Caarapó, Jutí e Douradina, ocupando uma área total de 21.274 hectares, equivalente a 3,44% dos 617.593 mil hectares de terras ocupadas pelos indígenas de Mato Grosso do Sul. Formam essa população as etnias Guarani, Kaiuá e Terena.

A situação dos índios da região de forma geral é de profunda pobreza. Não são poucos os casos de mendicância nas ruas, alcoolismo, fome, doença, prostituição e suicídios. Dados da FUNAI indicam que nos últimos anos registraram-se inúmeros casos de suicídios de jovens com idade entre 12 e 14 anos em MS, sendo que a expressiva maioria das vítimas habitava a região da Grande Dourados.

Embora não existam estudos conclusivos, autoridades da FUNAI creditam as dificuldades que os índios vivenciam nos últimos anos, principalmente a questão dos suicídios, à falta de terras para trabalharem e viverem dignamente e de políticas que proporcionem a essas comunidades o acesso pleno à educação, saúde, lazer, bem como valorização da sua cultura que paulatinamente estão perdendo.

Iniciativas positivas também têm sido verificadas no território, como é o caso dos trabalhos desenvolvidos na Aldeia indígena TEY KUEI localizado no município de Caarapó MS, onde a escola indígena NANDEJARA iniciou há 10 anos um trabalho de resgate e manutenção da cultura ainda na fase infantil. A escola indígena NANDEJARA alfabetiza suas crianças na língua materna guarani, e somente a partir da 4ª série introduz o português, sendo que a partir da 7ª série passa a ensinar também o inglês para seus alunos. A escola tem autonomia quanto a metodologia pedagógica e mantém mais de 1.000 alunos estudando.

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial reconhece a população indígena como alvo de suas ações e necessita, em algum momento, desenvolver ações específicas para este público, já que este grupo apresenta características próprias que se não tratadas com maior cuidado, pode vir a inviabilizar os resultados que a Secretaria espera.

Um dos desafios que o território tem que enfrentar é criar condições para que a população indígena seja inserida no processo produtivo e ter acesso aos meios para garantir sua segurança alimentar.

Ao colegiado do Território da Grande Dourados, é um desafio oferecer condições para promover a devida estruturação da Câmara Temática da questão indígena, com o objetivo de pensar e dar os devidos encaminhamentos para contribuir com o desenvolvimento deste público prioritário para o MDA.

Uma iniciativa de cunho territorial foi realizada recentemente no sentido de contribuir com a criação da identidade visual para acesso a mercado aos produtos de um grupo de artesanato indígena na aldeia Jaguapiru de Dourados.



Fotos 05, 06, 07 - Fotos de produtos produzidos pelo Grupo indígena GUATÉ de Dourados MS

3.4 Comunidade Quilombola – Dezidério Felipe de Oliveira

O Estado de Mato Grosso do Sul, conta com a presença de 14 comunidades quilombolas, sendo que Campo Grande – capital do Estado – apresenta uma população Quilombola com mais de 2,5 mil famílias. Essas comunidades que são reconhecidas como quilombolas possuem o certificado emitido pela Fundação Cultural Palmares, órgão federal responsável pelo reconhecimento das áreas enquanto quilombolas. Tal certificado vem reconhecendo a área como quilombola, sendo para os moradores como uma garantia de que no futuro terão suas terras legalmente demarcadas. Após a Fundação Cultural Palmares reconhecer a área como quilombola e entregar à comunidade o certificado, leva o pedido de demarcação da terra ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que se encarrega de emitir a legalização de posse da terra aos quilombolas.

A comunidade quilombola da Picadinha no município de Dourados, no estado de Mato Grosso do Sul, ainda não possui o título de posse da terra expedido pelo INCRA, mais desde ano de 2005 a comunidade é reconhecida como quilombola pela Fundação cultural

Palmares, conseqüentemente, neste mesmo ano, a Comunidade Quilombola Dezidério Felipe de Oliveira, passou então a receber investimentos por parte do Programa Brasil Quilombola.

Atualmente 14 famílias num total de 45 pessoas descendentes de Dezidério Felipe residem numa área em torno de 60 hectares que restou da fazenda Cabeceira de São Domingos e outras famílias estão morando em bairros periféricos de Dourados (102 famílias no total). Esses descendentes do pioneiro se organizam em torno da Associação Rural Quilombola "Dezidério Felipe de Oliveira" para preservar a sua memória e reclamar as terras.



Foto 08 – Família Quilombola

Dezidério Felipe de Oliveira nasceu no ano de 1867, no município de Uberaba, no estado de Minas Gerais, chegou ao território, até então, mato-grossense, através de uma comitiva de gado, que vinha na região de Vista Alegre, no distrito de Maracajú, local onde conheceu Maria Cândida de Oliveira, índia terena, com quem se casou e teve 12 filhos.

Dezidério chega à cidade de Dourados, então comarca de Ponta Porã no ano de 1907. Ele trabalhou como lavrador, onde produzia alimentos e criava animais, foi inspetor de quartirão e participou da Revolução de 1924.

No ano de 1926 Dezidério solicita ao governo do estado de Mato-Grosso, a regularização das terras que ele e sua família ocupavam. No entanto a chegada do título definitivo da terra se deu somente em 1938, quando Dezidério já havia falecido há três anos (02/02/1935). Com a chegada da titulação de posse da terra em 1938, que continha 3.748 hectares na cabeceira do São Domingos, declarados no documento, ao inventariar as terras o advogado contratado pela família inventariou apenas 600 hectares, vendendo o restante.

Hoje, essas terras são ocupadas por agricultores que cultivam principalmente soja.

O Programa Brasil Quilombola implantado na Comunidade Quilombola Dezidério Felipe de Oliveira, localizada no Município de Dourados, recebeu alguns investimentos como o centro comunitário, o Bolsa Família, a construção de casas para os moradores da comunidade, poço artesiano e obras de saneamento.

Estes investimentos chegaram à comunidade a partir do ano de 2006, com articulação da

prefeitura municipal, para que investimentos fossem realizados na comunidade através do Programa, mesmo que a comunidade ainda não tinha o título de posse da terra.

Atualmente, a comunidade encontra em um processo de disputa pela posse da terra, entre os quilombolas e os agricultores que estão naquela região nas terras que pertenceram a Dezidério. Aguardando a emissão do título de posse da terra emitido pelo INCRA, pois no ano de 2009 foram

realizados os estudos antropológicos na área, sendo previsto para 2010 o resultado dos estudos realizados, para auferir a comunidade a legalidade de posse de suas terras.



Foto 09 - Centro comunitário construído com recursos do Programa Brasil Quilombola

3.5 Situação da Saúde no Território

A realidade da saúde da população do Território pode ser aferida através da análise de um conjunto de indicadores. Um deles se refere ao número de leitos hospitalares relacionado com a população total. A Tabela a seguir, apresenta a distribuição do número de hospitais, leitos, postos e ambulatórios de saúde no conjunto dos municípios do Território.

Segundo Ministério da Saúde, o parâmetro aceitável para o número de leitos hospitalares deve ser no mínimo, de 2,5 a 3 leitos/1.000 habitantes.

Com uma população total de 352.056 habitantes em 2010, o número de leitos hospitalares do Território deveria estar entre 811 e 973. Dessa forma, tomado o território, os 891 leitos estão dentro do recomendado pelo Ministério da Saúde.

Tabela 06 - Distribuição do número de hospitais, leitos, postos e ambulatórios de saúde no Território da Grande Dourados - 2010

Tabela 06 - Distribuição do número de hospitais, leitos, postos e ambulatórios de saúde no Território da Grande Dourados - 2010					
Município	GERAL	ESPECIALIZADO	UNIDADE BÁSICA	SAÚDE	EXISTENTES
Deodápolis	2	-	3	3	56
Douradina	-	-	2	2	-
Dourados	7	1	32	-	520
Fátima do Sul	2	-	6	-	114
Glória de Dourados	1	-	4	-	36
Itaporã	1	-	5	3	14
Jateí	1	-	3	2	23
Juti	1	-	2	-	5
Nova Alvorada do Sul	1	-	4	-	9
Rio Brilhante	1	-	8	3	43
Vicentina	1	-	3	1	5
Total	18	1	76	18	891

Fonte: SEMAC/MS

As maiorias dos municípios possuem pelo menos um hospital geral e uma ampla rede de centros de saúde e unidades básicas de saúde. Não significa, em si que a questão da saúde está bem servida no território. O município pólo do território (Dourados) concentra os serviços de saúde mais especializados de todo o sul do estado, o que para o território da Grande Dourados é aceitável pois as distâncias dos municípios ao município pólo são relativamente pequenas. O limite maior é que as estruturas desses pólos (Dourados), já mostram insuficiência.

No Território, as condições de acesso aos serviços ligados à saúde podem variar muito, dependendo do município e, dentro dele, do local de moradia. Para os moradores de áreas rurais, muitas vezes, as distâncias até os serviços de saúde e o atendimento nos postos de saúde (condições e capacidade técnica e profissional) são desvantagens em comparação com a população que reside dentro dos perímetros urbanos.

Como em outras regiões do país, a Estratégia Saúde da Família e os Agentes Comunitários de Saúde vêm representando um grande avanço em termos de atenção básica à saúde da população.

3.5 Educação básica no Território da Grande Dourados

Os dados indicam que, de uma forma geral, o poder público vem respondendo bem às exigências sociais pela universalidade e pela melhoria da educação. Os números de

de matrícula sinalizam para um alto percentual de crianças e adolescentes cumprindo o ensino obrigatório. As redes pública estadual e municipais é que asseguram a quase totalidade das vagas. Com exceção dos pólos maiores – especialmente Dourados, as escolas particulares têm alguma importância relativa.

Tabela 07 - Número de escolas e salas de aulas de educação básica nos municípios do Território da Grande Dourados

Município	Educação Básica					Educação Infantil				
	Total	Munic	Est	Fed	Partic	Total	Munic	Est	Fed	Partic
Caarapó	18	9	7	-	2	158	92	53	-	13
Deodápolis	11	4	6	-	1	78	19	51	-	8
Douradina	5	4	1	-	-	35	23	12	-	-
Dourados	121	68	23	-	30	1.196	536	290	-	370
Fátima do Sul	14	6	4	-	4	167	74	57	-	36
Glória de Dourados	9	3	4	-	2	79	20	42	-	17
Itaporã	14	5	6	-	3	113	33	52	-	28
Jateí	4	2	2	-	-	40	17	23	-	-
Nova Alvorada do Sul	8	5	2	-	1	98	71	22	-	5
Rio Brilhante	20	15	3	-	2	198	145	38	-	15
Vicentina	5	2	3	-	-	51	17	34	-	-
Juti	4	3	1	-	-	31	17	14	-	-

Fonte: SEMAC/MS

Assim, em geral, a escola pública é a escola de todas as crianças e adolescentes no território, o que pode ter um efeito bastante positivo nos debates sobre a melhoria de suas condições.

A concentração de matrículas em escolas situadas nos perímetros urbanos aponta para a continuidade e aprofundamento do processo de nucleação, associado ao transporte escolar. É importante que os atores sociais do Território façam, agora, um balanço dessa política que se, em boa parte dos casos, mas não na totalidade, tem implicado em melhor infraestrutura e condições de ensino, tem, ao mesmo tempo, contribuído para o enfraquecimento das comunidades rurais dos municípios e, conseqüentemente para o seu esvaziamento.

Assim, em uma perspectiva de médio e longo prazo, é preciso refletir sobre as possibilidades de uma educação que esteja situada no campo e que esteja sintonizada com os projetos de desenvolvimento pensados pelas populações do campo no território, especialmente os Agricultores Familiares.

As melhorias das infra-estruturas de comunicação (especialmente com a democratização da internet) e a ampliação do número de professores com habilitação, assim como as políticas

públicas federais de Educação do Campo, apontam para um questionamento da visão hoje dominante de que uma escola situada no meio rural é, necessariamente, precária. Ao mesmo tempo, o crescente aumento das despesas com transporte escolar e dos problemas de segurança e com os tempos de deslocamentos está exigindo uma reflexão sobre a necessidade de reaproximação entre escolas e famílias.

4

DIMENSÃO AMBIENTAL

O Território da Grande Dourados está localizada no centro-sul de Mato Grosso do Sul. É uma região que experimentou rápido crescimento econômico na exploração da grande lavoura (soja, milho e trigo) e da pecuária de corte e leite. Alguns municípios do território fazem parte de uma importante bacia leiteira do estado; estando em processo de organização um projeto de APL (Arranjo Produtivo Local). Seus índices de desenvolvimento social indicam claramente seu recente desenvolvimento.

Num período de trinta anos, a economia regional se transformou numa das mais fortes do País. Recentemente está também se transformando em novo pólo de produção de álcool e açúcar no Estado.

Apesar da geração de emprego e renda experimentada pelo território, esse processo, trouxe também danos ambientais e exclusão social. Socialmente esses efeitos são notados pela exclusão social de parte da população, e de grupos específicos como, principalmente, os Agricultores Familiares e os indígenas, além de diversos outros problemas sociais que afetam a comunidade de forma geral.

Ambientalmente os efeitos são percebidos através da degradação de parcela importante das terras, por processos erosivos e do assoreamento de rios antes caudalosos que foram assoreados, diminuindo drasticamente o volume das águas superficiais, reduzindo a fertilidade do solo e a biodiversidade da flora e fauna.

A importância da relação entre a base de recursos naturais e os processos de produção agropecuários e agroindustriais precisa ser entendida pelos próprios agricultores, e por todos os agentes sociais, pois os passivos ambientais impactam diretamente nestes sistemas de produção e, se deixados sem intervenções, irão fatalmente causar maiores êxodos rurais daqueles testemunhados nestas regiões. Há urgente necessidade de gerenciamento dos recursos naturais em nível da bacia, resgatando suas funções ecossistêmicas territoriais.



Foto 10 - Rio Amambai na divisa dos municípios de Juti com Amambai

No auge da expansão da fronteira da agricultura industrializada, nos meados dos anos 70, o município de Glória de Dourados tinha 54.000 habitantes, enquanto hoje somados com a população do município de Deodápolis, contam com em torno de 22.000 habitantes oferecendo nos uma importante lição demonstrativa de como a perda da qualidade de solos e água afeta a sustentabilidade de todos processos, inclusive os econômicos e sociais.

Embora sua produção de grãos e gado seja expressiva, sua condição em relação à preservação e conservação dos recursos naturais é crítica, não existindo projetos da envergadura necessária para enfrentar este desafio.



Foto 11 – Lavoura de soja



Foto 12 – Lavoura de cana-de-açúcar

De forma geral devido ao manejo inadequado dos solos, a maioria dos municípios vêm enfrentando sérios problemas de perda de solos em decorrência de processos erosivos em diferentes níveis, o que diretamente afeta as atividades agropastoris, compromete a economia dos mesmos e a médio e longo prazo, coloca em risco as perspectivas futuras de desenvolvimento territorial.

O clima da região apresenta-se úmido e úmido a sub-úmido, com temperaturas médias oscilando em torno de 23° e pluviosidade anual variando de 1.200 a 1.400mm.

Foto 13 - Pastagens degradadas são situações comuns. Desta forma, é necessário melhorar a



Foto 13 - Pastagens degradadas são situações comuns

gestão dos recursos hídricos em bacias hidrográficas nos municípios membros do Território da Grande Dourados, que se encontra dentro da Bacia Hidrográfica do Rio Ivinhema. Estas ações necessariamente deverão ser integradas, envolvendo um amplo leque de parcerias entre o poder público, as entidades da sociedade civil e as instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento.

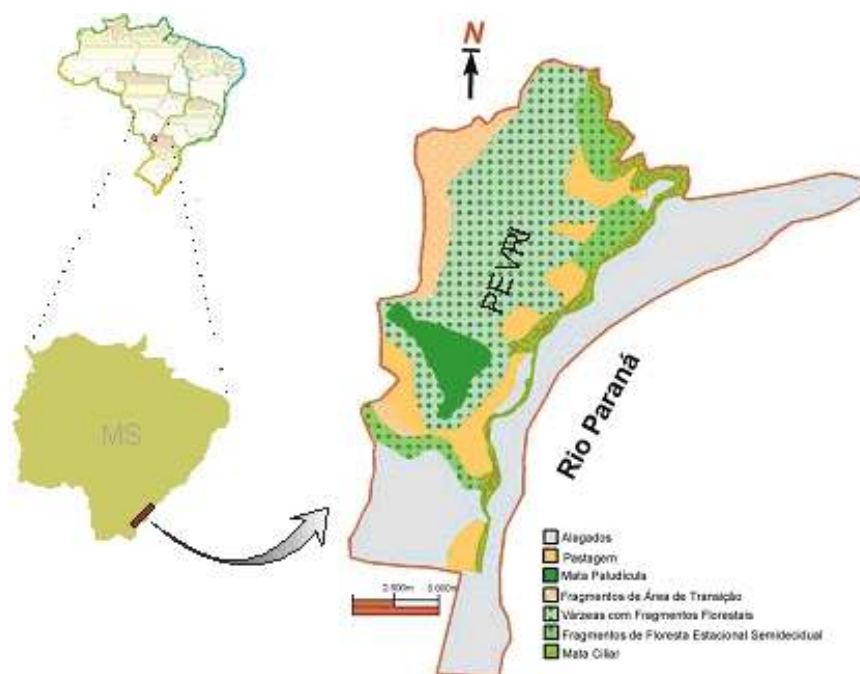
Felizmente algumas iniciativas positivas já vêm sendo feitas em nível de território e precisam ser mais apoiadas pelo conjunto dos atores sociais. O IMAD (Instituto de Meio Ambiente e Desenvolvimento) desenvolve com apoio do Projeto Petrobrás Ambiental um projeto com o objetivo de melhorar as condições dos recursos hídricos e edafoclimáticas, da diversidade biológica e da produção agropecuária, com ênfase em Agricultores Familiares, por um processo integrado de Gestão Social e Ambiental e da implantação de um Projeto Piloto de Corredores Ecológicos, fomentando a constituição de um Comitê de Bacia Hidrográfica para a Bacia do Ivinhema. Suas ações estão concentradas nos municípios de Dourados, Deodápolis, Douradina, Caarapó, Glória de Dourados, Jateí, e Vicentina.

4.1 Parque Estadual das várzeas do Rio Ivinhema

Criado como uma Unidade de Proteção Integral. Conforme o decreto de criação, sua área territorial é de 73.345,15 hectares, sendo Jateí (42.846 ha.), Naviraí (16.284 ha.) e Taquarussu (14.214 ha.). O Bioma predominante é de Floresta Estacional.

Os varjões do Parque do Ivinhema compreendem o último trecho livre, sem represamento, do rio Paraná. É uma área de inundações periódicas, protegendo refúgios de espécies animais e vegetais do cerrado e da floresta estacional.

Os principais objetivos de conservação do Parque são: conservar os fragmentos de florestas, os remanescentes de várzea e ecossistemas associados dos rios Ivinhema e Paraná; manter mecanismos de regulação natural das bacias hidrográficas locais e promover a preservação da diversidade genética das espécies que habitam o Parque, principalmente, aquelas ameaçadas de extinção.



Mapa 05 - Mapa de localização do parque estadual - 58% de sua área encontra-se no Território da Grande Dourados

Devido ao município de Jateí deter 58 % da área territorial do parque estadual, as questões ambientais vem sendo tratada como prioridade pelo município. A estruturação do Sítio Escola para dar encaminhamento aos trabalhos de educação ambiental vem se destacando como um importante polo de geração de conhecimento e práticas ambientais.

O Sítio Escola é gerido pela Secretaria de Meio Ambiente de Jateí e mantém um viveiro de produção de mudas nativas com grande diversidade de espécies, além de ampliar a área de sua reserva legal e de proteção permanente criando uma espécie de Banco de Germoplasma das espécies nativas regionais.



Foto 14 - Ilhas e várzeas do Rio Ivinhema

Para apoiar a iniciativa, o Território da

Dourados em deliberação plenária destinou recursos do PROINF investimento para a estruturar uma Central de coleta, armazenamento e germinação de sementes de espécies nativas, adquirindo uma câmara climatizada, uma estufa e equipamentos para o desenvolvimento das operações de coleta de sementes.

Foto 15 - Viveiro de mudas nativas no município de Jateí MS



No território, diversas institucionalidades – como secretarias municipais de agricultura, IBAMA, IMASUL, Ministério Público Estadual, Comitês de Bacias, movimentos sociais, ONG – desenvolvem ações para repensar o uso e a conservação destes recursos. Isso é feito, no entanto, de forma muito tímida, deixando, inclusive de enfrentar os problemas mais graves, como os dos agrotóxicos e da transgenia.

Neste contexto, a intensificação das atividades agrícolas tradicionais, especialmente a criação animal e a expansão da monocultura da cana-de-açúcar, vem criando um abismo entre o dinamismo econômico que o território desenvolveu e as suas condições sociais e ambientais. A agricultura familiar predominante no território, tanto pode destruir quanto contribuir com a proteção dos bens naturais. É, por isso, imprescindível que os atores sociais do Território da Grande Dourados discutam a estreita relação existente entre os problemas ambientais do território e a atual situação da Agricultura Familiar.

Justamente por estarem integrados de forma complexa à dinâmica das atividades econômicas, os problemas ambientais da agricultura não podem ser interpretados apenas com o conhecimento técnico/ambiental, ou mesmo jurídico. Um debate profundo sobre o padrão tecnológico adotado na produção vegetal e animal e, de forma mais ampla, sobre o modelo de desenvolvimento praticado precisa ser urgentemente realizado.

4.2 Características geoambientais

No Território da Grande Dourados, a presença de mata nativa já é coisa rara de se ver, restando muito pouco testemunho das condições de fertilidade dos solos em seu estágio original. A política de colonização juntamente com modelo de produção agrícola desgastou os solos tornando-os de baixa capacidade produtiva. De acordo com a classificação de Kooepen, o território possui o clima de úmido a sub-úmido, com temperaturas médias oscilando em torno de 23° e pluviosidade anual variando de 1.200 a 1.400mm.

Segundo os dados sobre meio ambiente da Pesquisa do Perfil dos Municípios (IBGE, 2002) em todos os municípios do território os solos estão contaminados comprometendo gravemente a produtividade das atividades agrícolas. A água é outro recurso seriamente comprometido no território. A criação de animais, o despejo de esgoto doméstico, o uso de agrotóxicos e fertilizantes e, em menor grau, o lixo são os principais poluentes.

Quadro 01 - Resumo da condição de vegetação, solos, clima e principais rios dos municípios do Território da Grande Dourados

Município	Vegetação	Solos	Clima	Principais rios
Caarapó	A vegetação encontrada no município é a pastagem plantada, na maior parte. É expressiva a área de lavoura. A vegetação natural apresenta-se com espécies do Cerrado e Floresta Estacional, hoje quase extinta.	No município predominam os Latossolos com elevado teor de alumínio, sendo de textura muito argilosa e textura média	Temperaturas médias oscilando em torno de 23° C; A precipitação pluviométrica anual varia entre 1.500 a 1.700mm; Índice efetivo de umidade com valores anuais variando de 40 a 60%	Rio Amambaí; Rio Dourados; Rio Piratinin;
Deodápolis	O domínio da cobertura vegetal é de pastagem plantada e algumas áreas de lavoura.	Predomínio de Latossolo Vermelho-Escuro de textura variável (argilosa e média) e Argissolo de textura arenosa/média, ambos com caráter álico e, portanto, baixa fertilidade natural.	Apresenta clima Úmido a Sub-úmido, com índices efetivos de umidade com valores anuais variando de 20 a 40%. A precipitação média está entre 1.400 a 1.700mm, bem distribuída durante o ano.	Rio Dourados; Rio Félix-Cuê; Rio Brilhante; Rio Pirajuí.

Douradina	A Floresta Estacional Aluvial se apresenta em estreita faixa na porção norte do município. A cobertura vegetal predominante é a lavoura.	Predomínio de Latossolo, portanto, com baixa fertilidade natural, de textura muito argilosa.	Clima úmido a Sub-úmido, com índice efetivo de umidade com valores anuais variando de 20 a 40%. A precipitação pluviométrica anual varia entre 1.500 a 1.750mm com período seco inferior a quatro meses.	Rio Brilhante
Dourados	A cobertura vegetal de Dourados revela o domínio da Floresta e do Cerrado. Com o passar dos anos, essa vegetação natural vem sendo descaracterizada, devido às ações antrópicas, reduzindo-se a resquícios de Floresta Estacional Semidecidual Aluvial e Cerrada, dominando assim, a agricultura e a pastagem plantada.	Predomínio de Latossolo, solos minerais, não hidromórficos, altamente intemperizados, profundos, bem drenados, de textura muito argilosa e Gleissolos, solo caracterizado pelo elevado teor de matéria orgânica no horizonte superficial, encontrados geralmente nas margens dos cursos de água em áreas sujeitas à inundação.	Dourados apresenta clima úmido nas porções Oeste e Sudoeste, com índices de umidade variando de 40 a 60% e clima Úmido a Sub-Úmido no restante da área do município, com índices 79 efetivos de umidade com valores anuais variando de 20 a 40%. Excedente hídrico anual de 800 a 1.200mm durante cinco a seis meses.	Rio Dourados Rio Peroba Rio Brilhante Rio Santa Maria
Fátima do Sul	As lavouras representam quase que 75% da área do município, o restante da área se apresenta com pastagem plantada.	Predomínio de Latossolos com textura argilosa e fertilidade natural variável.	Apresenta clima úmido a Sub-Úmido, com índice efetivo de umidade com valores anuais variando de 20 a 40%. A precipitação pluviométrica anual varia entre 1.500 a 1.750mm, excedente hídrico de 800 a 1.200mm durante cinco a seis meses e deficiência hídrica de 350 a 500mm durante quatro meses.	Rio Dourados

Glória de Dourados	O Município apresenta Região de Floresta Estacional Semidecidual com predomínio da Agropecuária e Pastagem e regiões de tensão ecológica de contato Cerrado/Floresta estacional.	Verifica-se o predomínio de Latossolo de textura argilosa e junto as principais drenagens, Nitossolos, de textura arenosa/média, ambas com o caráter álico e, portanto, baixa fertilidade natural.	O clima dominante é o Úmido a Sub-úmido, com índice efetivo de umidade com valores anuais variando de 20 a 40%. A precipitação pluviométrica anual varia entre 1.500 a 1.750mm, com período seco inferior a quatro meses.	Rio Guiraí Rio Pirajú
Itaporã	Quase totalidade da área do município pertence ao Bioma Cerrado, sendo recoberta por agropecuária e pastagem plantada, remanescentes da vegetação natural, Região da Floresta Estacional Semidecidual - Floresta Aluvial margeiam os rios ao norte.	No município de Itaporã verifica-se a predominância de Latossolo de textura argilosa e caráter álico, portanto, baixa fertilidade natural e Gleissolos com baixa fertilidade.	Clima úmido a Sub-úmido, com índice efetivo de umidade com valores anuais variando de 20 a 40%. A precipitação pluviométrica anual varia entre 1.500 a 1.750mm, com período seco inferior a quatro meses.	Rio Carumbé Rio Brilhante Rio Santa Maria Rio Peroba Rio São Domingos
Jateí	A cobertura vegetal predominante em Jateí é a pastagem cultivada. Ocorre, em pequena proporção, vegetação nativa, representada pela Floresta Estacional e pelo contato desta com o Cerrado Arbóreo Denso	Dominância de Latossolo Vermelho-Escuro de textura média e, em menor proporção de textura argilosa. De modo geral, verifica-se o caráter álico nos solos do município.	Apresenta clima úmido a sub-úmido, com índices efetivos de umidade, com valores anuais variando de 20 a 40%. A precipitação média está entre 1.400 a 1.700mm, bem distribuída durante o ano.	Rio Curupaí Rio Ivinhema Rio Guiraí Rio Verde
Juti	A pastagem plantada corresponde a mais de 90% da área do município. O Cerrado Arbóreo Aberto (Campo Cerrado) e a Floresta Estacional complementam a cobertura vegetal.	Predomina, no município de Juti, o Latossolo Vermelho-Escuro de textura média associado a Neossolos, verifica-se ainda, a ocorrência de manchas isoladas de Latossolo de textura argilosa de baixa fertilidade natural e Argissolos de textura arenosa/média, com o caráter álico	Tropical de altitude, apresenta-se com período de chuvas de novembro a maio, com maior intensidade de dezembro a janeiro e um período seco de um a dois meses em média. A precipitação anual encontra-se entre 1.400 e 1.700mm, sendo bem distribuído durante o ano	Rio Amambai Rio Bonito Rio Guiraí Rio Gurupaí Rio Laranjaí Rio Taquara

Rio Brilhante	A pastagem plantada corresponde a mais de 80% da cobertura vegetal do município. O restante é formado pelo Cerrado, Floresta Estacional, Várzeas e Lavouras.	Dominância de Latossolo de textura orgânica e fertilidade natural variável; Na porção Leste do município, encontra-se de forma significativa Latossolo Vermelho Escuro de textura média e de caráter álico.	Clima úmido a sub-úmido, com índices de umidade variando de 20 a 40%. A precipitação anual varia entre 1.500 a 1.750mm. As temperaturas médias do mês mais frio são menores que 20°C e maiores que 18°C.	Rio Brilhante Rio Serrote Rio Vacaria
Vicentina	A cobertura vegetal que predomina é a pastagem plantada que é complementada pela lavoura.	O município de Vicentina é composto por Latossolo Vermelho-Escuro de textura média, com baixa fertilidade natural, podendo ou não apresentar o caráter álico. Latossolo e Argissolos.	O clima do município de Vicentina se apresenta Úmido a Sub-Úmido, com índice efetivo de umidade com valores anuais variando de 20 a 40%. A precipitação pluviométrica anual varia entre 1500 a 1750mm.	
Nova Alvorada do Sul	A cobertura vegetal tem domínio de Cerrado e da floresta nas fisionomias de Cerrado Arbóreo, Floresta Estacional e Submontana. Atualmente, vem sendo descaracterizada pela ação antrópica, dando lugar à lavoura e pastagem plantada.	No município de Nova Alvorada do Sul predomina o Latossolo, pequenas áreas com Planossolos, Neossolos e Gleissolos	Subtropical, com temperaturas médias do mês mais frio entre 14°C e 15°C. Há ocorrências de geadas e as precipitações variam de 1.500mm a 1.700mm.	Rio Anhanduí Rio Brilhante Rio Vacaria

5 Dimensão sócio econômica do Território da Grande Dourados

5.1 Regionalização segundo o governo do estado de MS

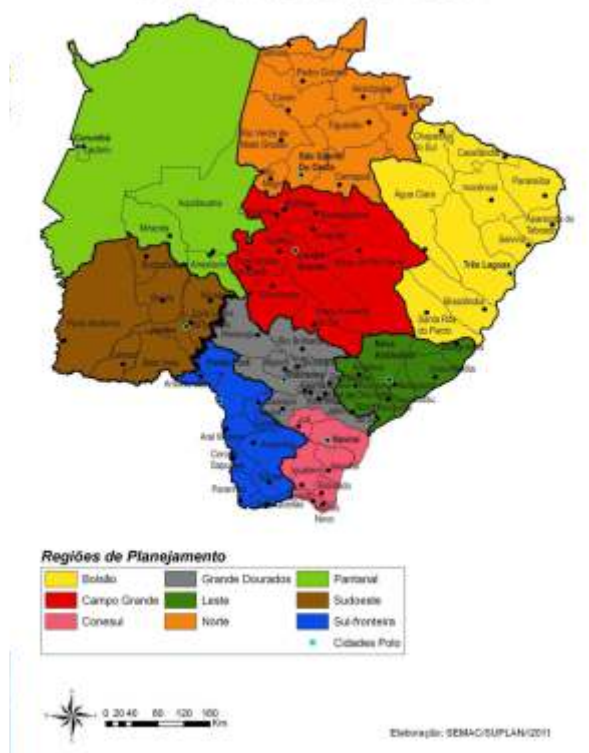
O estudo “Números de MS”, produzido pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Planejamento da Ciência e Tecnologia de MS e publicado em 2010, analisa a organização do espaço geográfico do território do Estado de Mato Grosso do Sul para fins de estudos voltados ao planejamento, constitui uma tentativa de desdobramento das ações de governo dentro de uma divisão territorial que tenha pontos de convergência estabelecidos por eixos aglutinadores.

Sua regionalização foi concebida dentro de uma visão macro de planejamento, reafirmando a importância da busca do desenvolvimento regional como forma de reduzir as desigualdades a partir do aproveitamento das oportunidades locais existentes. O estudo abordou as regiões de Planejamento adotadas pelo governo do Estado de MS que são em número de 9, sendo: Região de Campo Grande, Região da Grande Dourados, Região do Cone Sul, Região do Bolsão, Região do Pantanal, Região Leste, Região Norte, Região Sudoeste, Região Sul Fronteira.

Mapa 06 - Regiões de Planejamento do Estado de Mato Grosso do Sul

Esta forma de divisão pelo governo do estado levou em consideração as dinâmicas que ocorrem em torno dos chamados municípios pólos, sendo levado em conta as seguintes características: O polo regional de Campo Grande, sendo o maior centro urbano e econômico do Estado, exercendo influência sobre as demais regiões, tanto na atração demográfica bem como no atendimento de demandas de bens e serviços vindas das demais regiões; como sub-polos regionais aparecem os municípios de Dourados, Corumbá e Três Lagoas, centros urbanos e econômicos com forte liderança em outras regiões do interior do Estado; e mais cinco polos microrregionais com poder de atração sobre os pequenos centros urbanos

Mapa 06 - Regiões de Planejamento do Estado de Mato Grosso do Sul



que são: Naviraí, na Região do Cone-sul, Ponta Porã na Região Sul fronteira, Jardim na Região Sudoeste, São Gabriel do Oeste na Região Norte e Nova Andradina na Região Leste.

Para compreender; dos municípios do Território da Grande Dourados, somente dois municípios não coincidem com a considerada região de planejamento do Governo do estado de MS, que são: Juti que pertence ao Cone Sul e Nova Alvorada do Sul, que pertence a região de planejamento de Campo Grande.

Ao analisar a dimensão sócia econômica do Território da Grande Dourados, não podemos deixar de destacar a influência que o município de Dourados exerce sobre os demais municípios da região sul do estado. Principalmente em se tratando dos setores industrial, comercial e de serviços.

Tabela 08 – Estabelecimentos empresariais da Grande Dourados. - 2010

MUNICÍPIO	INDÚSTRIA	COMÉRCIO ATACADISTA	COMÉRCIO VAREJISTA
Caarapó	50	18	272
Deodópolis	25	6	153
Douradina	6	4	43
Dourados	348	213	2.395
Fátima do Sul	38	11	295
Glória de Dourados	19	3	133
Itaporã	23	20	164
Jateí	7	-	19
Rio Brilhante	49	28	330
Vicentina	15	-	58
Juti	7	2	67
Nova Alvorada do Sul	28	6	184
TOTAL	615	311	4.113

A tabela acima nos dá uma noção da distribuição dos estabelecimentos empresariais no Território da Grande Dourados, o estudo divide os empreendimentos em setores industriais, atacadistas e comércio varejistas. Os números referente ao município de Dourados em comparação com os demais dá uma clara noção de sua influência, na medida em que observamos que 58,23% dos estabelecimentos que se destinam ao comércio varejistas, 56,58% dos empreendimentos industriais e 68,48% do mercado de atacadistas do território encontra-se em Dourados.

5.2 PIB - Produto Interno Bruto do Território da Grande Dourados

Em relação ao PIB, Dourados se destaca por responder por 59,94% do Produto Interno Bruto de todo o Território. No município de Dourados, são os serviços e indústria que têm a maior participação no PIB; a agropecuária representa apenas 4,64%.

Destaca-se que PIB de Dourados é 5 vezes maior que o de Rio Brilhante, município que ocupa a Segunda participação no PIB do Território, com 12,24% do total. Douradina e Vicentina são os municípios do território com menor PIB, participam ambos com apenas 0,96% cada do Produto Interno Bruto do território. Na ótica do desenvolvimento territorial Isso não significa que estes municípios são menos importantes para a dinâmica sócio-cultural e ambiental do Território da Grande Dourados.

Tabela 09 - Participação do PIB - Agropecuária, serviços e indústria dos municípios do território + PIB per capita

Município	Agropecuária	Indústria	Serviços	PIB (R\$ 1.000,00)	PIB per capita (R\$ 1,00)
Caarapó	63.172	39.084	161.343	306.587,77	13.081,36
Deodápolis	21.992	14.596	53.972	98.966,13	8.541,87
Douradina	11.221	3.859	27.334	46.294,27	9.172,63
Dourados	134.273	418.373	1.821.296	2.872.064,90	15.309,43
Fátima do Sul	10.488	36.722	113.344	177.655,22	9.192,07
Glória de Dourados	24.060	6.520	44.933	82.253,44	8.295,86
Itaporã	51.627	22.547	121.264	226.825,68	11.821,84
Jateí	34.154	2.605	23.479	65.736,60	16.799,54
Nova Alvorada do Sul	73.456	32.770	91.787	226.887,86	18.253,25
Rio Brilhante	168.202	94.872	237.148	586.647,61	21.383,18
Vicentina	10.968	6.320	26.065	46.898,05	8.104,03
Juti	22.697	2.974	24.108	54.336,25	9.847,09

Fonte: SEMAC/MS

Quanto a tabela do PIB per capita, no território, destaca-se, em primeiro lugar, Rio Brilhante com R\$ 21.383,18. Município com pouco mais de trinta mil habitantes, e que, entre 2000 e 2010, viu sua população crescer 26,12% e sua taxa de urbanização para 2010 segundo os critérios do IBGE é de 80,57%.

Com relação aos setores da economia, é fundamental ressaltar que, para o território da Grande Dourados como um todo, a agropecuária participa com 13% do PIB. O setor de serviços – o mais importante – responde por 57,31%; e a indústria, por 14,22%. Deve ser destacado, contudo, que boa parte dos serviços e da indústria estão ligados ao chamado complexo agro-alimentar. Assim, apesar da prioridade deste Plano se voltar para o setor agropecuário e, em especial, para os segmentos sociais da agricultura familiar, entende-se que o diagnóstico territorial deve contemplar os setores da indústria e de serviços, procurando compreender as conexões intersetoriais.

5.3 Análise do setor agropecuário no Território da Grande Dourados

5.3.1 Setor empresarial privado e cooperativo no Território da Grande Dourados

As maiores empresas na região ligadas ao setor agropecuário são a BRF S/A (Brasil Foods) com suas estruturas instaladas no município de Dourados e atuação em todo o território atuando com a atividade de avicultura de corte e a multinacional CARGIL Agrícola S/A (SEARA) na área de grãos, e suinocultura industrial. Estas empresas atuam no setor de grãos (soja e milho) com fábricas de ração, e um amplo sistema de produtores integrados nas atividades de avicultura de corte e suinocultura industrial.

A recente constituição do novo modelo de integração na região Centro-Oeste para a produção de frangos de corte, sobretudo o caso da BRF S/A (Brasil Foods), é o resultado da pressão por aumento da eficiência produtiva e por conquista de novos mercados que as agroindústrias integradoras estão submetidas, sobretudo no que tange a redução dos custos de produção e de transação. Dessa forma, o processo de migração das agroindústrias para áreas abundantes em matérias-primas e insumos (soja e milho – componentes da ração animal), como a região Centro-Oeste, aponta para a consolidação de um novo modelo de integração. Além disso, paralelamente, tal modelo traria altos ganhos de eficiência produtiva no que tange aos ganhos de escala pela redução dos custos, como também, pela introdução de uma base técnica homogênea – cumulatividade e apropriabilidade da tecnologia. Isso, no entanto, não significa que a disseminação do mesmo não possa proporcionar impactos sociais, regionais e ambientais negativos, o que indica uma necessidade de avaliar melhor a oportunidade de destinar recursos públicos para o fomento do mesmo.

É necessário que os atores sociais possam analisar estas cadeias produtivas integradas, que tem levado um grande número de agricultores familiares para o mundo empresarial, melhorando significativamente sua renda mensal, mas criando uma situação de grande dependência em relação as empresas integradoras.

A EMBRAPA como empresa de pesquisa agropecuária, mantém em Dourado o Centro de Pesquisa Ecorregional Agropecuária Oeste (CPAO), e desenvolve diversas pesquisas tendo como foco principal a produção de grãos. Trabalhando em conjunto na pesquisa com a produção de grãos, existem trabalhos sendo desenvolvidos pelas universidades e outras instituições de pesquisa presentes no território e em particular com a Fundação MS de pesquisa, que mesmo localizado no município de Maracajú (Território Da Reforma), tem

forte atuação no Território da Grande Dourados. A Fundação MS se destaca como uma das pioneiras no que diz respeito aos avanços conquistados pelas tecnologias do Plantio Direto e do Plantio na Palha, ambas com grandes contribuições para melhoria da conservação dos solos em sistemas intensivos de produção.

5.3.2 Produção de grãos no Território da Grande Dourados

O Território da Grande Dourados, é uma das maiores regiões produtoras de grãos do Estado de Mato Grosso do Sul. É aqui também que se encontram as maiores produtividades do estado.

Tabela 10 - Produção de grãos (milho, soja, arroz, algodão, feijão, sorgo e trigo), cana-de-açúcar e mandioca no Território da Grande Dourados

Município	Milho		Soja		Cana-de-açúcar	
	Produção total (t)	Área colhida (ha)	Produção total (t)	Área colhida (ha)	Produção total (t)	Área colhida (ha)
Deodápolis	37.540	10.700	111.492	978	8.750	350
Douradina	66.390	18.800	-	-	-	-
Dourados	711.190	211.520	1.131.456	11.492	7.700	350
Fátima do Sul	49.835	14.750	29.970	333	7.600	400
Glória de Dourados	4.800	1.700	13.000	130	5.000	200
Itaporã	357.380	106.100	139.874	1.358	160	10
Jateí	45.445	13.250	184.110	1.938	10.000	500
Nova Alvorada do Sul	149.750	50.830	1.167.722	14.720	945	63
Rio Brilhante	511.280	161.800	6.261.596	66.434	5.000	250
Vicentina	21.009	6.410	140.250	1.650	13.750	550
Juti	50.315	15.550	77.400	900	540	30

A tabela 10 acima procura analisar as áreas plantadas e as respectivas produções na safra de 2009/2010 no Território da Grande Dourados para as culturas de grãos (somados milho, soja, arroz, algodão, feijão, sorgo e trigo), e para a cultura da mandioca e da cana de açúcar. Observa-se destaque para os municípios de Dourados, tendo maior área plantada para grãos, bem como maior produção, seguidos pelos municípios de Rio Brilhante, Caarapó e Itaporã. Já na produção de cana-de-açúcar, o destaque fica com o município de Rio Brilhante, seguidos por Nova Alvorada do Sul e Dourados. A cultura da mandioca com grande potencial de expansão no território devido a sua importância econômica para Agricultura Familiar (entre as quais os indígenas) e a presença de unidades agroindústrias de processamento nos municípios de Glória de Dourados e Deodápolis, ainda não alcançou seu auge, sendo que é cultivado praticamente em todos os municípios do território com pequeno destaque para os municípios de Jateí e Vicentina.

Tomando se como base para análise a concentração da agricultura de grãos nos 4 municípios citados (Dourados, Rio Brilhante, Caarapó, Itaporã), verificamos que esses municípios têm em comum, uma topografia menos acidentada, um número maior de estabelecimentos maiores de cem hectares e um solo com melhores estruturas para a prática da agricultura.

5.3.3 Produção pecuária no Território da Grande Dourados

O efetivo do rebanho bovino, não trás ainda uma divisão entre as aptidões de raças para leite e corte, o que será analisado mais tarde.

Tabela 11 - Produção pecuária - bovinos, suínos, ovinos, aves e equinos no Território da Grande Dourados

Município	BOVINOS	SUÍNOS	OVINOS	AVES	EQUINOS
Caarapó	133.759	6.360	4.283	1.554.248	3.350
Deodópolis	92.250	8.325	2.322	123.815	2.711
Douradina	12.990	5.310	750	765.180	458
Dourados	207.748	64.645	6.672	2.239.753	4.660
Fátima do Sul	19.081	13.116	572	1.163.164	823
Glória de Dourados	66.717	99.631	1.294	1.065.171	1.739
Itaporã	46.125	92.720	1.600	1.048.267	1.579
Jateí	174.526	35.210	3.636	200.269	3.361
Rio Brilhante	182.352	10.821	2.046	294.661	3.898
Vicentina	29.083	17.218	469	538.077	1.368
Juti	129.530	3.498	2.876	238.072	2.028
Nova Alvorada do Sul	290.242	2.834	2.649	24.451	4.010

Fonte: SEMAC/MS

A tabela acima, com dados da pecuária do Território da Grande Dourados, nos dá uma visão do efetivo existente no território das principais criações economicamente exploradas pelos produtores. É preciso analisar em outro momento o desdobramento necessário para entender a questão da bovinocultura predominante no território, haja vista que a Agricultura Familiar, na sua grande maioria tem na bovinocultura leiteira sua principal fonte de renda.

Os números mostram que no ano de 2009 o município de Nova Alvorada do Sul, seguido por Dourados são os dois com maiores rebanhos do território; na seqüência Rio Brilhante, Jateí, Caarapó e Juti são respectivamente os detentores dos maiores rebanhos.

As cadeias produtivas de frango e suínos têm ganhado destaque na dinâmica econômica do território da Grande Dourados. As produções de soja e milho abundantes na região são voltadas em parte como matéria prima, à confecção de ração animal.

O sistema de criação determina uma série de construções e equipamentos que geram um setor de fornecimento e de prestação de serviços de manutenção. A estrutura de transportes e os serviços a eles ligados também são significativos, configurando em setores econômicos emergentes ou em expansão em alguns municípios.

O ingresso cada vez maior de Agricultores Familiares nestas cadeias pode ser percebido como uma força e, ao mesmo tempo, como uma debilidade do território. Isso fica claro, quando ao longo do tempo, com o aumento de escala e o processo de concentração, centralização ao longo de toda a cadeia resulta na exclusão de muitas famílias e em problemas ambientais sérios.

Este aspecto não muito positivo é observado algumas crises recentes no complexo de carnes e em algumas das empresas. Nesses momentos, se mostraram pertinentes os investimentos feitos em diversificação, especialmente, na bovinocultura de leite

No que diz respeito à suinocultura industrial os destaques ficam para os municípios de Glória de Dourados e Itaporã seguido por Dourados, que ainda abriga uma planta de agroindústria de abate e processamento de carne suína.

Para a avicultura de corte o município de Dourados aparece como o maior produtor de frango de corte, seguidos por Caarapó, Fátima do Sul, Glória de Dourado e Itaporã. Esta atividade encontra se junto com a suinocultura industrial em expansão, já presente em menor escala nos demais municípios do território. A expansão é sustentada no território via empresas integradoras com sede no município de Dourados e em Caarapó.

A ovinocaprinocultura apesar de ser uma potencial cadeia produtiva economicamente viável e com grande possibilidade para a Agricultura Familiar, ainda não se encontra totalmente compreendida pelo conjunto dos atores econômicos do território, sendo necessário o desenvolvimento de um estudo mais detalhado para avaliar esta possibilidade para o Território. Os números mostram a presença de pequenos rebanhos de ovinos em praticamente todos os municípios do território com destaque para o município de Dourados.

A criação de eqüinos é praticamente todos destinados a animais de serviços, sendo que aos poucos também se observa em expansão a realização de festas de laços, onde os animais são criados para esta especialidade.

No momento de se pensar estrategicamente o território com foco na sustentabilidade, deve-se destacar um processo que favoreça o surgimento e fortalecimento de diversas iniciativas de beneficiamento ou transformação em unidades rurais de pequeno porte, como abatedouros e micro-usinas, ligadas a pequenas cooperativas e associações de agricultores, com o objetivo de viabilizar a produção e a permanência dos agricultores familiares.

5.3.3.1 Produção leite no Território da Grande Dourados

A cadeia produtiva do leite é a mais importante cadeia produtiva para a agricultura familiar no Território da Grande Dourados. A grande maioria dos agricultores familiares do Território, tanto aqueles tradicionais como os assentados da reforma agrária, tem no leite a sua principal atividade econômico. Essa situação se deve por vários motivos, que vão desde as questões como o tamanho das propriedades, geralmente pequenas o que inviabiliza a

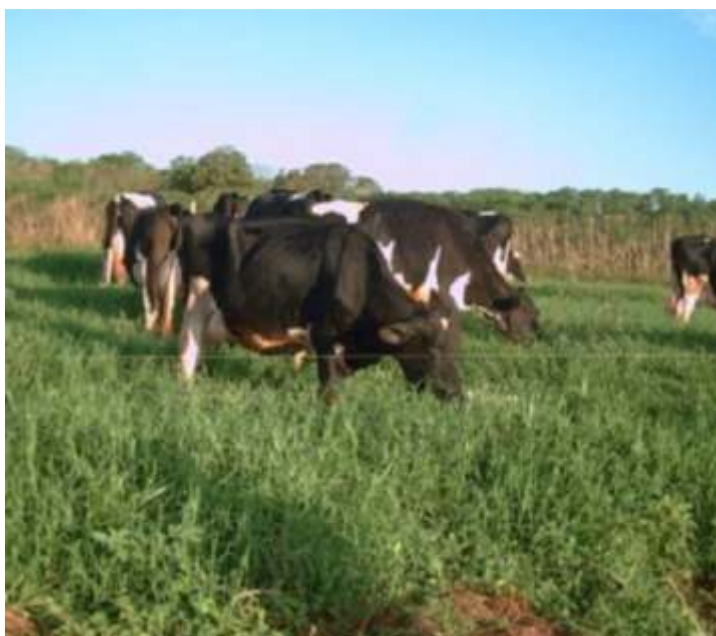


Foto 17 - Rebanho leiteiro no território da Grande Dourados

exploração da pecuária de corte (cria, recria e engorda) que é atividade exercida por grande fazendas no Território; também questões relacionadas com a expectativa de renda dos agricultores familiares que vê na atividade a garantia de uma renda mensal, independente do valor dessa renda, por menor que seja, é a garantia de um ganho mínimo capaz cobrir as despesas mensal da sua família.

Apesar da sua importância social a atividade com a produção de leite, sofre da ausência de políticas mais estruturadas voltadas para a atividade, envolve cerca de 20 mil produtores que produzem em torno de 1 bilhão de litros/ano na estação das águas no estado de MS. Apesar da falta de incentivo, a atividade vem se ampliado ao longo dos anos. Entretanto, o leite ainda é obtido em grande parte de gado de corte, que faz parte do tradicional negócio do Estado.

Existe um grande número de propriedades rurais que se dedicam a pecuária de corte que também produzem leite, esta atividade secundária, é considerado como fator de barateamento do custo de manutenção da propriedade, visto que a liquidez do leite é imediata em termos de renda gerada.

Devido a sua importância econômica para a Agricultura Familiar, o leite tem sido alvo de incentivo por parte do estado por ser um produto mercantil por excelência dos sobretudo, nas áreas de assentamento da reforma agrário e também das áreas ocupadas por Agricultores Familiares tradicionais.

Na Tabela 12 são mostrados os resultados do IBGE, retratando a atividade da pecuária de leite nos 12 municípios integrantes do Território da Grande Dourados, com base no ano de 2009.

Tabela 12 - Produção de leite no território 2009

MUNICÍPIO	LEITE DE VACA (mil litros)
Caarapó	3.205
Deodópolis	7.380
Douradina	2.156
Dourados	18.410
Fátima do Sul	1.738
Glória de Dourados	11.560
Itaporã	3.148
Jateí	6.231
Rio Brilhante	9.314
Vicentina	3.336
Juti	2.722
Nova Alvorada do Sul	5.450
TOTAL	74.650

Fonte: SEMAC/MS

A produção anual de leite no Território da Grande Dourados, é da ordem de 28 milhões de litros por ano, e que o município com maior volume de produção anual é o de Dourados, com mais de 6,6 milhões de litro por ano. Já o que apresenta menor volume da produção é de Fátima do Sul com em torno de 625 mil litros por ano.

5.4 Organizações e Serviços de Apoio à Agricultura Familiar no Território

No campo da representação política duas organizações sindicais atuam no Território: Federação da Agricultura Familiar no MS (FAF/MS) presente em alguns municípios e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETAGRI). As duas federações disputam a condição de mediadores de políticas públicas e suas atuações se dão

fundamentalmente no fomento de políticas agrícolas de habitação rural, crédito rural, assistência técnica e extensão rural.

Também presente nos municípios a representação do Sindicato Rural Patronal, ligados A FAMASUL/CNA, mas que na maioria dos municípios do território acaba congregando e representando também os produtores da Agricultura Familiar.

Além delas, são importantes o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Com relação à prestação de serviços na área de assistência técnica e extensão rural pode-se destacar o trabalho desenvolvido pela AGRAER, presente em todos os municípios. Além da atuação dessa instituição ligada ao poder público estadual, há aquelas de organizações não-governamentais se estruturando mais recentemente, como as cooperativas de prestação de serviços técnicos e equipes técnicas mantidas pelas próprias cooperativas agropecuárias e pelas administrações públicas municipais.

Exemplo disso é o recente trabalho em desenvolvimento de Assistência técnica aos produtores de leite no território fruto de edital do MDA, que vem sendo desenvolvido pela COOPAER.

Apesar dos trabalhos dessas instituições no campo da extensão rural e assistência técnica, as ações ainda são insuficientes para o atendimento de todas as demandas. Percebe-se aos poucos que as associações, cooperativas e organizações comunitárias que tem participado das ações territoriais estão se fortalecendo sentindo-se progressivamente mais responsáveis pelos rumos do desenvolvimento territorial.

Como a todo o momento novos atores estão se integrando ao processo, há uma dificuldade em compreender o papel que cada um pode e deve ter. Constata-se a necessidade de um tempo para que elas apreendam e se incorporem conscientemente à proposta.

Parece fundamental, todavia, desenvolver estratégias que encurtem esse tempo e aumentem a integração entre os participantes. É pertinente recordar que as entidades que participam há mais tempo têm conseguido aprovar seus projetos por terem mais clareza do processo e por apresentarem propostas conjuntas.

Durante o desenvolvimento dos processos que levaram a reestruturação da composição das entidades que participam da plenária do Território da Grande Dourados foram elencadas as entidades pelos atores territoriais listadas no quadro 02.

Quadro 02 – Instituições citadas pelo colegiado territorial presentes no território

INSTITUIÇÃO	ÁREA DE ATUAÇÃO	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Pesquisa e desenvolvimento tecnológico / transferência de Tecnologias	Estrutura física; Material humano; Bom nível conhecimento; Tecnologias Projetos	Dificuldade dos repasses das informações obtidas; Déficit em tecnologia de informação para extensão a agricultura familiar; Falta pesquisa para agricultura familiar, direcionamento e foco para agricultura familiar.
EFAR - Escola Família Agrícola Rosalvo Rocha Rodrigues	Formação técnica de jovens Rurais; pesquisas, validação de tecnologias	Ensino profissionalizante dos jovens rurais/assentados; Projeto diversos; Ensaio de variedades.	Recursos financeiros Monitores
FAF - Federação da agricultura familiar	A federação coordena 2.500 famílias em 20 acampamentos do Mato Grosso do Sul.	A FAF/MS é a organização que coordena o programa de habitação na Agricultura Familiar no MS	
IAGRO - Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal	Controle sanitário	Atuar no controle de doenças infecciosas.	Morosidade no atendimento ao pequeno agricultor
AGRAER - Agência de Desenvolvimento Agrário, Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural.	Assistência técnica	Acesso aos produtores; Profissionais capacitados e diversificados; Escritórios em todos os municípios do território	Falta de infraestrutura; Quadro de funcionários insuficientes.
MMC - Movimento Mulheres Camponesas;	Apoio à formação das mulheres camponesas no campo	Busca para informação do desenvolvimento na agricultura familiar; Projeto de Formação /MDA	Organização nos municípios
SEBRAE – Serviço de apoio a pequena e micro empresa	Capacitação e fomento	Capacitação; Assessoria/projetos.	Poucas unidades de atendimento Falta tradição com Agricultura Familiar.
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural	Capacitação	Capacitação de produtores	Atuação junto à agricultura familiar
STRs - Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Organização e representação dos trabalhadores	Representatividade	Disfunção da área de atuação (política de favorecimentos)

INSTITUIÇÃO	ÁREA DE ATUAÇÃO	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
UCDB - Universidade Católica Dom Bosco	Ensino, Pesquisa e Extensão	Trabalho efetivo na Reserva indígena Caarapo Acadêmicos	Atinge poucas aldeias no território
UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.	Ensino, Pesquisa e Extensão	Pesquisa em referência ao meio ambiente Curso Agroecologia Acadêmicos	Falta de profissionais
ANHANGUERA/UNIDERP - Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da região do Pantanal.	Ensino, Pesquisa e Extensão	Capacitação e análise. Acadêmicos	Convênios
UFGD – universidade Federal da Grande Dourados	Ensino, Pesquisa e Extensão	Mão de obra; Profissionais capacitados. Acadêmicos	Falta de estrutura física, econômica; Déficit em tecnologia de informação p/ pequeno agricultor.
UNIGRAN - Universidade da Grande Dourados.	Ensino, Pesquisa e Extensão		
AESCA – Associação Estadual de Cooperação Agrícola - ATES	Entidade de ATER		
APOMS - Associação dos Produtores de Orgânicos de Mato Grosso do Sul	Defesa de classe	Certificação participativa Processos participativos	Falta de recursos para acompanhar seus produtores
Banco do Brasil	Financiamento da produção	Operacionalização do crédito pronaf e fco	Falta de funcionários
CMDR – Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável	Auxílio em todos os setores da produção dos agricultores familiares.	Representação da necessidades dos produtores rurais	Dificuldades de organização e participação ativa
COOPAER -Cooperativa de Trabalho em Desenvolvimento Rural e Agronegócios	ATER	Boa alternativa para suprir a ATER no território	Técnicos poucos comprometidos
CPT - Comissão Pastoral da Terra	Apoio social as comunidades	Boa abrangência nas comunidades rurais e tradição nas lutas agrárias	Falta equipe e recursos
FETAGRI -Federação dos Trabalhadores na Agricultura	Representação de classe		
IMAD - Instituto de Meio Ambiente e Desenvolvimento - OSCIP	Ambiental	Especializada em questões ambientais	

INSTITUIÇÃO	ÁREA DE ATUAÇÃO	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
IBRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Assentamentos em assentamentos; organização fundiária.		
AMTR - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – Regional de Dourados	Assistência social agrária		
ASIT - Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Assistência de classe		
ASIT - Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Representação de classe		
ARQDEZ - Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola de Dezidério Felipe de Oliveira – Dourados	Comunidade Negra		
Força Feminina - Associação das Mulheres Rurais de Dourados – Indápolis	Agroindústria e artesanato		
AMREST - Associação das Mulheres Rurais Empreendedoras de Santa Terezinha – de Itaporã	Agroindústria Familiar		
AAPIRB - Associação de Apicultores de Rio Brilhante	Apicultura		
AGROPEC - Associação dos Agropecuaristas de Deodápolis –	Agropecuária		
Associação dos Pequenos e Mini Produtores da 3ª Linha de Vicentina	Agropecuária		
APROAF - Associação dos Produtores da Agricultura Familiar de Indápolis - Dourados	Agropecuária		
AGROVILA - Associação dos Produtores da Agrovila / Dourados	Agropecuária		
Associação dos Produtores de Leite de Fátima do Sul;	Agropecuária		
Associação dos Produtores de Leite de Vicentina	Agropecuária		
Associação dos Produtores de Leite do Assentamento Nova Esperança de Vicentina	Agropecuária		

INSTITUIÇÃO	ÁREA DE ATUAÇÃO	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
I a 5w - Associação a Desenvolvimento Rural – de Caarapó	Agropecuária		
Banco do Brasil - Agência Parque dos Ipês – Dourados	DRS e Crédito		
Comunidade indígena - Guarani / Kaiowá / Bororo – Dourados;	Indígenas		
CEDRS - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável– Campo Grande			
COPALEITE - Cooperativa Agropecuária dos Produtores de Leite de Glória de Dourados –	Agropecuária		
COOPERFAMILIAR - Cooperativa de Agricultura Familiar de Jutí –	Agropecuária		
MS PEIXE – Cooperativa de Aquicultores de Mato Grosso do Sul - Dourados	Aquicultura e pesca		
FUNAI - Fundação Nacional do Índio - Regional de Dourados	Coordenação dos trabalhos com indígenas no Território		
CUT - Central Única dos Trabalhadores – Dourados	Representação de classe		
Sindicato dos Bancários de Dourados e Região – MS	Representação de classe		
MPA/MS - Ministério da Aquicultura e Pesca -- Regional de Dourados;	Aquicultura e Pesca		
IMASUL - Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – Regional de Dourados	Ambiental		
GEBIO - Grupo de Estudos em Proteção à Biodiversidade - Unidade Glória Dourados	Ambiental		

5.5 Instituições de crédito no Território da Grande Dourados

As instituições de crédito são as grandes responsáveis por fazer com que o crédito e em especial do PRONAF chegue aos produtores para que estes possam dinamizar a economia territorial.

No quando xx a quantidade de instituições creditícia presentes nos municípios do território da Grande Dourados.

Quadro 03 - Instituições de credito no território Grande Dourados.

Município	Quantidade de Instituições de crédito
Caarapó	2
Dourados	17
Douradina	1
Fátima do Sul	3
Glória de Dourados	2
Jateí	-
Juti	-
Itaporã	2
Nova Alvorada do Sul	1
Rio Brilhante	3
Vicentina	1
Deodápolis	2

Fonte: SEMAC/MS

Iniciativa tem sido feito no Território da Grande Dourados para que os produtores possam se organizar visando a criação de estruturas de crédito cooperativadas a exemplo de sistemas de crédito solidário em funcionamento em outras regiões do país. Estas iniciativas de construção de ferramentas alternativas de crédito se fazem necessário devido as dificuldades ainda encontradas pela grande maioria dos Agricultores Familiares no que diz respeito ao acesso ao PRONAF.

6

PROINF INVESTIMENTO

O PROINF (Programa de infra estrutura em territórios rurais) é um programa que destina recursos a projetos que tiveram suas deliberações feitas em discussões coletivas do Colegiado Territorial.

Os principais projetos financiados por esse programa no território em seus primeiros anos esteve ligado a cadeia produtiva do leite. Foram adquiridos tanques resfriadores, mini-usina de leite, máquinas e equipamentos para apoiar esta cadeia produtiva e capacitações em bovinocultura de leite.

Sua implementação se deu a partir de 2003 com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento dos Territórios Rurais – PRONAT, e tem sido a principal ferramenta para o exercício da deliberação coletiva dos atores sociais do território.

Segundo os critérios da SDT, os projetos de investimento nos territórios devem representar estratégias para alcançar o desenvolvimento sustentável. Além disso, eles devem ser discutidos com os atores sociais e o Estado, sempre em sintonia com a situação e a problemática diagnosticadas.

Os projetos são classificados em três categorias que definem os objetivos diferenciados das prioridades e da aplicação dos investimentos:

Projetos estruturantes - são os projetos voltados para implantação ou ampliação de qualquer tipo de infra-estrutura social, econômica e ambiental e, em particular, pela sua importância, projetos de educação, que oriente o novo estilo de desenvolvimento e possibilite a criação de condições favoráveis para a viabilização dos projetos econômicos e sociais.

Projetos produtivos - são aqueles voltados para a obtenção de qualquer produto ou serviço em qualquer setor ou ramo de atividade produtiva de melhoria da renda e dando suporte ao aumento da competitividade territorial.

Os investimentos foram destinados a todo o processo produtivo, qualidade do leite, coleta e venda coletiva, resfriamento/industrialização e comercialização.

Projetos sociais – configuram-se como os projetos públicos, de caráter redistributivo e/ou compensatório, voltados para a superação dos passivos sociais nas áreas de organização social, saúde, saneamento, segurança alimentar, habitação, dentre outros.

Mesmo que se considere que esta classificação seja apenas didática, é importante que os atores sociais reflitam sobre a insignificância que tiveram os projetos estruturantes. Como esses projetos têm efeitos mais difusos, há o risco de que nunca venham a ser priorizados nas discussões com as comunidades. Deve se considerar, entretanto, que no início da implantação do território as dificuldades em pensar uma estratégia de desenvolvimento territorial era maiores. As entidades apresentavam projetos locais e localistas. Em muitos casos, apresentavam mais de um projeto, apenas para ter maiores possibilidades de negociação. Com o estabelecimento dos critérios de enquadramento para apresentação e aprovação de projetos, as entidades começaram a dialogar e a apresentar projetos de cunho inter municipal e regional.

No Território da Grande Dourados, gradativamente pode se observar a construção do pensamento coletivo do desenvolvimento através dos projetos aprovados pelo Colegiado Territorial.



Foto 18 – Integrantes do colegiado territorial deliberando projetos do PROINF investimento

No ano de 2003 a visão era investir em estruturas de apoio aos municípios (tanques de resfriamento de leite, máquinas); já em 2007/2008 o surgimento de projetos inovadores com visão territorial. (Laboratório de Estudos Territoriais, Centro de Formação, Central de envasamento de mel, Consórcio intermunicipal, Escola Família Agrícola), demonstram o amadurecimento dos atores sociais.

Foram priorizados as seguintes cadeia produtivas no território da Grande Dourados: Cadeia produtiva do leite, Cadeia produtiva da apicultura, Cadeia produtiva da agroecologia,

Cadeia produtiva da piscicultura, as questões ambientais, o fortalecimento do capital social e a educação forma e informal

Alguns aspectos precisam ser observados ao avaliar os projetos territoriais, dentre eles podemos citar: a elevação do valor mínimo dos projetos para cem mil Reais; o aumento das dificuldades de articulação com os proponentes para as contrapartidas; a perda de interesse de entidades e municípios que não conseguiram ser beneficiados nos anos iniciais do programa; e, de forma mais geral, a falta de clareza sobre a estratégia de desenvolvimento territorial. É fundamental que os atores sociais reflitam sobre esse quadro.

Fotos de alguns projetos do PROINF investimento



Foto 19 – Resfriador de leite
Cadeia produtiva do leite



Foto 20 – Veículo utilitário para apoiar a cadeia da apicultura



Foto 21- veículo de apoio as ações do Laboratório de Estudos Territoriais



Foto 22 Equipamentos do Laboratório de Territoriais da Grande Dourados



Foto 23



Foto 24

Câmara fria e equipamentos para o projeto da central de coleta e armazenamento de sementes de espécies nativas regionais. (Projeto Ambiental)

Quadro 04 - Resumo dos projetos do PROINF investimento no território da Grande Dourados 2003 a 2010

! ■ □	Valor	Estágio	Ações prioritizadas
2003	R\$ 626.985,91	Realizado	<ul style="list-style-type: none"> Aquisição de tanques resfriadores e mini usinas de leite capacitação na cadeia produtiva de leite.
2004	R\$ 511.199,70	Realizado	<ul style="list-style-type: none"> Construção de um Centro de Múltiplo Uso para capacitação técnica dos Agricultores Familiares Aquisição de máquinas, veículos, carreta basculante para apoiar a bovinocultura de leite. Capacitação técnico gerencial na bovinocultura de leite
2005	R\$ 219.022,86 investimentos R\$ 37.797,36 custeio	Realizado	<ul style="list-style-type: none"> Aquisição de Equipamentos para Educação Ambiental Construção e ou adequação de viveiros de mudas para recuperação ambiental de nascentes e matas ciliares. Oficinas de capacitação técnica ao Núcleo Direto e Núcleo Técnico do CIAT do Território
2006	R\$ 263.264,06 investimentos R\$ 13.510,10 custeio	Realizado	<ul style="list-style-type: none"> Aquisição de oito motocicletas tipo trail 125CV Implantação de Unidades Demonstrativas de Recuperação Nascente, hortas agroecológicas, viveiro de mudas e sistemas agroflorestais.
2007	R\$ 566.760,00 investimentos	Realizado	<ul style="list-style-type: none"> Apoio a estruturação da central de envasamento de mel Instalação do Laboratório de Estudos Territoriais Unidades didáticas de tecnologias em leite
2008	R\$ 650.000,00 investimentos R\$ 384.000,00 custeio	Em andamento	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecimento da estrutura de apoio ao colegiado Território Apoio a agroecologia (construção da sede da APOMS) Estrutura de transformação de derivados de mandioca para atender ao público indígena do território Apoiar amplo processo de capacitação dos atores sociais locais bem como a capacitação dos membros do Núcleo Técnico e do Núcleo Diretivo, visando dar suporte técnico aos projetos implantados e em implantação pela SDT através do PROINF no Território da Grande Dourados.
2009/2010	R\$ 900.000,00 investimentos R\$ 300.000,00 custeio	Em contratação	<ul style="list-style-type: none"> Projeto de estruturação do CIDECO (Consórcio Intermunicipal da Colônia) Construção de estruturas de apoio ao cooperativismo Apoio a agroecologia Reforma e equipamentos para o Centro de Formação para Agricultura familiar no Território Grande Dourados Reforma das estruturas da EFAR - Escola Família Agrícola de Nova Alvorada do Sul + aquisição de uma VAN

Fonte: CODETER - Grande Dourados

Quadro 05 - Resumo dos projetos do PROINF investimento no território da Grande Dourados 1997 a 2008

ANO	PROPONENTE	PROGRAMA	OBJETO	VALORMDA
1997	MUNICIPIO DE DEODAPOLIS - MS	PRONAF	CONSTRUCAO DE VIVEIRO DE MUDAS, TERMINAL DE CALCARIO E ABA- TEDOURO COMUNITARIO.	149.998,00
1997	MUNICIPIO DE DOURADINA - MS	PRONAF	IMPLANTACAO SISTEMA ABASTECIMENTO AGUA (POCO ARTES.C/BOMBA /RESERVATORIO E 03 KM REDE),RECUPERACAO DE ESTRADAS VICINAIS.	137.000,00
1997	MUNICIPIO DE FATIMA DO SUL - MS	PRONAF	CONSTR.FEIRA PROD.E UNID.RESFRIAM.LEITE,AQUIS.FABR.RACAO,KI TPESCA,BOTIJ.INSEMIN.ARTIF.E CAMINH.P/T TRANSP PROD,PERF.PC ART	160.000,00
1997	MUNICIPIO DE GLORIA DE DOURADOS - MS	PRONAF	AQUIS.CAMINHAO TRANSP.PRODUCAO,IMPL.VIVEIRO MUDA,INSTAL.CONJSECAD.FORAGEIRA,CON STR.ENSILAD.E AQUIS.CAMINHAO TRANSP.FORR	150.000,00
1997	MUNICIPIO DE ITAPORA - MS	PRONAF	AQUIS.CAMINHAO TRANSP.PRODUCAO/INSTAL.BALANCA/RECUP ER.ESTRA-DAS/CONSTR.VIVEIRO MUDAS E AQUIS.VIDEO E TV P/APOIO CAP.PROD	156.600,00
1997	MUNICIPIO DE VICENTINA - MS	PRONAF	AQUISICAO DE CAMINHAO PARA TRANSPORTE DA PRODUCAO E INSTALACAO DE CENTRAL DE INSEMINACAO ARTIFICIAL.	150.000,00
1998	MUNICIPIO DE DEODAPOLIS - MS	PRONAF	IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA E SERVICOS DE APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR	160.150,00
1998	MUNICIPIO DE FATIMA DO SUL - MS	PRONAF	IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA E SERVICOS DE APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR	160.105,00
1998	MUNICIPIO DE GLORIA DE DOURADOS - MS	PRONAF	IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA E SERVICOS DE APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR	160.105,00
1998	MUNICIPIO DE JATEI - MS	PRONAF	AQUISICAO CAMINHAO TRANSP.PROD./CONSTR.VIVEIRO MUDAS/INSTALACAO FABRICA RACAO E ADEQUACAO UNID.DIDATICA DE BOVINOCULTURA	147.650,00
1999	MUNICIPIO DE DEODAPOLIS - MS	PRONAF	AQUISICAO CAMINHAO,TRATOR AGRICOLA,PLANTADEIRA,CONSTRUCAO DEBARRACAO E REFORMA DE PONTES.	139.087,00
1999	MUNICIPIO DE DOURADINA - MS	PRONAF	AQUISICAO MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS, CONSTRUCAO BAR- RACAO E RECUPERACAO DE ESTRADAS.	139.087,00
1999	MUNICIPIO DE FATIMA DO SUL - MS	PRONAF	IMPLANT.FABRICA ADUBO,CONSTR.BARRACAO,AQUISICAO EQUIP.E FONECOMUNITARIO,PERFUR.POCO,AMPLIAC. FABRICA RACAO E RECUP.ESTRAD	139.087,00

1999	MUNICIPIO DE ITAPORA - MS	PRONAF	AQUIS.MAQU/IMPLEM.AGRICOLAS E KIT PISCICULT,PERFUR/CONSTRUC.POCO SEMI-ARTES.INSTALACAO UNID.DIDATICA E REFORMA PONTES	139.087,00
1999	MUNICIPIO DE JATEI - MS	PRONAF	AQUIS.CAMINHAO C/TRUK E CACAMBA,VEICUL.UTILIT.,MAQU/IMPLEMTOAGRIC,REFORMA PONTE E BUEIRO, E RECUPERACAO ESTRADA	139.087,00
1999	MUNICIPIO DE VICENTINA - MS	PRONAF	AQUISICAO MAQUINAS E IMPLEMENTOS VISANDO MELHORIA INFRA-ES-TRUTURA DE APOIO AO PRODUTOR RURAL	160.083,00
2000	MUNICIPIO DE DOURADINA - MS	PRONAF	PRONAF00/INFRA-ESTR.E SERV-AQUIS.MAQU.E IMPLEM,BOTIJAO INSEMARTIFIC,CONSTR.UNID.DIDATICA,AQUIS.EQUIPAM,RECUP.ESTRADA VIC	150.000,00
2000	MUNICIPIO DE FATIMA DO SUL - MS	PRONAF	PRONAF00/INFRA-ESTR.E SERV-POCOS SEMI-ARTES,AQUIS.TER/CONSTPREDIO E EQUIP.P/MAQ.ARROZ,CURSOS CAPAC.E RECUPER.EQUIPAMTOS	150.000,00
2000	MUNICIPIO DE ITAPORA - MS	PRONAF	PRONAF/INFRA-ESTRUT.E SERVICOS-AQUISIC.IMPLEMENTOS,CX DAGUA,CONSTR.:FAB.DOCES E FAB.CAMA FRANGO AMBAS C/EQUIP. CURSOS	150.000,00
2000	MUNICIPIO DE JATEI - MS	PRONAF	PRONAF/INFRA ESTR SERVICOS-AQUISICAO CAMINHAO,TANQUE COLETA E RESFRIADORES DE LEITE, E CURSOS	150.000,00
2000	MUNICIPIO DE VICENTINA - MS	PRONAF	PRONAF00/INFRA-ESTRUTURA E SERVICO-AQUISICAO MAQUINAS E IM-PLEMENTOS AGRICOLAS E RECUPERACAO DE ESTRADAS	150.000,00
2001	MUNICIPIO DE DEODAPOLIS - MS	PRONAF	PRONAF - INFRA-ESTRUTURA E SERVICOS/INFRA-ESTRUTURA MECANIZADA E CAPACITACAO DE CONSELHEIROS EM GESTAO SOCIAL	43.130,00
2001	MUNICIPIO DE DOURADOS - MS	PRONAF	REDE DE DISTRIBUICAO DE AGUA POTAVEL NO ASSENTAMENTO RURAL AMPARO	260.000,00
2001	MUNICIPIO DE ITAPORA - MS	PRONAF	PRONAF - INFRA-ESTRUTURA E SERVICOS/INFRA-ESTRUTURA E ESCOAMENTO DE PRODUCAO	43.130,00
2001	MUNICIPIO DE JATEI - MS	PRONAF	PRONAF - INFRA-ESTRUTURA E SERVICOS/INFRA-ESTRUTURA MECANIZADA/DIVERSIFICACAO PRODUCAO/OBRA HIDRICA/CAPAC. AGRICULTOR	43.130,00
2001	MUNICIPIO DE VICENTINA - MS	PRONAF	PRONAF - INFRA-ESTRUTURA E SERVICOS/AQUISICAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	43.126,00
2003	MUNICIPIO DE CAARAPO - MS	PRONAF	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA ARMAZENAMENTO DE LEITE RESFRIADO E CAPACITACAO DE PRODUTORES DE LEITE	56.445,97
2003	MUNICIPIO DE DEODAPOLIS - MS	PRONAF	OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE PRODUCAO E CAPACITACAO DE AGRI- CULTORES FAMILIARES	50.480,14
2003	MUNICIPIO DE DOURADINA - MS	PRONAF	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA ARMAZENAMENTO DE LEITE RESFRIADO E CAPACITACAO DE PRODUTORES DE LEITE	28.222,99

2003	MUNICIPIO DE DOURADOS - MS	PRONAF	CAPAC/TREIN.AGRICULTORES NA AREA LEITEIRA E AQUISICAO INSTALACAO DE RESFRIADORES DE LEITE	37.860,10
2003	MUNICIPIO DE DOURADOS - MS	PRONAF	CONSTR.MINI USINA PASTEURIZACAO LEITE PARA ATENDER PEQS PRODE VENDEDORES AMBULANTES DE LEITE IN-NATURA REGIAO DOURADOS	156.693,60
2003	MUNICIPIO DE FATIMA DO SUL - MS	PRONAF	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA ADEQUAR A MINI USINA DE LEITEE CAPACITACAO DOS AGRICULTORES FAMILIARES	43.665,20
2003	MUNICIPIO DE GLORIA DE DOURADOS - MS	PRONAF	CAPACITACAO AGRICULTORES FAMILIARES S/CADEIA PRODUTIVA LEITEAQUISICAO DE 03 TANQUES RESFRIADORES CAPACIDADE 2000 LITROS	42.334,47
2003	MUNICIPIO DE ITAPORA - MS	PRONAF	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA ARMAZENAMENTO DE LEITE RESFRIADO E CAPACITACAO DE PRODUTORES DE LEITE	42.334,48
2003	MUNICIPIO DE JATEI - MS	PRONAF	AQUISICAO DE TANQUES DE EXPANSAO C/CAPACIDADE DE 2000 LITROSE CAPACITACAO DOS AGRICULTORES FAMILIARES	42.334,47
2003	MUNICIPIO DE JUTI - MS	PRONAF	AQUISICAO DE TANQUES DE EXPANSAO DE LEITE IN-NATURA E CAPACITACAO DE AGRICULTORES FAMILIARES	42.334,45
2003	MUNICIPIO DE RIO BRILHANTE - MS	PRONAF	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS P/MELHORIA DA PRODUCAO DE LEITE E CURSOS DE CAPACITACAO	53.463,05
2003	MUNICIPIO DE RIO BRILHANTE - MS	PRONAF	AQUISICAO DE 05 RESFRIADORES E INSTALACAO ELETRICA E EDIFICACOES	60.000,00
2003	MUNICIPIO DE VICENTINA - MS	PRONAF	AQUISICAO DE 02 TANQUES DE EXPANSAO PARA MELHORIA DA PRODUCAO DE LEITE	29.829,17
2004	INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - IMAD	DES SUS TER RUR	PROCESSOS DE MOBILIZACAO P/GESTAO PARTICIPATIVA DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E NUCLEO DA INSTANCIA TERR.	53.202,60
2004	INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - IMAD	PRONAF	MOBILIZACAO PARA PARTICIPACAO DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTOSUSTENTAVEL E NUCLEO EXECUTIVO DA INSTANCIA TERRITORIAL	32.516,70
2004	MUNICIPIO DE CAARAPO - MS	PRONAF	AQUISICAO DE VEICULO UTILITARIO, CARRETA BASCULANTE PARA SI-LAGEM E CAPACITACAO EM BOVINOCULTURA	39.380,00
2004	MUNICIPIO DE DEODAPOLIS - MS	PRONAF	AQUISICAO DE RESFRIADORES DE LEITE E CAPACITACAO EM BOVINO- CULTURA DE LEITE	41.508,00
2004	MUNICIPIO DE DOURADINA - MS	PRONAF	AQUISICAO VEICULO UTILITARIO E CAPACITACAO BOVINOCULTURA DE LEITE	40.703,89
2004	MUNICIPIO DE DOURADOS - MS	PRONAF	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E CAPACITACAO	28.666,00
2004	MUNICIPIO DE GLORIA DE DOURADOS - MS	PRONAF	CONSTRUCAO CENTRO DE MULTIPLO USO, CAPACITACAO AGRICULTORES	40.703,89
2004	MUNICIPIO DE ITAPORA - MS	PRONAF	AQUISICAO IOGURTEIRA, EQUIP. QUEIJARIA, CALDEIRA A LENHAE CAPACITACAO BOVINOCULTURA DE LEITE	44.514,88

2004	MUNICIPIO DE JATEI - MS	PRONAF	AQUISICAO DE TRATOR E CAPACITACAO DOS AGRICULTORES FAMILIARES	62.032,00
2004	MUNICIPIO DE JUTI - MS	PRONAF	AQUISICAO DE PLANTADEIRA E CAPACITACAO TECNICO GERENCIAL EM BOVINOCULTURA DE LEITE	51.140,78
2004	MUNICIPIO DE RIO BRILHANTE - MS	PRONAF	AQUISICAO TANQUES RESFRIADORES, BOTIJOES ACONDICIONAMENTO SEMEN BOVINO E CAPACITACAO BOVINOCULTURA DE LEITE	53.873,02
2004	MUNICIPIO DE VICENTINA - MS	PRONAF	INFRA ESTRUTURA E SERVICOS	29.800,00
2005	INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - IMAD	PRONAT	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA/SERVICOS EM TERRITORIOS RURAIS - MUNICIPIOS DO TERRITORIO DE DOURADOS/MS	37.419,39
2005	MUNICIPIO DE CAARAPO - MS	PRONAT	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA EDUCACAO AMBIENTAL E CONSTRUCAO DE UM VIVEIRO DE MUDAS EM CAARAPO/MS	19.276,94
2005	MUNICIPIO DE DEODAPOLIS - MS	PRONAT	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA EDUCACAO AMBIENTAL	19.276,94
2005	MUNICIPIO DE DOURADINA - MS	PRONAT	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA EDUCACAO AMBIENTAL E IMPLANTACAO DE VIVEIRO DE MUDAS PARA RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	19.276,94
2005	MUNICIPIO DE DOURADOS - MS	PRONAT	APOIO AS ACOES TERRITORIAIS PARA A EDUCACAO AMBIENTAL E RECUPERACAO AMBIENTAL DE DOURADOS/MS	19.276,94
2005	MUNICIPIO DE FATIMA DO SUL - MS	PRONAT	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA EDUCACAO AMBIENTAL E IMPLANTACAO DE VIVEIRO DE MUDAS PARA RECUPERACAO AMBIENTAL	19.276,94
2005	MUNICIPIO DE GLORIA DE DOURADOS - MS	PRONAT	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA EDUCACAO AMBIENTAL	19.276,94
2005	MUNICIPIO DE ITAPORA - MS	PRONAT	AQUISICAO EQUIPAMENTOS PARA EDUCACAO AMBIENTAL E AQUISICAO TANQUE DE DISTRIBUICAO DE DEJETOS	19.276,94
2005	MUNICIPIO DE ITAPORA - MS	PRONAT	AQUISICAO DE TRATOR AGRICOLA	70.000,00
2005	MUNICIPIO DE ITAQUIRAI - MS	PRONAT	AQUISICAO DE 5 COMPUTADORES, 1 IMPRESSORA MATRICIAL, NOBREAK140 CADEIRAS DE AUDITORIO CURSO DE INFORMATICA E REUNIOES	28.458,22
2005	MUNICIPIO DE JATEI - MS	PRONAT	AQUISICAO DE UM TANQUE DISTRIBUIDOR DE FERTILIZANTES, UM MICROCOMPUTADOE E UM DATA SHOW NO MUNICIPIO DE JATEI/MS	19.276,94
2005	MUNICIPIO DE JUTI - MS	PRONAT	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA APOIO A RECUPERACAO AMBIENTAL E IMPLANTACAO DE UM VIVEIRO DE MUDAS NO MUNICIPIO DE JUTI	19.276,94
2005	MUNICIPIO DE RIO BRILHANTE - MS	PRONAT	INSTALACAO VIVEIRO DE MUDAS PARA RECUP AMBIENTAL AQUISICAO COMPUTADOR,IMPRESSORA DATA SHOW TV VIDEO RETRO PROJETOR	19.276,94
2005	MUNICIPIO DE VICENTINA - MS	PRONAT	CONSTRUCAO VIVEIRO DE MUDAS E AQUISICAO DE COMPUTADOR GPS IMPRESSORA DAT SHOW MAQUINA FOTOGRAFICA TV VIDEO RETRO PROJE	19.276,94

2008	AGRAER	PRONAT	ESTRUTURAR AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E APOIAR MELHORAMENTO CADEIA PRODUTIVA LEITE E RECUPERACAO-PRESERVACAO	120.000,00
2008	APOMS	PRONAT	APOIAR PROCESSO DE CAPACITACAO DOS ATORES SOCIAIS LOCAIS BEMCOMO A CAPACITACAO DOS MEMBROS DO NUCLEO TECNICO E DIRETIVO	384.000,00
2008	PM GL. DOURADOS	PRONAT	INCENTIVO PRODUCAO ORGANICA	100.000,00
2008	APOMS	PRONAT	APOIO A AÇÃ ES DE ASSISTÂNCIA TÉCNICA POR MEIO DE VISITAS, CURSOS,INTERCÂMBIOS E PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS.	149.993,00
2008	PM JATEI	PRONAT	APOIO RECUPERACAO / PRESERVACAO AMBIENTAL	100.000,00
2008	PM JUTI	PRONAT	MELHORAMENTO CADEIA PRODUTIVA LEITE E MANDIOCA, FORTALECIMENTO DA COMERCIALIZACAO E APOIO CAPACITACAO PERIODICA DE TECNICO	230.000,00
2008	PM N.ALV. SUL	PRONAT	APOIO COMERCIALIZACAO E A RECUPERACAO-PRESERVACAO MEIO AMBIENTE	100.000,00

7

Algumas iniciativas importantes no Território da Grande Dourados

7.1 Construção de identidade no Território da Grande Dourados

7.1.1 ADT-GD Agência de Desenvolvimento Territorial da Grande Dourados

Após o processo de reconhecimento como território e a implantação das primeiras ações de caráter territorial que foi protagonizados por uma pequena comissão que teve a denominação de CIAT (Comissão de Implantação das Ações Territoriais), os membros do Colegiado Territorial num processo democrático e participativo elegeram a figura de uma Agência para dar ordenamento as discussões da política territorial.

Figura 02 – totem de demarcação do Território da Grande Dourados A ADT-GD -Agência de Desenvolvimento Territorial da Grande Dourados, é uma organização independente de qualquer vinculação política, filosófica e religiosa, assentada no princípio da democracia, da cidadania e da convivência pacífica entre povos, credos e raças

Segundo consta no seu artigo segundo a ADT-GD tem por objetivo implementar ações, integrar e influenciar as políticas públicas e viabilizar instrumentos de desenvolvimento do Território da Grande Dourados, segundo as diretrizes, os objetivos e as metas do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Em nível local é o PTDRS (Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável) o balizador das atividades a serem desenvolvidas pela Agência, pois é neste plano é que foi construído coletivamente a VISÃO DE FUTURO do Território da Grande Dourados.

No sentido de criar um símbolo para que os produtos da Agricultura Familiar produzidos no Território da Grande Dourados pudessem ser identificados, e desta forma iniciar um processo de construção de identidade territorial para comunicação com o consumidor; foi realizado com o apoio de assessoria especializada um trabalho de criação de identidade visual para o Território da Grande Dourados.



Figura 02 – totem de demarcação do Território da Grande Dourados

O símbolo procura valorizar a produção de pequena escala (Familiar, cuidadoso) sem descuidar da qualidade superior por ser produto direto de produtor participante dos programas em desenvolvimento no território.

No processo de criação da identidade territorial foram considerados os seguintes aspectos a destacar:

- Identificar o projeto dentro do segmento do agronegócio e da economia familiar;
- Criar uma base referencial de comunicação para o desenvolvimento de peças de marketing de divulgação de ações;
- Valorizar o Território como reduto de produtos inseridos no processo tecnológico e de sustentabilidade;
- Identificar produtos comerciais com Selo de Origem, agregando valor e propiciando abertura de novos mercados;
- Elevar o comprometimento dos produtores e dos demais integrantes da cadeia produtiva com as ações e a qualidade.

Foto 25 - Capa do projeto de criação da identidade territorial da Grande Dourados



7.1.2 A importância do Selo de Identidade adesivo para produtos

O selo foi desenvolvido para que a identidade do Território possa ser uma realidade.

As grandes maiorias das embalagens utilizadas pelos produtores da economia familiar são primárias, inadequadas, sem competitividade de mercado. Mudar essa realidade exige grande trabalho, outro projeto específico, por tratar-se de caso a caso.

O Núcleo Técnico da ADT-GD está se preparando para orientar os produtores sobre as mudanças necessárias, enquanto não se inicia um trabalho de base que, sem dúvida, terá que ser realizado.

Apesar da precariedade das embalagens, a presença do selo já oferece ao consumidor segurança quanto à qualidade do produto, por indicar ser integrante de um programa de acompanhamento e vistoria.

O baixo custo de produção gráfica do selo viabiliza sua impressão pelo produtor, e pela sua simplicidade técnica, poderá ser impresso na própria região.

O desenvolvimento do projeto do selo levou em consideração registrar o perfil do usuário: Agricultura Familiar e Economia Familiar.

O Selo de Identidade para produtos foi pensado para que possa transmitir as seguintes mensagens:

- Identifica o Território;
- Identifica o mercado justo e solidário;
- Identifica que o produto é de qualidade vistoriada;
- Identifica o estado de procedência.

A simbologia gráfica do selo é representada por um toldo de feira, mercado, barraca, identificando comercialização diferenciada, cuidadosa e de menor escala.



Figura 03 – Selo de identificação da produção do Território da Grande Dourados

7.2 Desenvolvimento de Cadeias produtivas territoriais

7.2.1 Cadeia produtiva do leite

A atividade com a produção de leite, sofre da ausência de políticas mais estruturadas voltadas para a atividade, envolve cerca de 20 mil produtores que produzem em torno de 1 bilhão de litros/ano na estação das águas. E apesar da falta de incentivo, a atividade vem se ampliando ao longo dos anos.

Existe um grande número de propriedades rurais que se dedicam a pecuária de corte que também produzem leite, esta atividade secundária, é considerado como fator de barateamento do custo de manutenção da propriedade, visto que a liquidez do leite é imediata em termos de renda gerada.

Devido a sua importância econômica para a Agricultura Familiar, o leite tem sido alvo de incentivo por parte do estado por ser um produto mercantil por excelência dos sobretudo, nas áreas de assentamento da reforma agrário e também das áreas ocupadas por Agricultores Familiares tradicionais.

O rebanho leiteiro do estado ainda tem predomínio de gado de raça não específica, fato que contribui para a baixa produtividade verificada. Observa se ainda o baixo grau de profissionalização tanto no gerenciamento, como na mão-de-obra e processo produtivo, em que a ordenha predominante ainda é a manual.

A produção ainda está muito sujeita à sazonalidade, sendo dividida entre o período de águas e de seca. Portanto, a escala de produção tem sido insuficiente para o atendimento mesmo da demanda interna.

A agregação de valor ao leite também tem sido incipiente. Do volume produzido in natura no Estado, praticamente 40% alcançam apenas o estágio inicial do processo de industrialização. Nos estabelecimentos maiores, o queijo tipo mussarela chega a representar em média 75% do faturamento do empreendimento.

Devido ao grande número de propriedades produtoras deste produto, o leite tem sido uma atividade geradora de emprego e renda no Estado. Pelas estimativas apresentadas pela Federação da Agricultura de Mato Grosso do Sul, ela deve envolver em torno de 66.000 empregos.

No estado do Mato Grosso do Sul observa se 8 bacias leiteiras: bacias de Aquidauana, bacia do Centro-Norte, bacia do Bolsão, bacia de Campo Grande, bacia de Nova

Nova Andradina, bacia de Glória de Dourados, bacia do Cone sul e bacia de Dourados. Elas se diferenciam, entre outras, pela natureza das propriedades e conseqüentemente do objetivo da produção, ou seja, existem bacias leiteiras constituídas por propriedades de agricultores familiares e aquelas por latifundiários pecuaristas.

7.2.1.1 APL do leite de Glória de Dourados e região

Situada em faixa de fronteira, em áreas próximas aos Estados do Paraná e São Paulo, a Bacia de Leite de Glória de Dourados envolve 8 Municípios: Angélica, Deodápolis, Fátima do Sul, Glória Dourados, Ivinhema, Jateí, Novo Horizonte do Sul e Vicentina, cujo modelo de agricultura familiar é do tipo policultura.

De acordo com o IBGE em 2006, essa bacia produziu 62,4 milhões de litros, com destaque para os Municípios de Glória de Dourados, Ivinhema, Deodápolis e Jateí

Desde 2003 a Câmara Setorial do Leite do governo estadual, com apoio do Programa de desenvolvimento em Faixa de Fronteira pelo Ministério da Integração, tem sido apoiada menos pelo montante do volume de produto em relação às outras no Estado e mais pela capacidade sua produtiva, considerada em média 44% superior à produtividade das demais bacias leiteiras do Estado.

A área desses municípios abrange cerca de 50 mil habitantes e ocupa na produção leiteira como mão-de-obra direta, conforme apontado pela Agraer estadual, órgão executor do projeto de desenvolvimento, 32,5% desse total, quando considerada a produção leiteira, indústria de laticínios, lojas comerciais de fornecimento de insumos, fábrica de ração, entre outros empreendimentos correlatos. Além disso, 5 dos 8 municípios fazem parte do Território da Grande Dourados (Fátima do Sul, Vicentina, Jateí, Glória de Dourados e Deodápolis) e participam das ações dos Planos de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no qual a prioridade até 2007 foi o desenvolvimento da Bacia leiteira.

Esta bacia leiteira abrange cerca de 5 mil agricultores familiares e propriedades rurais, com menos de 100 ha (87%), que tem na atividade sua principal fonte de geração de renda, e dá apoio na sustentação das economias municipais desse APL. A produção do leite na área de abrangência do APL é captada por 05 empresas de laticínios locais e 06 grandes empresas de outras regiões. A atividade leiteira abrange 77% das propriedades rurais e 60% das pessoas ocupadas nessas propriedades. A mão-de-obra dos laticínios representa 26% daquela empregada na indústria local.

Esse arranjo é composto de produtores e laticínios, empresas fornecedoras de insumos agropecuários, máquinas e equipamentos, empresas de transporte terceirizadas, empresas de assistência técnica e extensão rural, escolas de nível pós-médio e superior (públicas e privadas), câmara de dirigentes lojistas, instituição de crédito (BB), prefeituras municipais, produtores de leite e suas associações e cooperativas, entidades de classe.

Organizações de apoio:

- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário da Produção, da Indústria, do Comércio e Turismo – SEPROTUR;
- Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – AGRAER;
- Agência de Defesa Sanitária Animal e Vegetal – IAGRO;
- Serviço de Apoio às Pequenas e Médias Empresas – SEBRAE/MS;
- Universidades; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR/MS;
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e
- Agência de Desenvolvimento Territorial da Grande Dourados ADT-GD/SDT.

Também se cogita da participação de empresas privadas da área de tecnologia, de reprodução e manejo animal e de processamento de leite, de áreas externas ao local.

Os laticínios locais captam diariamente do APL em torno de 150 mil litros de leite. Desse leite, aproximadamente 40% é transformado em mussarela, 30% é resfriado, 3% é pasteurizado, 25% é levado para processamento em outra região do estado para ser transformado em leite UHT (AGRAER, 2008).

De acordo com os dados da Secretaria de Fazenda do Estado 97% da produção dos laticínios locais destinam-se a outros Estados, num total de 22,49 milhões de reais/ano. Esse montante representa praticamente 10% das saídas municipais do APL, embora para o conjunto da atividade leiteira sul mato-grossense comercializada para fora do Mato Grosso do Sul, a bacia de leite de Glória de Dourados participa com 52,5%.



Foto 26 – Ilustrativa do rebanho leiteiro local

E o valor da produção dos laticínios locais representa praticamente 50%, o que demonstra essa melhor capacidade de desempenho do APL, mesmo diante de várias dificuldades a serem superadas na profissionalização da atividade.

Em resumo os dados diagnosticados pelo APL do leite de Glória de Dourado e Região permitiram identificar que apesar dos esforços ainda persistem alguns gargalos a serem ultrapassados para dentro da porteira, sendo os principais: Baixa eficiência técnica, rebanho inadequado; defasagem tecnológica, e manejo deficitário. Estes gargalos resultam em baixa produção; qualidade desejável; baixa eficiência econômica com conseqüente desânimo por parte dos produtores.

Em reunião de avaliação da equipe que atuou na fase de diagnóstico do APL, chegou se a conclusão de que foi possível enxergar OPORTUNIDADES de gerar riquezas com aumento da produção e possibilidade de organização da etapa do processamento para agregar valor e gerar empregos.

7.2.1.2 Unidades-Referência (URs) – Produção de leite

No Território da Grande Dourados, planejou-se as URs, prioritariamente, em propriedades de agricultores familiares tradicionais, em assentamentos da reforma agrária, aldeia indígena e na Escola Família Agrícola.

A concepção de cada UR parte da “realidade do(a) agricultor(a)” e sua família, sem “maquiar ou enfeitar”, respeitando sua cultura, expectativa, sua idoneidade, capacidade de interagir, pré-disposição em estar socializando com outras pessoas e que tenha um perfil inovador (variando desde inovações bem incipientes até níveis elevados de inovação). A partir daí, parceiros do projeto interagem com o agricultor e sua família para a caracterização de determinada unidade de produção ou de agregação de valor, como “Unidade-Referência”, a qual é acompanhada tecnicamente e em aspectos de gestão, para, conjuntamente, poder socializar a outros agricultores, técnicos e demais atores interessados.

A estratégia básica consiste em dialogar com o agricultor e sua família sobre o andamento das atividades na Unidade-Referência, identificando as evoluções conquistadas e os gargalos existentes, estimulando-os a expressarem o que desejariam mudar e adotar novas tecnologias ou processos para avançar. Toma-se grande cuidado para não “forçar” a inserção de uma nova tecnologia ou uma forma de gestão de controles na UR, por exemplo, se a família não deseja integralmente e não a enxerga como importante e de fácil adoção.

Os produtores que se dispuseram a contribuir como multiplicadores através das URs, passaram a participar mais ativamente de cursos, oficinas, intercâmbios, entre outras atividades desenvolvidas para aprimorarem ainda mais as técnicas e os processos em curso.

Alguns objetivos foram perseguidos continuamente, por entender que estas unidades exercem papéis multifuncionais, como a transferência de tecnologias e processos a partir da realidade do agricultor e sua família, além de agregar outros componentes inovadores, ou seja, a validação/adequação de tecnologias num meio real dos agricultores, considerando principalmente o ambiente social, ecológico e econômico, bem como a construção de conhecimentos de forma participativa, auxiliando na formação de “capital social”.

Várias atividades e eventos vêm sendo realizadas nas URs: cursos, oficinas práticas, reuniões, visitas técnicas interativas e intercâmbios, visando contribuir com a melhoria de tecnologias de produção e a organização social das comunidades.

As Unidades-Referência implementadas em propriedades rurais particulares no Território da Grande Dourados, com foco na produção de leite são:

Quadro 06 - Informações sobre Unidades de Referência em tecnologias de produção leiteira

	Sistema de produção	Nível tecnológico	Localização
1	Sistema para produção de leite com pastagens adubadas sistematicamente e irrigadas; ordenha mecânica; raça holandesa (3/4) das vacas leiteiras	Elevado	Comunidade Familiar Tradicional Glória de Dourados, MS
2	Sistema para produção de leite com pastagens adubadas (baixo aporte de fertilizantes) e não irrigadas, ordenha manual, tendo a Jersey (3/4) como raça das vacas leiteiras	Mediano	Comunidade Familiar Tradicional Glória de Dourados, MS
3	Sistema para produção de leite com pastagens adubadas (baixo aporte de fertilizantes) e não irrigadas; ordenha manual, tendo a holandesa (3/4) como raça das vacas leiteiras	Mediano	Assentamento da Reforma Agrária Rio Brilhante, MS
4	Sistema para produção de leite com pastagens adubadas (baixo aporte de fertilizantes) e não irrigadas; ordenha manual, tendo a holandesa (3/4) como raça das vacas leiteiras	Mediano	Comunidade Familiar Tradicional Fátima do Sul, MS
5	Sistema para produção de leite com pastagens adubadas (baixo aporte de fertilizantes) e não irrigadas; ordenha manual, tendo holandesa (3/4) como raça das vacas leiteiras	Mediano	Comunidade Familiar Tradicional Vicentina, MS
6	Sistema para produção de leite com pastagens não adubadas e não irrigadas; ordenha manual, tendo a girolanda (2/4) como raça das vacas leiteiras	Poucas inovações, porém bastante acessíveis para iniciantes descapitalizados	Assentamento da Reforma Agrária Rio Brilhante, MS

7.2.1.3 Edital ATER - LEITE / MDA - Território da Cidadania

Em desenvolvimento no Território da Cidadania da Grande Dourados o projeto de ATER específico para a cadeia produtiva do leite, a qual foi contratado via processo de edital do MDA no final de 2010.

O projeto está sendo desenvolvido pela entidade vencedora do edital COOPAER (Cooperativa de Trabalho em Desenvolvimento Rural e Agronegócio) e visa oferecer serviços de ATER para produtores tradicionais que tem como atividade principal a produção de leite e tem como objetivo finalísticos os seguintes:

- Identificar problemas oriundos da Cadeia produtiva leite;
- Auxiliar na organização social;
- Auxiliar na organização da produção;
- Assistência Técnica mediante educação não formal;
- Promover a formação de processo de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades agropecuárias e não agropecuárias.

O projeto terá atuação de 20 profissionais de diversas áreas do conhecimento e tem como estratégia a criação de grupos coletivos para otimizar o atendimento sendo atendidos no total 800 produtores no Território da Grande Dourados distribuídos da seguinte forma:

- Caarapó 40 produtores
- Juti 40 produtores
- Deodápolis 80 produtores
- Dourados 150 produtores
- Douradina 40 produtores
- Fátima do Sul 120 produtores
- Glória de Dourados 80 produtores
- Jateí 40 produtores
- Vicentina 40 produtores
- Nova alvorada do Sul 40 produtores
- Rio Brillhante 40 produtores
- Itaporã 80 produtores



Foto 27 – Discussão em grupo sobre tecnologias inovadoras para a cadeia produtiva do leite

A partir de um diagnóstico a ser realizado junto aos produtores oferecer de forma individual os seguintes serviços: Análise do planejamento inicial/diagnóstico UPF; Ajuste produtivo dentro da bacia leiteira da região; Orientar e auxiliar nas dificuldades do produtor; Estimular no uso das potencialidades existente na propriedade; Planejar junto com o produtor.

Espera-se que com esta forma de atuação os avanços tecnológicos e organizacionais necessários para o desenvolvimento sustentado da atividade leiteira no Território da Grande Dourados possa acontecer de forma mais consistente.

7.2.2 Cadeia Produtiva da Apicultura – O caso da AAPIRB

Iniciativas de agricultores familiares em instalar apiários são registradas frequentemente em diferentes municípios, porém várias de forma desarticuladas. Nesse contexto, o processo organizacional teve início quando um grupo de cinco pequenos produtores aderiu a um programa da Secretaria de Agricultura de Rio Brillhante que disponibilizava algumas colméias para agricultores interessados em iniciar a atividade apícola, as quais eram pagas em três anos, utilizando-se da produção obtida.

Esses apicultores iniciantes resolveram juntar-se para compartilhar informações e equipamentos que eram escassos e, desse movimento, em outubro de 1996 foi fundada a Associação dos Apicultores de Rio Brilhante (AAPIRB).

O trabalho abrangendo outros municípios começou a partir do interesse de apicultores de Nova Alvorada do Sul, município vizinho de Rio Brilhante, em filiar-se à Associação. Na ocasião, promoveu-se a alteração no estatuto, possibilitando a atuação em outros municípios.

A entidade cresceu e desencadeou um processo de busca de apoio visando beneficiar adequadamente o mel produzido e agregar valor ao produto. Inicialmente conquistou equipamentos básicos como centrífuga, entre outros, para extrair o mel e embalar em conformidade com as exigências legais.

Com a evolução do processo, a Associação viabilizou uma estrutura física (predial) para atender aos associados, onde os próprios apicultores beneficiam o mel produzido nos diferentes apiários do Território, embalando-o em potes e frascos de diferentes tamanhos e em sachet.

Nesse período foi conquistado o selo do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e, posteriormente, do Serviço de Inspeção Estadual (SIE), os quais foram fundamentais para a ampliação da comercialização dos produtos e conquista de novos mercados, uma vez que a produção dos associados nos primeiros anos da organização era vendida em pequenos estabelecimentos comerciais em Rio Brilhante, de porta em porta, bem como na feira do produtor.

A partir daí, o grupo diretivo da associação passou a empreender um “olhar” territorial, motivado pela articulação territorial como uma das estratégias de ação do PROINF/MDA, resultando em importante estímulo a apicultores de outros municípios a integrarem à organização.

Durante esse período, mais especificamente a partir de 2006, apicultores de vários outros municípios do Território da Grande Dourados filiaram-se à AAPIRB. A partir da ampliação da atuação da Associação em diferentes municípios, a estrutura instalada passou a funcionar como uma “Central Territorial de Envasamento de Mel”, com apoio de recursos do PROINF/MDA, entre outros recursos oriundos de vários parceiros.

Para o processamento do mel, a Associação dispõe de centrífugas (manual e elétrica), mesas desoperculadoras, decantadores, máquina de sachet, homogeneizador, peneiras, entre outros equipamentos de apoio. Ainda possui veículo furgão para o transporte de mel.

Encontra-se em andamento alguns projetos de melhoria da infraestrutura como a construção de sala de manipulação de cera, barracão, sala para instalação da máquina de sachet, além da aquisição de unidade móvel para extração do mel.

Atualmente a Associação negocia a produção com a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, através do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e junto ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

De acordo com dirigentes da AAPIRB, “a possibilidade de trabalhar com visão territorial é fantástica, pois há uma abertura da mente e aumentam as relações entre as pessoas, vislumbram-se várias possibilidades de comercialização e captação de recursos, além de haver uma soma de esforços onde a divulgação acontece em escala maior. Com esse trabalho territorial, a associação é conhecida não só no Estado de Mato Grosso do Sul, mas nacionalmente, pois existe uma integração entre os territórios que divulgam o que tem de bom em cada região”.



Foto 28 – Sede da AAPIRB



Foto 29 - Equipamentos de envasamento de mel

7.2.3 Cadeia Produtiva da Piscicultura

A política de extensão pesqueira no Brasil surgiu nos anos 1960 com a finalidade de apoiar o desenvolvimento do setor pesqueiro, sustentada no fato do país possuir uma imensa costa marítima e no desamparo socioeconômico em que se encontravam as comunidades pesqueiras artesanais.

Nesse contexto, acreditava-se que com o advento de tecnologias modernas pudesse aumentar a produtividade do pescado. Contudo, com a extinção da ATEPA – Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola, as comunidades pesqueiras artesanais foram cada vez mais afetadas pela degradação ambiental, diminuição drástica da produção e empobrecimento e exclusão social. Só a partir de 2003 com a criação da SEAP/PR (Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República)

e do Plano Nacional de Extensão Pesqueira e Aquícola em 2008, criando-se políticas públicas fortalecendo o setor, reafirmando o compromisso em apoiar os pescadores artesanais e aqüicultores familiares no processo de desenvolvimento de suas comunidades através da disponibilização de serviços de ATEPA.

O projeto de Assistência técnica, extensão e capacitação de pescadores artesanais e aqüicultores familiares no território da Grande Dourados no Estado de Mato Grosso do Sul está sendo desenvolvido no Território da Grande Dourados, estado de Mato Grosso do Sul, onde em dezembro de 2009 foi formado um Grupo de Trabalho para o Fortalecimento da Cadeia do Pescado do Território da Grande Dourados (GTT PESCADO) que conjuntamente construiu um Plano Estratégico de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Pescado no Território da Grande Dourados.

O projeto tem como objetivo o aumento da produção de pescado de maneira sustentável. A criação de peixes é uma atividade desenvolvida em várias propriedades do Território da Grande Dourados. Algumas delas o fazem em grande escala e com tecnologias mais sofisticadas, visando uma produção padronizada própria para agroindustrialização. Outras desenvolvem a atividade de maneira complementar e secundária em relação a outras existentes na propriedade, obtendo produção não padronizada, cuja comercialização é sazonal para o mercado de peixarias, feiras e pesque pagues das cidades próximas. Por isso, ações do poder público visando aumentar e melhorar a qualidade da produção de peixes no Território da Grande Dourados estão em desenvolvimento. Tais ações mobilizaram diversos atores do território neste propósito.

7.2.3.1 Plano Estratégico de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Pescado no Território da Grande Dourados

Plano Estratégico de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Pescado no Território da Grande Dourados tem como objetivo central o aumento da produção de pescado de maneira sustentável. Para os atores envolvidos nos debates o Território reúne as condições que possibilitam aumentar a produção de pescado e com isso gerar diversificação produtiva, criação de novos empregos e produção de alimentos saudáveis com sustentabilidade.

A criação de peixes é uma atividade desenvolvida em várias propriedades do Território da Grande Dourados. Algumas delas o fazem em grande escala e com tecnologias mais sofisticadas visando uma produção padronizada própria para agroindustrialização. Outras desenvolvem a atividade de maneira complementar e secundária em relação a outras existentes na propriedade, obtendo produção não padronizada, cuja comercialização é sazonal para o mercado de peixarias, feiras e pesque pagues das cidades próximas.

Por isso, ações do poder público visando aumentar e melhorar a qualidade da produção de peixes no Território da Grande Dourados foram desenvolvidas ou estão em desenvolvimento. Tais ações mobilizaram diversos atores do território neste propósito.

Em maio de 2009 o Programa Territórios da Cidadania definiu o apoio à organização da Cadeia do Pescado como uma prioridade no Território da Grande Dourados. Esta decisão ensejou uma nova etapa de articulação institucional para a promoção da piscicultura.

A partir do chamamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em conjunto com o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) foram reunidas as instituições participantes da Câmara Setorial de Piscicultura com atuação no Território da Grande Dourados, além de instituições que não participam da Câmara (como representantes de comunidades indígenas, de assentamentos rurais, prefeituras municipais e a Colônia de Pescadores Z10).

Esta articulação resultou na constituição do Grupo de Trabalho Territorial para o Fortalecimento da Cadeia do Pescado (o GTT Pescado), formado pelas seguintes instituições: MDA e MPA (com a tarefa de coordenação), Embrapa CPAO, Banco do Brasil, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Cooperativa MS Peixe, Prefeitura Municipal de Dourados, Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer), o Sebrae e um representante da Câmara Setorial (representando os piscicultores de grande escala e frigorífico Mar & Terra).

O processo de articulação consistiu em algumas reuniões do GTT Pescado, a recepção no Território da Grande Dourados do Subgrupo Fortalecimento das Cadeias Produtivas do Comitê Gestor Nacional do Programa Territórios da Cidadania, além de uma oficina territorial de definição da estratégia de desenvolvimento da cadeia do pescado. Tendo como base estas discussões as instituições apresentaram propostas preliminares de projetos, como forma de participação na estruturação e fortalecimento da cadeia produtiva do pescado.

Neste contexto é apresentado o Território da Grande Dourados e o universo social que o plano pretende mobilizar, como participantes deste cenário de aumento da oferta de pescado.

Estas informações foram os elementos utilizados na oficina de planejamento estratégico, realizada para delinear a estratégia de desenvolvimento propostas organizadas em cinco programas:

- 1) Centro de Análise Estratégica da Cadeia do Pescado;
- 2) Centro de Piscicultura Experimental, Treinamento e Difusão de Tecnologia da Grande Dourados;
- 3) Centro de Tecnologia do Pescado da Grande Dourados – MS;
- 4) Assistência Técnica, Extensão, Capacitação e Promoção da Economia Solidária;
- 5) Infra-estrutura para engorda e processamento de pescado.

7.2.3.1 ATEPA - Assistência técnica, extensão e capacitação de pescadores artesanais e aqüicultores familiares

A política de extensão pesqueira no Brasil surgiu nos anos 1960 com a finalidade de apoiar o desenvolvimento do setor pesqueiro, sustentada no fato do país possuir uma imensa costa marítima e no desamparo socioeconômico em que se encontravam as comunidades pesqueiras artesanais.

Nesse contexto, acreditava-se que com o advento de tecnologias modernas pudesse aumentar a produtividade do pescado. Contudo, com a extinção da ATEPA – Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola, as comunidades pesqueiras artesanais foram cada vez mais afetadas pela degradação ambiental, diminuição drástica da produção e empobrecimento e exclusão social. Só a partir de 2003 com a criação da SEAP/PR (Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República) e do Plano Nacional de Extensão Pesqueira e Aquícola em 2008, criando-se políticas públicas fortalecendo o setor, reafirmando o compromisso em apoiar os pescadores artesanais e aqüicultores familiares no processo de desenvolvimento de suas comunidades através da disponibilização de serviços de ATEPA.

O projeto de Assistência técnica, extensão e capacitação de pescadores artesanais e aqüicultores familiares no território da Grande Dourados no Estado de Mato Grosso do Sul está sendo desenvolvido no Território da Grande Dourados, estado de Mato Grosso do Sul, onde em dezembro de 2009 foi formado um Grupo de Trabalho para o Fortalecimento da Cadeia do Pescado do Território da Grande Dourados (GTT PESCADO) que conjuntamente construiu um Plano Estratégico de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Pescado no Território da Grande Dourados.

O projeto tem como objetivo o aumento da produção de pescado de maneira sustentável. A criação de peixes é uma atividade desenvolvida em várias propriedades do Território da Grande Dourados. Algumas delas o fazem em grande escala e com tecnologias mais sofisticadas, visando uma produção padronizada própria para agroindustrialização. Outras desenvolvem a atividade de maneira complementar e secundária em relação a outras existentes na propriedade, obtendo produção não padronizada, cuja comercialização é sazonal para o mercado de peixarias, feiras e pesque pagues das cidades próximas. Por isso, ações do poder público visando aumentar e melhorar a qualidade da produção de peixes no Território da Grande Dourados estão em desenvolvimento. Tais ações mobilizaram diversos atores do território neste propósito.

7.2.4 Questões ambientais

O Estado de Mato Grosso do Sul-MS tem enfrentado sérios problemas de degradação de seus recursos naturais. A agricultura intensiva, sob forma de extensas monoculturas, e extensas áreas de pastagens plantadas e de forma geral mal manejadas, somadas aos impactos causados pelo desmatamento desordenado, vem ameaçando não só a sustentabilidade da atividade agropecuária como também o meio ambiente.

A agropecuária é uma atividade de grande importância, no entanto essa atividade pode alterar profunda e extensivamente os ecossistemas naturais.

Assim, as tecnologias modernas exigem constante aplicação de insumos, grande parte deles representadas por produtos químicos sintéticos e nocivos aos ambientes naturais e à saúde humana, as práticas geram problemas ambientais sérios particularmente sobre três recursos naturais essenciais: terra cultivável, água e diversidade genética. As terras cultiváveis têm sido afetadas pela degradação e destruição das características físicas, químicas e biológicas dos solos devido ao manejo inadequado.

Em relação à água, a expansão das áreas irrigadas, com conseqüente aumento da produção agrícola tem ampliado a poluição e o assoreamento dos corpos d'água como também competem pelos recursos hídricos com empreendimentos industriais, hidrelétricos, pesqueiros e núcleos urbanos.

Os impactos ambientais nos Municípios que compõem a Região da Grande Dourados são mais evidentes quanto ao assoreamento e poluição dos recursos hídricos (SEMAC, 2009).

No entanto, compõem o grupo de grandes desafios as seguintes questões: poluição do ar; poluição e escassez do recurso água; assoreamento de corpo de água; contaminação do solo; degradação de áreas legalmente protegidas; desmatamento; alteração que tenha prejudicado a paisagem e ocorrência de queimadas.

Para uma Prefeitura enfrentar de forma adequada os problemas ambientais, é fundamental que possua algum tipo de estrutura ambiental, recursos e um fórum onde possam se reunir entidades do poder público e sociedade civil para tratar da política ambiental do Município.

Dados levantados junto ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL mostram que algumas medidas estão sendo adotadas, para minimizar os impactos ambientais da região. O ICMS ecológico, tratamento de esgoto doméstico, aterro sanitário e realização de conferências municipais de meio ambiente, estão presentes em mais de 50% dos Municípios da região. Apenas o Município de Dourados realiza licenciamento ambiental das atividades de impacto local. Os Municípios de Dourados e Jateí possuem Conselho Municipal de Meio ambiente.

As informações obtidas junto à Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul - SANESUL no ano de referência 2007, dão conta que apenas o Município de Glória de Dourados é atendido pelos Serviços Autônomos de Água e Esgoto – SAAE; os outros Municípios são abastecidos pela SANESUL.

7.2.4.1 AMBI águas e matas da bacia do Ivinhema – Projeto de Gestão de Bacias Hidrográficas no Território da Grande Dourados/MS

O projeto está sendo desenvolvido pelo Instituto de Meio Ambiente e Desenvolvimento-IMAD com recursos do Edital da Petrobras Ambiental 2008 e tem como foco de atuação a gestão de corpos hídricos superficiais e subterrâneos. Atuando na reversão de processos de degradação de recursos hídricos; recuperação e preservação de nascentes, mananciais e cursos d'água; desassoreamento; controle de erosão e preservação de mananciais; uso e ocupação do solo com vistas à proteção de mananciais; recomposição de rede de drenagem natural; recomposição de vegetação ciliar; preservação e recuperação da capacidade de carga de aquíferos subterrâneos; ações de melhoria da qualidade da água.

O projeto AMBI tem como local de atuação 7 dos 12 municípios que compõem o Território da Grande Dourados, sendo eles: Dourados, Deodápolis, Douradina, Caarapó, Glória de Dourados, Jateí e Vicentina. Todos são parte da Sub- Bacia Hidrográfica do Rio Ivinhema, com exceção de Caarapó, que pertence à Bacia do Rio Amambaí. Ambos os rios Ivinhema e Amambaí deságuam no Rio Paraná. O município sede de atuação é Dourados.

O Instituto de Meio Ambiente e Desenvolvimento/IMAD (www.imad.or.br) coordena e administra o projeto, tendo estreitadas parcerias formais, para discutirem juntos os rumos dos trabalhos, com as seguintes entidades:

1. Embrapa/ CPAO - Centro de Pesquisa Agropecuária Oeste;
2. Universidade Federal da Grande Dourados;
3. Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS/CInAM, Centro Integrado de Análise e Monitoramento Ambiental;
4. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
5. Associação dos Produtores Orgânicos do MS – APOMS;
6. APA da Ilhas e Várzeas do Rio Paraná – associada ao IBAMA;
7. Itaipu-Binacional;
8. Ministério do Desenvolvimento Agrário –MDA-, e Secretaria de Desenvolvimento Sustentável;
9. Agencia de Desenvolvimento Territorial da Grande Dourados-ADT/GD.

Espera se que com a execução do projeto possa se alcançar os objetivos propostos que é a melhoria das condições dos recursos hídricos e edafoclimáticas, da diversidade biológica e da produção agropecuária, com ênfase em agricultores familiares, por meio de um processo integrado de Gestão Social e Ambiental e da implantação de um Projeto

Piloto de Corredores Ecológicos, além de fomentar a constituição de um Comitê de Bacia Hidrográfica para a Bacia do Ivinhema.

7.2.4.2 Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema

O Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema possui 73.345,15 hectares localizados na Bacia do Rio Paraná, abrangendo os municípios de Jateí, Naviraí e Taquarussu. Criado em 1998, foi à primeira Unidade de Conservação do Estado assim constituída, motivada pela medida compensatória da Usina Hidrelétrica Eng. Sérgio Motta/CESP.

A criação deste parque objetiva a preservação da diversidade biológica, proteção do patrimônio natural e cultural da região, com sua flora, fauna, paisagens e demais recursos bióticos e abióticos associados, com a finalidade de utilização para fins de pesquisa científica, recreação e educação ambiental em contato com a natureza. A SEMAC - Secretaria de Estado do Meio Ambiente, do Planejamento e da Ciência e Tecnologia através do IMASUL – Instituto de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul é responsável pela administração do parque, bem como promover a manutenção da zona de amortecimento do mesmo. Hoje, o parque tem estrutura para receber pesquisadores de várias áreas e está sendo adequado para abrir à visitação pública. A definição do nome do parque está diretamente relacionada com as características do ecossistema local, pois a paisagem dessa região se caracteriza por uma extensa planície periodicamente inundada, denominada varjão. O nome Ivinhema, de origem indígena, significa "rio com duas fozes", que é outro aspecto da região. Os varjões do Parque do Ivinhema compreendem o último trecho livre, sem represamento, do Rio Paraná.

Como 58 % da área territorial do parque estadual está localizado no município de Jateí do Território da Grande Dourados, as questões ambientais tem sido alvo de discussões na plenária territorial muito por demanda deste município, que abriga importantes iniciativas com foco ambiental.

7.2.5 Cadeia Produtiva Agroecologia e Comércio Justo e Solidário

A consciência e o interesse pela produção agroecológica no Estado de Mato Grosso do Sul também tem crescido, a exemplo do que acontece em outros estados do Brasil e no mundo

embora cada local tenha seu ritmo de desenvolvimento. No Sul do país por haver predominância maior da Agricultura Familiar, aliado a uma forte estrutura governamental de Extensão Rural e uma atuação conjunta com ONGs, na organização dos produtores em associações e cooperativas tem conseguido dinamizar a abrangência no que se refere a produção e comercialização de alimentos agroecológicos com um maior valor agregado a sua produção, garantindo desta forma a sustentabilidade das famílias no meio rural.

7.2.5.1 APOMS - Associação dos Produtores Orgânicos de MS

A Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (APOMS) foi formalizada como associação no ano de 2000, com um grupo de produtores de café orgânico. A partir daí, a organização vem se fortalecendo na forma de uma rede composta por produtores agroecológicos do Estado de Mato Grosso do Sul. Uma das principais atuações da APOMS é identificar necessidades dos cooperados e dos demais núcleos de produtores ligados à economia justa e solidária. Com este perfil de atuação, tem sido importante parceira para captação e gerenciamento de recursos junto ao órgãos governamentais, para implantação de seus programas.

Atualmente, a APOMS faz parte do Núcleo Diretivo do Território da Grande Dourados, e participa dos demais colegiados no Estado.

Na sua trajetória, em 2006, com o apoio do MDA/SAF a APOMS passa a atuar com o projeto “CONSTRUIR UMA REDE DE PRODUTORES AGROECOLÓGICOS” e estende sua atuação para outras regiões do estado, atuando também com grupos de assentados da reforma agrária.

Após as ações deste projeto com recursos do MDA, foi possível a Rede ampliar sua área de atuação e hoje centraliza suas atividades em 9 Núcleos Regionais sendo: Dourados/Itaporã, Glória de Dourados, Nova Andradina/Ivinhema, Itahum (assentamentos), Campo Grande/Jaraguari, Itaquiraí, Bela Vista, Juti e Assentamento Itamarati. No entanto novos grupos vêm surgindo demonstrando interesse em fazer parte deste movimento.

A Rede de Agroecologia de MS conta hoje com produtores, em vários estágios de conscientização quanto às mudanças, principalmente culturais, necessárias para adentrar progressivamente ao novo sistema de produção.

Está em vias de credenciamento junto ao MAPA o modelo de Certificação participativa, hoje mais conhecido como Sistemas Participativos de Garantias (SPGs) da APOMS.



Foto 30 – Foto de atividade educativa realizada pela APOMS

A APOMS como entidade parceira do Território, operacionalizou o

desenvolvimento das ações do PROINF Custeio do ano de 2008 no Território da Grande Dourados tendo como objetivo “Apoiar no Território da Grande Dourados, um amplo processo de capacitação dos atores sociais locais bem como a capacitação dos membros do Núcleo Técnico e do Núcleo Diretivo. As ações de custeio da proposta contemplam e dá suporte técnico aos projetos implantados e em implantação pela SDT através do PROINF no Território da Grande Dourados”.

A APOMS também tem contribuído com o estabelecimento da atividade de Aquicultura e Pesca no território da Grande Dourados através do projeto “Assistência técnica, extensão e capacitação de pescadores artesanais e aqüicultores familiares no território da Grande Dourados no Estado de Mato Grosso do Sul”, sendo desenvolvido em parceria com o MPA (Ministério da Aquicultura e Pesca) através de edital que selecionou a proposta.

O público alvo do projeto será 288 piscicultores e aqüicultores familiares co alvo do projeto são agricultores familiares tradicionais, assentados da reforma agrária, indígenas, comunidades negras e pescadores já identificados, mais 312 a serem identificados, totalizando 600 pessoas.

Além da atuação direta da APOMS com o público da Agricultura Familiar com interesse na Agroecologia e no Comércio Justo e solidário, através do acompanhamento como Rede de Agroecologia, a entidade foi fundamental para a demandar e contribuir com a criação do Curso Superior Tecnológico em Agroecologia em desenvolvimento pela UEMS na Unidade de Ensino de Glória de Dourados.

7.3 Educação do Campo

A pedagogia da alternância empregada pelas Escolas Famílias Agrícolas ligadas a UNEFAB (União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil) não se justifica apenas por ser uma pedagogia alternativa à desenvolvida na escola formal. Ela traz em si um fator determinante que é a possibilidade concreta e viável de uma prática educacional a partir da realidade das famílias agrícolas inseridas no meio rural brasileiro.

Com a Pedagogia da alternância as crianças e jovens ganham a chance de estudar e ao mesmo tempo vivenciar a dinâmica da agricultura familiar que traz em si a peculiaridade da ocupação de todos os membros da família no processo de produção. As EFAs cumprem um papel de grande relevância dentro da realidade destas famílias, permitindo a frequência na escola sem desvincular os jovens de sua realidade e de suas famílias.

A prática da alternância nos estudos garante a permanência do vínculo familiar, as vivências culturais e auxilia no desenvolvimento de práticas ecologicamente viáveis na relação homem/meio ambiente.

A alternância educativa fortalece a relação teoria / prática (escola / família / comunidade), permitindo que jovens alternem períodos de formação no ambiente escolar e períodos de práticas, experiências e pesquisas no ambiente familiar-comunitário, integrando família e escola no processo contínuo de formação. Sendo as EFAs resultado posterior à organização dos agricultores familiares em uma associação, o associativo ganha força e legitima o processo de garantia da educação, sendo um meio facilitador do processo educativo nas áreas rurais.

7.3.1 EFAR COAAMS - Escola Família Agrícola Rosalvo Rocha Rodrigues

A Escola Família Agrícola Rosalvo Rocha Rodrigues (EFAR) já tem 15 anos de atuação e já formou mais de 230 Técnicos em Agropecuária. Tinha sua sede em Campo Grande e durante 13 anos atuou numa pequena área peri urbana da capital. Com o crescimento da cidade e abertura de novas ruas, tornou-se insustentável a manutenção da escola naquela localidade.

Tendo em vista a interação de diferentes atores do Território da Grande Dourados com a referida escola e a existência de uma estrutura obsoleta da Prefeitura Municipal de Nova Alvorada do Sul (antiga Escola Agrícola de 1º Grau), realizou-se a negociação com a

referida prefeitura e a EFAR, resultando na viabilização da vinda da EFAR para o Território da Grande Dourados.

Compreendendo a importância desta estrutura como essencial para a formação de capital social para o desenvolvimento do território, em deliberação plenária do Colegiado Territorial no ano de 2009, foi encaminhado projeto no sentido de ampliação e reforma da referida escola bem como a aquisição de um veículo tipo “van” para o transporte dos alunos.



Foto 31 – Atividades com Alunos da EFAR COAMS e a comunidade externa

7.3.2 Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia

A formatação (elaboração participativa do Projeto Pedagógico), as gestões junto à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (instituição de ensino responsável pelo curso), e a implementação desse curso faz parte das estratégias adotadas para a formação de Agentes de Desenvolvimento Rural, visando o fortalecimento do capital social.

O curso Superior de Tecnologia em Agroecologia constitui-se numa das mais importantes conquistas dos arranjos organizacionais que atuam no Território da Grande Dourados. O curso é oferecido pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, na Unidade de Ensino de Glória de Dourados-MS, desde o início de 2010.

O regime de funcionamento do curso segue a Pedagogia da Alternância, ou seja, com presença direta dos educandos em atividades na Unidade Universitária, com aulas presenciais (teórico-interativas e práticas) (Tempo Escola - TE), seguidas de um período em que os educandos retornam para o meio rural, para desenvolverem atividades de campo (Tempo Comunidade - TC). O Tempo Escola ocorre no início do primeiro e segundo semestres de cada ano (cerca de 2,5 meses cada um, dependendo da carga horária das disciplinas oferecidas) e o Tempo Comunidade, compreende o restante do ano.

O público alvo constitui-se de agricultores familiares e seus filhos que cursaram 2º grau e não dispõem de tempo contínuo para freqüentar um curso superior regular, egressos de escolas famílias agrícolas, técnicos em agropecuária que atuam em entidades de extensão rural, prefeituras, associações de agricultores, cooperativas, entre outras, além de outras pessoas que se identificam com o meio rural e os princípios agroecológicos.

A oferta desse curso no Território propicia novas perspectivas para diferentes atores locais dos diferentes municípios do Território que tem origem e/ou vivência rural, possibilitando a continuidade dos estudos voltados à agropecuária de bases agroecológicas, visando o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento local e territorial, contribuindo com seus municípios de origem rumo ao desenvolvimento sustentável.

A primeira turma ingressou em 2010 e conta com 40 acadêmicos vindos de 20 municípios do estado, composta na sua grande maioria oriundos da Agricultura Familiar, já segunda turma tem um novo formato devido a forma de ingresso na Universidade que foi feito via o ENEM/SISU. Em 2011 houve o ingresso de 28 acadêmicos vindo de 5 estados diferentes.

Dentre o que se considera um grande diferencial para contribuir com o desenvolvimento das comunidades rurais podemos destacar algumas disciplinas que tratam de temas hoje fundamentais para a Agricultura Familiar como: ATER, organização social de comunidades rurais, cooperativismo, associativismo, Certificação Participativa e Comércio Justo e Solidário dentre outras.

Para dar suporte ao desenvolvimento do curso foi formado um "Comitê de Assessoramento Externo", com representantes dos movimentos sociais ligados à questão agrária, como: Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Associações de Produtores, Escolas Famílias Agrícolas e outros), que tem a incumbência de dar suporte e

acompanhar a universidade no desenvolvimento do curso, principalmente no Tempo-Comunidade.

Para dar suporte as atividades de campo durante o desenvolvimento do curso, foi feita uma parceria com a prefeitura municipal de Glória de Dourados que cedeu uma área rural de 37 hectares com infra estrutura de alojamentos, refeitórios e demais estruturas para apoiar a implantação das Unidades Didáticas para formação tecnológica.



Foto 32 – Acadêmicos do curso superior tecnológico em agroecologia ano de 2010

7.3.3 Cursos de Educação do Campo, Ciências Sociais e Licenciatura Indígena

O Curso de Formação em Educação do Campo no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil é um curso de formação continuada para professores, gestores e técnicos que atuam em escolas rurais, com carga horária distribuída em seis módulos. Para os alunos não graduados, o processo de formação corresponde à graduação. Já para aqueles detentores de diploma de graduação, o curso os qualifica em nível de pós-graduação (especialização).

O Curso de Ciências Sociais também visa atender aos professores, gestores e técnicos que atuam em escolas rurais. Enquanto que o Curso de Licenciatura indígena atende pessoas oriundas das comunidades indígenas, majoritariamente, oriundos das comunidades existentes nos municípios do território, como Dourados e Caarapó, por exemplo.

Os cursos são oferecidos pela Universidade Federal da Grande Dourados, em Dourados, desde 2009. A metodologia é desenvolvida de forma semipresencial com encontros presenciais e a distância a partir da interatividade do tutor com os cursistas, via internet, utilizando-se de plataformas para tal, bem como o uso de portais. Os tutores acompanham os cursistas que poderão formar grupos de estudo a fim de facilitar a leitura, a compreensão e a elaboração de novos textos de maneira virtual nas Comunidades de Trabalho e Aprendizagem em Rede.

Esses cursos têm uma importância especial, uma vez que ainda existem muitos professores leigos atuando na zona rural dos municípios do território, ou mesmo que possuem graduações, mas sem formação específica para atuarem no meio rural e com pouca vivência junto à agricultura familiar.

A metodologia adotada pelos professores dos cursos tem proporcionado uma vivência contínua com a realidade da agricultura familiar no território, com predominância de atuação no município de Dourados. Entretanto, atuações em outros municípios vêm ocorrendo em função da origem dos alunos, quando se encontram em atividade durante o tempo-comunidade.

7.3.4 Laboratório de Estudos Territoriais da Grande Dourados (LET-GD)

O Laboratório de Estudos Territoriais da Grande Dourados (LET-GD) iniciou suas atividades a partir de 2010 atuando como um instrumento de apoio e fomento técnico - científico às políticas de desenvolvimento coletivo na visão territorial, e a produção de estudos acadêmicos com foco na territorialidade. Desta forma pretende estimular a capacidade de relacionar o ensino, a pesquisa e a extensão universitária com ações desenvolvidas no Território da Grande Dourados, com intuito de integrar a outros territórios do Estado de Mato Grosso do Sul e do país.

Está instalado na Unidade de Ensino da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) em Glória de Dourados, onde funciona o curso de Geografia e os cursos tecnológicos de Agroecologia e Sucroalcooleiro. Conta com o apoio financeiro do Programa de Infra estrutura em Territórios Rurais (PROINF). Possui uma estrutura de computadores, entre outros equipamentos, que estão se interligando aos municípios do Território para facilitar a alimentação com informações locais.

A decisão pela sua implementação aconteceu em reuniões do Colegiado Territorial da Grande Dourados, sendo ratificado pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) e aprovados pela SDT/MDA.

As pesquisas e estudos desenvolvidos pelo LET-GD darão suporte à construção de projetos com foco na dinamização econômica, na sustentabilidade ambiental, na adequação social e cultural, tendo como alvo a Agricultura Familiar.

Apesar do pouco tempo de funcionamento, espera-se gradualmente que contribua para a superação do binômio boi/soja, historicamente instalados no Território da Grande Dourados, bem como em todo o Estado de Mato Grosso do Sul.



Foto 33 – Veículo de suporte as atividades do LET-GD



Foto 34 – Equipamentos que forma a estrutura do LET-GD

7.4 Produção indígena no contexto do território da Grande Dourados

O trabalho teve como objetivo a criação de identidade visual para inclusão comercial para os produtos do artesanato do Grupo Guaté (Índigena de Dourados). Foram criados além da marca, embalagens, banners, cartão de visitas, totens para locais de comercialização etc. Também o Grupo Guaté tem participado em feiras regionais e nacionais divulgando seus produtos com o apoio do território.

A história:

“A reserva indígena de Dourados foi a segunda área de terras reservada por meio de decreto para índios da região da Grande Dourados, em Mato Grosso do Sul. Criada em 1917, só teve seu processo de demarcação, homologação e



Figura 04 – Logomarca do Grupo de artesanato indígena Guaté de Dourados MS

recebimento do título definitivo 48 anos depois, em 1965. A área prevista era de 3.600 hectares, mas a reserva foi demarcada e homologada com 3.539 hectares. A reserva de Dourados apresenta uma característica peculiar, já que é formada por três etnias: caiuwás (kaiowá), guarani (nandeva) e os terenas.

Formada pelas aldeias Bororó e Jaguapiru, localiza-se ao norte da cidade de Dourados, tendo seus limites a 1 km do perímetro urbano do município.

Com a proximidade da cidade, em meados do ano 2000, turistas brasileiros e estrangeiros passaram a visitar a aldeia, e assistiam as danças tradicionais indígenas - tradição mantida dos seus antepassados. Os adornos utilizados pelos guerreiros (dançarinos) chamavam a atenção dos visitantes, despertando o interesse de uma nova geração de artesãos índios: resgatar e divulgar as iconografias dos seus povos.

A partir de 2005, nasce o Grupo Guaté, na aldeia Jaguapiru, formado por artesãos das etnias guarani/kaiowá e terena”.



Foto 35 – Foto da capa do estudo técnico de criação da identidade visual para acesso a mercados para o artesanato indígena do território da Grande Dourados

7.5 PROJETO AGROFUTURO - Núcleos Piloto de Informação e Gestão Tecnológica para a Agricultura Familiar – Território da Grande Dourados.

Os Núcleos pilotos do projeto AGROFUTURO coordenado pela Embrapa são concebidos como instrumento de convergência de várias organizações, visando o atendimento dos agricultores familiares numa perspectiva de resgate e geração de conhecimentos que respeitem e compreendam a sua dinâmica, mas atuando também, como espaço de aprendizagem para uma convivência construtiva entre técnicos de diferentes saberes e desses técnicos com os agricultores.

Os Núcleos foram pensados para funcionar como “escritórios” sediados em base física preexistente – eventualmente cedida por uma das organizações parceiras, como por exemplo, prefeitura municipal ou qualquer outra organização de âmbito local, que tenha as condições necessárias ao atendimento das necessidades básicas da equipe do Núcleo. Os Núcleos devem contribuir para socializar os conhecimentos disponíveis, identificar demandas, sobretudo de P&D e tecnologia de gestão, para a Agricultura Familiar, favorecer o intercâmbio entre o saber técnico e o saber popular e estimular e favorecer a construção de conhecimentos na perspectiva dos anseios dos Agricultores Familiares.

Esta estratégia inovadora de atuação também estão sendo conduzidos nos territórios do Nordeste Paraense (PA), Sisal (BA) e Mata Sul (PE), configurando se como Experiências Pilotos de pensar a transferência de tecnologias com a participação dos produtores.

A composição do Núcleo Gestor do projeto no Território da Grande Dourados, são as instituições que formalmente assinaram o documento de parceria sendo: AGRAER - Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural, APOMS - Associação dos produtores orgânicos de MS, Embrapa CPAO, Embrapa SNT, MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário, Prefeitura municipal de Dourados e SEBRAE - Serviço de Apoio a Pequena e Micro Empresa. No entanto durante a partir do processo de desenvolvimento do projeto muitas outras entidades passaram a fazer parte do grupo gestor das ações do projeto AGROFUTURO.

A Coordenação do Núcleo Gestor do Projeto AGROFUTURO no Território da Grande Dourados é da Embrapa Agropecuária Oeste. Trabalha em sintonia com a ADT-GD e demais parceiros da política territorial.

Estão sendo desenvolvidos os seguintes as ações visando o desenvolvimento tecnológico do território:

1. Implantação e condução de URs - Unidades-Referência de tecnologias e processos

- voltados à Agricultura Familiar: Produção leiteira, agroecologia, apicultura, agregação de valor aos produtos, recuperação de vegetação ciliar;
2. Ações que vise o fortalecimento do agronegócio associativo inovativo através das cadeias produtivas do mel, piscicultura, leite, fruticultura e orgânicos;
 3. Construção, publicação e atualização da Árvore do Conhecimento do Território da Grande Dourados;
 4. Fortalecimento dos trabalhos com frutos do cerrado;
 5. Fortalecimento da identidade territorial com a elaboração e implementação de um plano de marketing para os produtos da agricultura familiar;
 6. Apoio à formação de agentes de desenvolvimento rural (agricultores multiplicadores)
 7. Apoio a realização da Feira de Sementes Crioulas e Produtos Orgânicos de Juti (2009, 2010 e 2011)
 8. Apoio à construção e implantação do sistema participativo de garantia – SPG (certificação participativa) na produção orgânica no território através da APOMS;
 9. Fortalecimento de grupos de mulheres que trabalham com agregação de valor aos produtos da agricultura familiar (Distrito de Santa Terezinha – Itaporã e Distrito de Indápolis – Dourados).

8

Análise sistêmica do Território da Grande Dourados

8.1 Oportunidades/potenciais & Ameaças

8.1.1 Oportunidades/potenciais

Após o processo de levantamento e sistematização dos dados de diferentes fontes que trabalharam e trabalham no espaço territorial referentes a projetos, estudos, diagnósticos e resultados de work-shops, plenárias territoriais, reuniões dos Núcleos Diretivo e Técnico da ADT-GD que tiveram como foco o Território da Grande Dourados, chega se mesmo que ainda de forma a trazer para o debate a seguinte análise sistêmica do Território da Grande Dourados:

De que ainda existe uma necessidade de trabalhar melhor as cadeias produtivas para que estas possam alcançar sua sustentabilidade a longo prazo. Os trabalhos devem abranger praticamente todos os elos das cadeias como: a organização social, a produção, passando pela transformação e atingindo a comercialização. Exemplo deste trabalho foi desenvolvido no Território da Grande Dourados com a cadeia produtiva da piscicultura quando da organização de sua Câmara Temática e do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Pescado no Território da Grande Dourados uma demanda do Governo Federal.

Na parte da produção os grandes potenciais do Território referem-se à disponibilidade de solos que com técnicas simples de conservação, correção e adubação tornam-se altamente produtivos e o clima propício para produção agrícola.

Um grande mercado interno consumidor (Dourados) em expansão com a melhoria de renda da população e também ao mercado institucionalizado do PNAE e PAA representa boas perspectivas para os produtores da Agricultura Familiar como: leite, mandioca, feijão, carnes, frutas, verduras e outros que podem ser produzidos na região. No entanto, apesar do potencial interno produtivo, inclusive para a exportação, atualmente o abastecimento regional de hortifrutigranjeiros depende ainda em grande parte de produtos vindos de outras regiões.

A apicultura e o potencial que existe para sua diversidade de subprodutos é outro exemplo de potencial, porém é uma cadeia pouco organizada, que necessita de mais investimentos

em nível de território, apesar das importantes iniciativas em curso.

Os recursos hídricos representam outro grande potencial do Território. As lagoas e rios, além de servirem para irrigação das produções agrícolas, podem servir para a criação de peixes.

O turismo rural é apontado como outra possibilidade ainda pouco explorada no Território, considerando a diversidade da fauna e flora e de paisagens existentes. Existe em franca expansão o que se classifica como turismo tecnológico, com roteiros que envolvem a Embrapa, Universidades e Fundações de Pesquisa. Também a iniciativa das URs - Unidades de Referências adotadas para transferência de tecnologias tem recebido visitantes de outras regiões do estado e até do país.

A expansão da monocultura da cana-de-açúcar vem acompanhada de grande polêmica, considerando seus impactos tanto ambientais, como socioeconômicos. Após a realização do estudo para avaliar a realidade de seus impactos, cabe ao CODETER melhor encaminhar esta questão que tem causado uma transformação na realidade territorial nos últimos anos.

No setor de agroindustrialização com a participação da Agricultura Familiar, o Território conta com uma boa infraestrutura como resfriadores de leite públicos coletivos, localizados estrategicamente em toda a área do território. Também existem algumas mini usinas pasteurizadoras de leite que foram investidas para solucionar principalmente a entrega de leite diretamente do consumidor pelos produtores.

A APOMS como Associação dos Produtores orgânicos de Mato Grosso do Sul, vem demonstrando a possibilidade existente para o território no que diz respeito a produção alternativa de diversos produtos. Com seus trabalhos voltados a Certificação Participativa de Produtos Orgânicos, tem participado de feiras e ventos estaduais e nacionais, sendo já reconhecida pela seriedade dos produtores e qualidade de seus produtos.

Outro aspecto a considerar é sua localização privilegiada no que diz respeito ao planejamento para comercialização, estando localizado estrategicamente em relação aos países do MERCOSUL, bem como a uma noite de viagem do maior centro consumidor do país, que é a metrópole de São Paulo.

8.1.2 Ameaças

O Território de posse do conjunto de potenciais existente para planejar o processo de desenvolvimento com sustentabilidade deve também fazer uma análise criteriosa da presença de ameaças:

Ameaças externas:

A principal grande ameaça externa verificada diz respeito a expansão desenfreada da monocultura da cana-de-açúcar para a produção de açúcar e etanol – essa cultura traz renda para as famílias, que é positivo. Porém nos últimos anos está tomando espaço e mão de obra de outras atividades, como mandioca, leite, feijão e hortaliças, tornando-se monocultivo em áreas da Agricultura Familiar.

A alta exigência em termos de mão de obra e dedicação exigida pelas empresas do setor tem feito com que as famílias abandonem outras atividades e deixem até mesmo os produtos de subsistência, passando a comprar todos seus mantimentos.

A Baixa oferta de insumos adequados para agricultura familiar assim como o crédito em tempo hábil em geral limita o produtor rural familiar a obtenção de maiores produtividades. Deixando os mesmos a mercê das técnicas rudimentares de adubação e aplicação de defensivos.

Ameaças Internas:

No que se referem às principais ameaças internas presentes no Território podemos citar: Degradação dos solos – a grande pressão de uso e as práticas inadequadas de manejo, aliados a fragilidade e limitações dos solos ocupados pela agricultura familiar são um problema em termos de sustentabilidade.

Dificuldade de acesso ao crédito principalmente os recursos do Pronaf sem dúvida é uma realidade. No entanto os que já acessaram por sucessivas frustrações de safras por problemas climáticos nesta década e a aplicação dos recursos sem a devida assistência técnica, levaram muitos agricultores ao endividamento. O problema é crucial entre as famílias mais pobres, onde o recurso do Pronaf pode ter sido utilizado para adquirir bens de consumo.

Falta de organização social em torno do associativismo e do cooperativismo um importante problema da agricultura familiar do Território o que resulta na falta de volume, escala e qualidade dos produtos ofertados a comercialização. Muito disso é fruto da comercialização individualizada.

Falta de mão de obra qualificada – outro fundamental agravante na produção de qualquer que seja o setor. Problema gerado pela falta de instituições de ensinos técnicos, equipe técnica insuficiente da ATER pública, como também a inexistência de assistência técnica para agroindústrias, por parte de profissionais liberais presentes no Território.

Infra estrutura insuficiente – alguma coisa já está sendo feito, porém ainda é pouco mediante a demanda do potencial da Agricultura Familiar. Na transformação faltam de agroindústrias para processamento de leite, mandioca e frutas. Os equipamentos, patrulhas mecanizadas e resfriadores de leite ainda são poucos. Há problemas também no escoamento da produção devido a más condições das estradas vicinais.

Tendo como base as manifestações coletadas durante os diversos encontros realizados no território com a participação de públicos variados, durante os anos de 2009 e 2010, foi formulado o quadro abaixo com os pontos elencados como essenciais para a se pensar o planejamento territorial.

Quadro 07 – Pontos forte e fracos do território segundo atores territoriais

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Topografia plana, clima e relevo favorável a diversificada produção	Falta de estruturas suficientes de armazenamento e escoamento da produção.
Diversificação da produção agrícola e pecuária	Falta de organização dos novos assentamentos
Terras férteis para agricultura e pecuária	Falta de estrutura e tradição para produção de horti-fruti
Tradição e bom conhecimento técnico na produção de bovinos de corte e leite	Falta de estruturas de industrialização e comercialização
Novos assentamentos sendo implantados inclusive com crédito fundiário	Falta de apoio no processo de comercialização da produção agropecuária
Boa infra-estrutura de estradas vicinais para o escoamento da produção	Falta de cultura cooperativa e associativa
Presença de instituições para a produção de soluções científicas (EX: Embrapa e universidades)	Predominância de grandes áreas de monoculturas. Baixa diversificação
Plantio em largas escalas de soja, milho e cana-de-açúcar	Falta de apoio a pesquisa, assistência técnica, qualificação da mão-de-obra e cursos técnicos profissionalizantes
Expansão dinâmica das atividades de avicultura de corte e suinocultura industrial via integração	Produtores ainda com resistência a profissionalização

Ampliação do emprego formal devido a implantação de usinas de álcool e açúcar	Uso inadequado do solo
Presença de empresas que prestam assistência técnica Ex: leite - CONFEPAR	Baixa população consumidora
Localização geográfica	Degradação ambiental
Concentração de Agricultores Familiares	Falta de associativismo e cooperativismo, falta de organização dos produtores
Surgimento de opções de atividades não agrícolas como: Artesanato, turismo	Falta de padronização dos produtos agrícolas
Possibilidade de parcerias institucionais diversas: Prefeituras, AGRAER, STRs, SENAR, SEBRAE, Embrapa	Formação de cartéis das empresas existentes e falta de mais indústrias para estabelecer mais concorrência.
	Falta de "interesse" dos assentados
	Falta de inspeção sanitária e SUASA
	Falta de consciência do produtor quanto à defesa sanitária
	Burocracia do governo para atender o produtor rural
	Falta de organização dos órgãos públicos para dar continuidade aos seus programas

9 VISÃO DE FUTURO DO TERRITÓRIO DA GRANDE DOURADOS

A construção da Visão de Futuro do Território da Grande Dourados, aconteceu de forma gradativa com a participação das representações dos municípios, das entidades presentes de caráter público e privado e das principais ONGs com atuação junto ao público da Agricultura Familiar sempre de forma participativa e democrática. Vale ressaltar a voluntária representação da sociedade civil neste processo

O conjunto acumulado dos conhecimentos, dos desejos e aspirações expressados durante as, oficinas, cursos, seminários, intercâmbios técnicos e as viagens que aconteceram para a busca de novos conhecimentos, atividades estas desenvolvidas nos últimos anos, foram fielmente retratados nos relatórios e resultados alcançados.

A participação das universidades e instituições de pesquisa no ordenamento das idéias expressadas ajudaram a dar coerência e qualidade técnica no delineamento dos caminhos hoje trilhados pelo Território da Grande Dourados

É com base nessa visão de futuro que o território definiu o que quer, o que fará, com quem contará, enfim, definiu o que deverão providenciar (a planificação) para alcançá-lo. O território após compreender a importância de definir coletivamente seu Plano de Desenvolvimento vem empreendendo esforços para sua realização. Exemplos dos projetos do PROINF investimento aprovados nos últimos anos mostra claramente o quanto já está claro sua Visão de Futuro

Ter uma visão de futuro é não ver os problemas, nem as dificuldades; mas sim as oportunidades internas e externas que o território terá para transformar em sucesso suas ações no presente.

Enfim é a expressão do sonho coletivo dos atores sociais do território para uma vida melhor, de um cotidiano transformado e melhorado, com os interesses coletivos devidamente expressos; grupos e segmentos interessados devidamente representados e comprometidos.

9.1 Critérios elencados na construção da Visão de Futuro do Território da Grande Dourados

a. Visão clara e compartilhada pelo conjunto dos atores sociais.

Que Jovens, mulheres, homens, crianças, indígenas, quilombolas e demais categorias sejam incluídos, havendo respeito as suas culturas e garantia de boas condições de infraestrutura (estradas nas propriedades, habitação, acesso as políticas de educação, saúde, geração de renda em harmonia com a natureza) e de oportunidades.

b. Inovadora e Desafiadora.

Produções diversificadas, baseadas na independência tecnológica e na perspectiva de geração de sustentabilidade, incluindo a produção para autoconsumo.

Agricultores/as eficientes no que fazem, seja no processo de produção de matéria prima com baixo custo de produção e sustentabilidade sistêmica como no processo de agregação de valor, no baixo custo de produção, no processo de industrialização e por último no processo de comercialização dos produtos produzidos e processados de forma diferenciada. Tais produtos com valor agregado, além da qualidade nutritiva e ecológica têm valor cultural na medida em que contribuem para a manutenção dos saberes tradicionais agregados a todo processo produtivo e industrial.

Há o envolvimento de toda a família, que tem boas condições de moradia e para plantar, favorecendo a permanência dos filhos/as no campo.

Há o envolvimento e comprometimento de centros de Pesquisa, Universidades, setor público e de outros agentes que contribuam para o desenvolvimento territorial sustentável.

Existem mecanismos de controle de produção e preços praticados, através de uma política agrícola programada.

A agricultura familiar seja reconhecida por seu papel importante na produção de alimentos e na geração de emprego e renda com sustentabilidade para o país; agrega valor através de um processo controlado de agroindustrialização; e cria novas alternativas com maior capacidade de geração de renda e de melhoria das condições de vida das pessoas do campo, sempre articuladas com os trabalhadores urbanos.

c. Executável e com Viabilidade

Maior qualidade de vida, inclusão social, sustentabilidade com manutenção da biodiversidade.

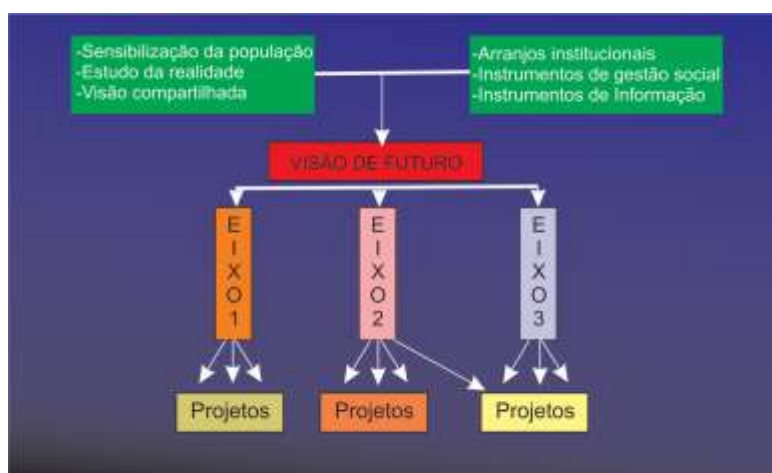
Macro políticas efetivadas com crédito disponibilizado juntamente com capacitação dos agricultores/as, garantindo a viabilidade dos investimentos. Educação no campo como enfoque predominante no território, garantindo as especificidades e a diversidade de cada região.

Agentes políticos e sujeitos envolvidos a partir das organizações de entidades pertencentes aos territórios, interagindo e intervindo com compromisso na perspectiva da Agricultura Familiar e da Economia Solidária.

d. Organizados por Eixos Aglutinadores.

Adotar a forma de organização do processo de planejamento a partir de eixos aglutinadores oferece algumas vantagens como:

1. Norteiam o processo de desenvolvimento sustentável no território.
 2. Forma didática de sistematização e organização das propostas da sociedade.
 3. O objetivo é formar um conjunto articulado de diretrizes e prioridades convergentes para o desenvolvimento sustentável
 4. Devem considerar as diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável. (ambiental, econômico, sócio-cultural e político institucional).
- Os eixos aglutinadores devem estar amarrados na visão de futuro do território.
 - Os projetos devem estar amarrados entre si nos diferentes eixos aglutinadores.
 - Os projetos devem responder a demandas específicas do território. alimentos e na geração de emprego e renda com sustentabilidade para o país; agrega valor através de um processo controlado de agroindustrialização; e cria novas alternativas com maior capacidade de geração de renda e de melhoria das condições de vida das pessoas do campo, sempre articuladas com os trabalhadores urbanos.



Fonte: SDT/MDA

Figura 05 - Ilustrativa orientador da posição esquemática do Visão de futuro, dos eixos integradores e dos projetos

Para organizar a diversidade das propostas dos atores sociais do território durante a construção da VISÃO DE FUTURO, foi feito o agrupamento das idéias a partir da necessidade de se criar eixos aglutinadores de atuação para que fosse didaticamente e estrategicamente mais compreensível apontar quais os projetos e ações necessários para se chegar aos objetivos propostos.

A partir dos eixos foram definidos e estruturados os projetos setoriais e específicos. Esses projetos estão amarrados entre si nos diferentes eixos aglutinadores e devem responder as demandas específicas do território.

Para cada eixo aglutinador, foi definida uma grande ação estratégica que pudesse direcionar os programas e as linhas prioritárias de atuação que se fazem necessárias para atingir os objetivos almejados.

É da complementaridade das ações desenvolvidas nos eixos estratégicos é que se garante o desenvolvimento com mais equidade e sustentabilidade que tanto permeia o desejo de todos, expressado por ocasião da construção da VISÃO DE FUTURO.



9.2 Eixos Aglutinadores

9.2.1 Eixo Ambiental

Para que as ações em desenvolvimento e a serem desenvolvidas no Território da Grande Dourados no que diz respeito às questões ambientais possam surtir efeitos positivos no médio e longo prazo, foi deliberado pelo grupo de trabalho “ambiental” que a ação estratégica deste eixo integrador seja baseado geograficamente por um Planejamento por Microbacias Hidrográficas e o Saneamento Ambiental.

Durante as discussões do grupo de trabalho desse eixo temático foram apontados a criação de cinco programas prioritários no território, que atuando de forma integrada possam alcançar os objetivos de ter um ambiente recuperado e equilibrado estrategicamente capaz de dar suporte aos processos de desenvolvimento.

Programa 1 - Zoneamento sócio-econômico e ecológico;

Programa 2 - Proteção e recuperação dos recursos naturais ;

Programa 3 - Educação Ambiental;

Programa 4 - Agroecologia e Comércio Justo e Solidário;

Programa 5 - Rede Mercadológica Alternativa.

9.2.1.1 Programa 1 - Zoneamento sócio-econômico e ecológico

Linhas prioritárias de atuação:

- a) Treinamento de monitores e aplicação de metodologias participativas de realização de diagnósticos sócio-ambiental;
- b) Consolidar a estrutura física, financeira e de recursos humanos do LET-GD;
- c) Levantar todas as iniciativas de caráter ambiental em desenvolvimento no território pelos diversos parceiros presentes (universidades, ONGs, órgãos de pesquisa, prefeituras etc) e construir um documento informativo e orientador;
- d) Elaborar em nível de território o Zoneamento agroecológico, o ordenamento territorial e o macrozoneamento;
- e) Construir mapas temáticos detalhados do território (Solos, hidrografia, vegetação, áreas degradadas, agrícolas, pecuários, áreas indígenas, quilombolas etc.);
- f) Elaborar mapas de eventos culturais do território;

- g) Diagnosticar possíveis potenciais turísticos em suas diversas categorias no território;
- h) Regularização ambiental das propriedades familiares do território da Grande Dourados;

9.2.1.2 Programa 2 - Proteção e recuperação dos recursos naturais

Linhas prioritárias de atuação:

- a) Apoiar o fortalecimento dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente existentes no território e Incentivar a criação para os municípios que ainda não tem;
- b) Implantar programas de micro bacias hidrográficas no território;
- c) Mapear e preservar as áreas de proteção permanente no território;
- d) Incentivar formas alternativas legais de recomposição de Reserva Legal e mata ciliar no território;
- e) Criação de equipes/brigadas de combate às queimadas no território;
- f) Incentivar a Implantação ou ampliação de viveiros municipais para produção de mudas de espécies nativas (florestais e frutíferas), com qualidade certificada;
- g) Criar um programa de distribuição de sementes e mudas pelas prefeituras;
- a) Incentivar a criação de corredores ecológicos no Território;
- b) Incentivar a criação de RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural);
- c) Diagnosticar áreas passíveis de ser transformadas em parques de proteção ambiental e incentivar a sua criação;
- d) Incentivar grandes empreendimentos agroindustriais a criar formas de recomposição da Reserva Legal em suas áreas de exploração;
- e) Preservar e recuperar a capacidade produtiva dos solos agricultáveis no território; (calcário e outros elementos)
- f) Incentivar a adoção de terraceamento e plantio em nível;
- g) Firmar parcerias de atuação junto á promotoria do meio ambiente;
- h) Incentivar o uso de técnicas capazes de gerar crédito de carbono, principalmente nas atividades de suinocultura industrial e em sistemas silvopastoril;
- i) Firmar Parcerias e convênios para implantação de aterros sanitários intermunicipais;
- j) Descentralizar/ampliar os pontos de coleta de embalagens de agrotóxicos;
- k) Promover cursos de capacitação voltados para a conservação e manejo dos recursos naturais nas comunidades rurais do território;
- l) Capacitação de técnicos para preparação e condução dos planos de manejo no território;

- m) Criar linhas de financiamentos específicos voltadas para proteção ao ambiente;
- n) Buscar parcerias com empresas e órgãos do governo para viabilizar projetos na área ambiental;
- o) Implantação de criatórios de peixes para fins de povoamento dos rios do território;
- p) Viabilizar a integração das micro-bacias, através de corredores ecológicos florestados canais ligando fragmentos de matas ainda existentes;
- q) Apoiar a iniciativa do AMBI;
- r) Incentivar ou desenvolver pesquisas sobre os recursos hídricos superficiais e subterrâneos do território, visando viabilizar sua gestão;
- s) Garantir um monitoramento contínuo da qualidade da água existente nos diversos sistemas de abastecimento;
- t) Incentivar a construção de cisternas de captação de água de chuvas;
- u) Planejamento sustentável da propriedade no que se refere ao consumo equilibrado com a capacidade de produção (observando os aspectos físicos e humanos);

9.2.1.3 Programa 3 - Educação Ambiental

Linhas prioritárias de atuação:

- a) Sensibilização e mobilização social para as questões ambientais;
- b) Criação de cursos de formação rápida em questões ambientais;
- c) Formação de agentes de proteção ambiental;
- d) Incentivar a criação de incentivos fiscais para empresas amigas da natureza;
- e) Apoiar o desenvolvimento de metodologias pedagógicas de ensino para apoiar as escolas rurais e urbanas do território a tratar os eixos transversais (solo, água, ar, homem) para o ensino fundamental e médio;
- f) Criar Unidades de Recomposição Ambiental para difundir tecnologias aos produtores;
- g) Criação de cursos de extensão universitária sobre educação ambiental;
- h) Incentivar a criação de formas de pagamento por serviços ambientais;
- i) Incentivar a interação urbano/rural por um ambiente melhor;
- j) Construção de Planos Municipais de Combate à Degradação Ambiental;
- k) Criação de cartilha orientadora sobre questões ambientais;
- l) Criação de caderno orientador sobre a construção de Planos de Manejo Ambiental das propriedades;
- m) Criação de leis municipais de proteção ao ambiente;

9.2.1.4 Programa 4 - Agroecologia e Comércio Justo e Solidário

Linhas prioritárias de atuação:

- a) Fortalecimento da Câmara temática da Agroecologia e do comércio Justo e Solidário;
- b) Fortalecimento do curso superior tecnológico em agroecologia;
- c) Criação de cursos de pós-graduação na área da agroecologia e do desenvolvimento sustentável;
- d) Criação do Centro de Treinamento e apoio tecnológico para Agricultura Familiar;
- e) Criação de mais escolas técnicas de nível médio com foco agroecológico;
- f) Incentivar formas de resgate e fortalecimento do conhecimento tradicional principalmente junto às populações indígenas;
- g) Incentivar a criação da disciplina de educação alimentar nas escolas;
- h) Fortalecer os processos de certificação de produtos e processos orgânicos no território com atenção para Certificação Participativa;
- i) Criar uma rede de propriedades de referência que aplicam tecnologias e processos agroecológicos;
- j) Incentivar a criação de roteiros agroecológicos e culturais com vistas ao agroturismo;
- k) Investir na produção de grãos alternativos como gergelim e amendoim, entre outros;
- l) Implantação de projetos de quintais produtivos nas comunidades e assentamentos rurais consorciando espécies florísticas nativas e frutíferas;
- m) Formação dos agricultores, a partir de uma visão agroecológica;
- n) Incentivo e apoio técnico aos agricultores, no sentido da adoção de sistemas diversificados e SAFs;
- o) Implantação de um banco coletivo de sementes crioulas e de sementes de adubos verdes;
- p) Incentivar a Implantação de bancos comunitários de sementes crioulas e de sementes de adubos verdes;
- q) Apoiar o processo de transição agroecológica com base nos princípios da Agroecologia;
- r) Recuperação do solo e da biodiversidade nativa e uso produtivo;
- s) Implantação e recuperação de variedades de milho crioulo e outras espécies;
- t) Reorientação do crédito agrícola de forma a incentivar transição agroecológica;
- u) Assistência técnica e extensão rural voltada à transição agroecológica;

- v) Implantação de agroindústrias que promovam a integração ecológica entre agricultura e indústria;
- w) Produção de insumos orgânicos em escala: sementes e mudas, rações, biofertilizantes, energias renováveis, laboratórios de multiplicação de insetos e microorganismos para controle biológico;
- x) Incentivar a comercialização dos produtos agroecológicos;
- y) Avaliação ambiental - de todos os projetos agroindustriais aprovados no território;
- z) Desenvolver amplo programa de recuperação ambiental e dos serviços ecossistêmicos do território, por meio da produção e distribuição de mudas nativas, implantação de agroflorestas e recuperação de áreas de APP's;
- aa) Desenvolver programa de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias agroecológicas para produção agropecuária e florestal, agroindustrial e mecanização;
- bb) Fazer zoneamento agroecológico do território com vistas a reavaliar o financiamento de atividades agressivas e financiar as de cunho conservacionistas e agroecológicas;
- cc) Incentivar a produção e comercialização de produtos agroecológicos;
- dd) Divulgar as ações sobre agroecologia do território;
- ee) Trocar informações, conhecimentos sobre técnicas de produção de base ecológica;
- ff) Fortalecer os canais de distribuição destes produtos;
- gg) Apoiar a reforma agrária ecológica.

9.2.1.5 Programa 5 - Rede Mercadológica Alternativa.

Linhas prioritárias de atuação:

- a) Criação de cooperativas de comercialização solidária;
- b) Incentivar o consumo responsável;
- c) Incentivo a criação de grupos e/ou cooperativas de consumo consciente;
- d) Organização de grupos de compras coletivas de insumos para produção;
- e) Valorizar iniciativas de bancos comunitários e moedas sociais;
- f) Processos formativos de gestão em comercialização;
- g) Investir em marketing para valorização dos produtos produzidos no território;
- h) Valorização de feiras semanais de produtores;
- i) Criação de eventos específicos para aproximar produtores de compradores;

- j) Atuação junto aos programas PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar);
- k) Apoio a estruturação do SUASA (Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária);
- l) Apoio a agroindustrialização familiar com foco nas cadeias produtivas em potencial;
- m) Criar uma base de apoio técnico para contribuir nas questões de gestão, tributação, certificação sanitária e ambiental;
- n) Criação de circuitos curtos de comercialização;
- o) Desenvolver e melhorar a logística de transporte;

9.2.2 Eixo Sócio Cultural

A questão sócio cultural no Território da Grande Dourados é considerada de extrema importância pelos membros do colegiado territorial, de forma a adotar estratégias de encaminhamento adequado para que não seja perdida sua história passada a dar base para a construção de sua identidade presente e futura.

As discussões sobre este eixo aglutinador abrangeu uma gama muito grande de assuntos e nem sempre com a presença de especialistas nas áreas, pois a temática sócio cultural não é tratada na rotina do agricultor familiar. No entanto, é de extrema importância que os agentes políticos e administradores públicos possam estar permanentemente ouvindo também o público rural nos momentos de construção de seus planos de governo. Como Ação estratégica o Planejamento Participativo Integrado foi defendido ao pensar este eixo integrador.

Foram apontados cinco programas prioritários necessários para dar conta da diversidade e da necessidade que se apresenta. Ao propor a atuação de forma participativa e integrada pensa se alcançar os objetivos de construir um futuro desejável de forma mais rápida não esquecendo sua história passada.

Programa 1 - Gestão Territorial e Organização Social

Programa 2 - Educação;

Programa 3 - Saúde e Saneamento;

Programa 4 - Habitação;

Programa 5 – Cultura e Lazer.

9.2.2.1 Programa 1 - Gestão Territorial e Organização Social

Linhas prioritárias de atuação:

- a) Estruturar física, financeira e humana do CODETER;
- b) Organização de um sistema de monitoramento e avaliação territorial;
- c) Elaborar e aperfeiçoar um regimento de funcionamento do colegiado;
- d) Definir formas de implementação das propostas do PTDRS nos municípios;
- e) Buscar a articulação das políticas públicas no território;
- f) Realizar seminários visando à sensibilização da importância da planificação nos municípios (Construção de Planos Municipais de Desenvolvimento Sustentável);
- g) Realizar reuniões nos municípios para ampliação da participação de seus representantes;
- h) Fortalecer os sindicatos, associações, cooperativas, movimento de mulheres e outros tipos de organizações sociais como forma de apoiar e fortalecer o público que atendem;
- i) Fortalecer institucionalmente as Secretarias municipais e estaduais (agricultura, meio ambiente, etc.) com estrutura e orçamento próprio para apoiar melhor o público da agricultura familiar;
- j) Realizar reuniões nas aldeias indígenas para ampliação da participação de seus representantes;
- k) Apoiar a estruturação e ampliação das câmaras temáticas;
- l) Criar formas de acompanhamento e monitoramento dos projetos territoriais pelo CODETER;
- m) Formação de um banco de dados estruturados numa base de conhecimento científico;
- n) Constituir um Parque Tecnológico lácteo;
- o) Apoiar o estabelecimento de consórcios públicos intermunicipais para gerenciar projetos territoriais;
- p) Apoiar as iniciativas do CIDECO (Consórcio Inter Municipal da Colônia – Glória de Dourados, Deodápolis, Angélica, Ivinhema, Novo Horizonte do Sul, Jateí e vicentina) e incentivar a ampliação da abrangência do CIDECO para todo o território;
- q) Fortalecer as formas de organização social local, capacitando dirigentes e contribuindo para dar maior importância à sociedade civil;
- r) Oficinas com instituições da sociedade civil para pensar “novas estratégias” de atuação;
- s) Investir na formação e informação dos atores locais;

- t) Melhorar o nível de articulação entre diferentes instituições;
- u) Incentivar a realização de eventos de articulação e construção de redes de diálogos e estabelecimento de parcerias (audiências públicas, seminários, encontros);
- v) Ativação de Conselhos Municipais que existem no papel, mas não estão em funcionamento;
- w) Capacitação dos conselheiros para melhorar sua atuação;
- x) Promover maior interação entre os Conselhos existentes nos municípios e entre os municípios através de um fórum de debates;
- y) Melhorar a comunicação entre sociedade civil e o poder público/Conselhos, através de divulgação das ações dos Conselhos;
- z) Realização de audiências públicas para informação e esclarecimento da população e integração entre população e Conselhos;
- aa) Fortalecer e incentivar a participação municipal no CODETER;
- bb) Ampliação e melhoria da comunicação e inclusão digital, Socialização das informações através de jornais, panfletos, folders e informativos;
- cc) Estimular a participação da sociedade na administração municipal, com a adoção de mecanismos de co-gestão e de controle social;
- dd) Construção dos planos diretores em todos os municípios do território;
- ee) Capacitar integrantes de Conselhos Municipais e outros mecanismos de controle social;
- ff) Capacitar vereadores para o melhor desempenho de suas funções;
- gg) Incentivar a criação de uma associação territorial de secretários de agricultura e/ou desenvolvimento econômico;
- hh) Atualizar e avaliar o cadastramento social para recebimento do Bolsa Família;
- ii) Ampliar o monitoramento e a fiscalização na utilização do Crédito Rural do Pronaf e do Seguro da Agricultura Familiar, inclusive quanto à qualidade da assistência técnica e à observância às recomendações técnicas;
- jj) Ampliar a aplicação de financiamentos para os agricultores de menor renda, mediante instituição do microcrédito rural;

9.2.2.2 Programa 2 - Educação

Linhas prioritárias de atuação:

- a) Fomentar as escolas agrícolas de ensino médio que adotem a pedagogia da alternância e o foco em agroecologia;
- b) Constituição da Câmara temática e de um fórum de debates para fomentar a discussão da educação do campo de forma diferenciada para o meio rural;

- c) Apoiar as escolas classificadas como “Escola do campo”;
- d) Melhoria da infra estrutura das escolas rurais, para evitar a evasão de estudantes para a cidade, especialmente nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio;
- e) Implantar escolas de inclusão digital;
- f) Implantar ou ampliar os serviços de acesso a internet banda larga;
- g) Ações de qualificação dos professores (como formação inicial e continuada), adaptação dos currículos às realidades locais, e ampliação do quadro de professores;
- h) Promoção da educação cooperativista;
- i) Criar programas de treinamento e formação não continuada em temáticas diversas ligadas ao desenvolvimento rural sustentável como:
Artesanato – madeira, bambu, fibras etc.; Conservação do solo e água;
Empreendedorismo rural; Manejo de gado de corte; Manejo do gado de leite;
Manejo de avicultura de corte; Manejo de suinocultura industrial; Manejo de piscicultura; Manejo de apicultura; Manejo de pastagem e alimentação na seca;
Administração/gerenciamento da propriedade familiar; Nutrição animal; Conservação de solos; Cerca elétrica; Formiga cortadeira; Conserva de frutas; Curso de liderança; Derivados do leite e outros.
- j) Criar curso superior tecnológico em cooperativismo;
- k) Criar curso superior tecnológico em produção lácteo;
- l) Criar curso superior tecnológico em piscicultura;
- m) Apoiar as iniciativas de âmbito cultural existentes nas escolas indígenas;
- n) Criar escolas sindicais;
- o) Fomentar a criação de bibliotecas públicas com acervo em temáticas diversas e casas digitais em comunidades rurais;
- p) Ampliar o número de mini-bibliotecas (Embrapa/MDS) e Arca das Letras (MDA) no território;
- q) Criação de pontos de cultura;
- r) Incentivar manifestações artísticas como o teatro e a arte em assentamentos rurais;
- s) Atenção a educação em acampamentos de pré assentamentos;
- t) Ampliar o programa Pró Jovem rural e urbano;
- u) Mobilizar o território para maior participação na gestão e definições territoriais;
- v) Melhorar as condições de deslocamento dos alunos do meio rural que freqüentam escolas na área urbana;
- w) Incentivar a criação da guarda mirim, fanfarra e banda marcial mirim municipal em todos os municípios do território;

9.2.2. 3 Programa 3 - Saúde e Saneamento

Linhas prioritárias de atuação:

- a) Tratamento de esgoto, aterro sanitário e coleta seletiva de lixo;
- b) Formação de agentes de saúde do campo para atuação no meio rural;
- c) Melhorar o acesso da população do território à atenção básica por meio da Estratégia Saúde da Família;
- d) Ampliação do número de médicos, dentistas e enfermeiros, além de outros profissionais de saúde, como os agentes comunitários no território;
- e) Facilitar e melhorar o acesso à Saúde Bucal para o território, principalmente os residentes em áreas rurais do território;
- f) Fomentar a implantação de Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) - do Programa Brasil Sorridente no território;
- a) Fomentar a medicina alternativa e tradicional (fitoterapia).
- b) Ampliar o Acesso da População aos Medicamentos Essenciais por meio da Farmácia Popular;
- c) Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Comunidades rurais, áreas de Assentamento e aldeias indígenas;
- d) Fomentar a realização de campanhas de prevenção e combate as drogas no território;
- e) Ampliar a capacidade de atendimento dos hospitais especializados no território;
- f) Fortalecer os cursos de medicina, e enfermagem no território;
- g) Equipar os municípios com mais ambulâncias;
- h) Fomentar a realização de campanhas de vacinação no território;
- i) Promoção de campanhas de saúde para a população;
- j) Implementação de centros de atendimento a dependentes de drogas no território;
- k) Criação de Conselho e/ou secretaria dos direitos da mulher, formação e capacitação das mulheres;
- l) Criação de Conselho e/ou secretaria dos direitos do idoso, ações para melhorar a qualidade de vida dos idosos;

9.2.2. 4 Programa 4 - Habitação

Linhas prioritárias de atuação:

- a) Fomentar a adesão de agricultores familiares nas cooperativas de habitação;
- b) Construção de casas populares, de modo a diminuir o déficit habitacional da população, principalmente de baixa renda do território;

- c) Treinar os beneficiários em noções de técnicas de construção e preservação das

- b) Construção de casas populares, de modo a diminuir o déficit habitacional da população, principalmente de baixa renda do território;
- c) Treinar os beneficiários em noções de técnicas de construção e preservação das habitações e suas instalações;
- d) Apoio à elaboração dos Planos Municipais de Habitação no âmbito do Território;

9.2.2. 5 Programa 5 - Cultura.e Lazer

Linhas prioritárias de atuação:

- a) Ações de valorização humana e resgate da cultura regional;
- b) Valorização dos produtos e processos (artesanato, culinária, costumes) do território e da região;
- c) Fortalecimento da auto-estima do Agricultor Familiar;
- d) Criar uma rádio comunitária territorial para alcance em todos os municípios do Território;
- e) Valorizar e resgatar práticas culturais dos municípios, fortalecendo as já existentes e estimulando o surgimento de novas práticas;
- f) Criar e oferecer opções de lazer no meio rural;
- g) Estímulo ao esporte, ao lazer e ao turismo, com a garantia condições e estruturas próprias de funcionamento;
- h) Sensibilizar os empresários locais da importância de investir em atividades culturais Restaurar e conservar o patrimônio histórico e cultural do território;
- i) Fortalecer as práticas culturais mediante a realização de cursos de formação e aperfeiçoamento entre os grupos locais;
- j) Incentivar e/ou realizar eventos desportivos voltados para os jovens, como natação, futebol, atletismo, vôlei, handebol, dentre outros;
- k) Incentivar e/ou realizar eventos desportivos voltados para os jovens indígenas do território, como natação, futebol, atletismo, vôlei, handebol, dentre outros (Vila Olímpica indígena de Dourados);
- l) Realizar estudo identificando possibilidades locais de preservação do patrimônio histórico da região;

9.2.3 Eixo Econômico

A questão econômica no Território da Grande Dourados é fundamental para que continue no seu processo de desenvolvimento e de construção de sua identidade. Neste sentido,

o CODETER tratou o assunto com muita precisão, de modo a contribuir na construção de um conjunto de atitudes estratégicas e ações dos agentes e atores do desenvolvimento rural do Território, no sentido de dar ainda mais condições para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, através de melhorias em sua matriz produtiva.

O Território através de sua forma de atuação pretende atingir seus objetivos através da agregação das ações em quatro programas prioritários listados a seguir:

Programa 1 - Melhoria da capacidade de produção;

Programa 2 - Infra-estrutura de Produção;

Programa 3 - Verticalização da produção;

Programa 4 - Fomento das atividades não agrícolas;

Programa 5 – Indígenas e Quilombolas.

9.2.3. 1 Programa 1 -Melhoria da capacidade de produção

Linhas prioritárias de atuação:

- a) Criar uma rede de informações de mercado em nível territorial, estadual e nacional, possibilitando melhor planejamento de projeções futuras de plantio;
- b) Complementação para operacionalização da Central Regional de Abastecimento (CRA-Dourados), formando uma rede territorial de comercialização;
- c) Criar selo de identificação territorial e um programa de controle de qualidade e origem;
- d) Realizar um debate com os agricultores e técnicos para qualificação das cadeias produtivas;
- e) Identificar formas e tecnologias de produção empregadas com maior sucesso na geração de renda da Agricultura Familiar;
- f) Acessar por meio de entidades parceiras da agricultura familiar o novo sistema de ATER por meio de editais e demandas;
- g) Definir um programa permanente de capacitação de técnicos e agricultores;
- h) Garantir a presença da assistência técnica antes, durante e depois da implementação do crédito;
- i) Estabelecer parcerias entre o Estado (aos níveis federal, estadual e municipal) para viabilizar o trabalho da assistência técnica;

- j) Formação dos técnicos responsáveis pela assistência técnica, a partir de uma visão agroecológica;
- k) Incentivar a adoção de manejos rotacionados para as pastagens;
- l) Incentivar a constituição de atividades produtivas que priorizem a inserção de jovens e as mulheres no mercado de trabalho;
- m) Formação de associações e cooperativas que envolvam as atividades realizadas por mulheres e jovens;
- n) Facilitar o acesso à terra para Jovens e Mulheres do meio rural;
- o) Estimular a melhoria do rebanho, mediante inseminação artificial e substituição gradativa dos plantéis;
- p) Implantação do SUASA nos municípios – individual ou coletivo;
- q) Ampliar as parcerias com as ações do território da pesca (MPA) na Grande Dourados;
- r) Estimular o cultivo de peixes em tanques-rede ou gaiolas flutuantes nos locais que é possível implantar esta tecnologia no território;
- s) Apoiar os trabalhos desenvolvidos pela Central Territorial de Envasamento de mel do Território da Grande Dourados (Rio Brilhante);
- t) Estudo de viabilidade técnica de recuperação e funcionamento dos projetos de irrigação de Santa Terezinha – Itaporã e 4ª linha – Fátima do Sul;
- u) Criação de Usinas de compostagem para produção de adubo orgânico;
- v) Incrementar o programa de biodiesel – Aprofundar na questão do biodiesel no território;
- w) Busca de tecnologia existente de convivência com problema da estiagem com Incentivo a produção de silagem e feno;
- x) Construção de fábrica de ração para atender os produtores cadastrados em programas territoriais e municipais de desenvolvimento;
- y) Necessidade de intensificar as negociações das dívidas contraídas pelos agricultores familiares (Problema da descapitalização);

9.2.3. 2 Programa 2 - Infra-estrutura de Produção

Linhas prioritárias de atuação:

- a) Melhoria das estradas vicinais para o escoamento da produção durante todo o ano – leite, avicultura, suinocultura, grãos;
- b) Melhoria dos serviços e expansão das redes de energia elétrica na zona rural (luz para todos);
- c) Promover debates para buscar melhorias na matriz produtiva do território;
- d) Apoiar a dinamização do Associativismo e Cooperativismo no território;

- e) Ampliar a capacidade de armazenamento da produção (resfriadores de leite, e silos)
- f) Ampliar a capacidade de escoamento da produção de leite – caminhão tanque;
- g) Ampliar a capacidade de escoamento da produção de hortifruti para apoiar o estabelecimento e o fortalecimento das feiras semanais de produtores;
- h) Implantar um laboratório de análise de solos, qualidade da água e do leite e derivados;
- i) Criação de cooperativas de crédito solidário com foco na Agricultura Familiar – apoiar o acesso ao crédito;
- j) Patrulhas mecanizadas para que cooperativas e associações possam prestar serviços aos seus sócios.
- k) Criação de grupos de compras coletivas de insumos.
- a) Apoio a Projetos de Pesquisa e Transferência de Tecnologia para Inserção Social;
- b) Ampliar os serviços técnicos de Apoio à Extensão Pesqueira;
- c) Apoiar com fomento as iniciativas da Agricultura Familiar na cadeia produtiva da piscicultura;
- d) Apoiar com fomento as iniciativas da Agricultura Familiar na cadeia produtiva da apicultura;
- e) Apoiar com fomento as iniciativas da Agricultura Familiar na cadeia produtiva da agroecologia e do comércio justo e solidário;
- f) Apoiar com fomento as iniciativas da Agricultura Familiar na cadeia produtiva do leite;
- g) Apoio a Pesquisa e Inovação em Arranjos Produtivos Locais - APL´s com potencial no território.
- h) Apoiar a continuidade dos trabalhos desenvolvidos pela APL do leite de Glória de Dourado e região;
- i) Gestionar junto as instituições financeiras para financiamento de propostas de diversificação produtiva;
- j) Garantir a efetivação e o acesso aos programas de crédito / desburocratização do crédito;
- k) Incentivar a ampliação do programa “Crédito Fundiário”;
- l) Identificação, Regularização e Demarcação de Terras Indígenas;
- m) Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos;
- n) Ampliar o tamanho das terras indígenas no território;
- o) Ampliação dos recursos das políticas públicas voltadas às mulheres rurais;
- p) Incentivo à criação de pequenos animais;

- q) Fortalecer a produção de hortaliças melhorando a infra estrutura das hortas individuais e coletivas;
- r) Incentivo a adequação local para o projeto Balde Cheio para incentivo da pecuária leiteira;
- s) Criação de uma central de cooperativas e associações de produtores de leite no território;
- t) Discutir formas de apoio aos indígenas do território no que se refere à terra e a produção;
- u) Promover o melhoramento genético do rebanho para pecuária leiteira ou de corte no território;
- v) Garantir a aplicação da Lei que obriga que 30% da merenda escolar seja de origem da agricultura familiar;
- w) Realizar estudos visando ampliar a oferta de energia com fontes alternativas;
- a) Promover e ampliar as parcerias das universidades com o território;
- b) Estudo de viabilidade técnica para melhoria do traçado e da qualidade da estrada que liga os municípios de Deodápolis a Rio Brillhante; municípios de Vicentina a Juti.

9.2.3. 3 Programa 3 - Verticalização da produção

Linhas prioritárias de atuação:

- a) Criar um Programa de Agroindústria Territorial, levando em conta as cadeias produtivas em potencial;
- b) Incentivar a implantação de indústrias de pequeno porte para aproveitamento de matérias-primas regionais, como couro, couro de peixe, fibras diversas, leite, bagaço de cana e outros;
- c) Implantação de abatedouros municipais para animais de pequeno, médio ou grande porte;
- d) Implantação de Casas de Farinha Comunitária em comunidades indígenas e quilombolas;
- e) Criar estrutura de apoio em tecnologias nas seguintes áreas: informações, gestão, análise e certificação da produção;
- f) Ampliar o número de agroindústrias familiares;
- g) Organizar as agroindústrias conforme cadeias produtivas;
- h) Criar uma base de apoio técnico para contribuir nas questões de gestão, tributação, certificação sanitária e ambiental;

- i) Fortalecer agroindústrias familiares grupais;
- j) Capacitar os agricultores, técnicos e gestores;
- k) Estimular a criação de pequenas agroindústrias familiares para atender o mercado local e regional;
- l) Incentivar os agricultores para a importância do planejamento da produção da matéria prima em quantidade e qualidade, para sua viabilização na agroindústria familiar;
- m) Formação de multiplicadores com produtores interessados;
- n) Organizar debate para integrar a produção de grão/carne e biodiesel;
- o) Contribuir com o setor produtivo de grãos, dando com isso maior sustentação para a agricultura familiar;
- p) Rever a legislação sanitária e fiscal;
- q) Buscar incentivos através de créditos dirigidos;
- r) Capacitar, de maneira permanente, os agentes envolvidos nas atividades;
- s) Realizar um estudo sobre os abatedouros existentes em funcionamento no território.

9.2.3. 4 Programa 4 - Fomento das atividades não agrícolas

Linhas prioritárias de atuação:

- a) Criar grupos de formação e capacitação de jovens para o envolvimento nas atividades artesanais, como na criação de biojóias, a partir do beneficiamento de sementes e fibras naturais regionais;
- b) Incentivar as aldeias indígenas a agregar valor histórico e cultural a sua produção agrícola e artesanato;
- c) Organizar uma cooperativa territorial de artesãos;
- d) Implantação de unidade de produção de vassouras (sorgo); Tijolos (cerâmica), confecções para agregação de valor ao algodão orgânico/colorido natural, artesanato em bambu;
- a) Realizar um diagnóstico do potencial turístico em todas as suas modalidades no território da Grande Dourados;
- b) Gestionar junto aos setores pertinentes, a possibilidade de acesso controlado por turistas ao Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema;
- c) Realizar feiras, eventos e festivais gastronômicos e apoiar intercâmbios de produtores com foco no turismo de sabores e saberes;
- d) Elaborar produtos editoriais e de divulgação do potencial turístico do território.

9.2.3. 5 Programa 5 – Indígenas e Quilombolas

Linhas prioritárias de atuação:

- a) Incentivar o acesso e a permanência de indígenas e negros no ensino superior;
- b) Formar pesquisadores indígenas para a produção de conhecimento sobre a cultura, a história e a etno-educação em suas próprias comunidades;
- c) Estimular a produção e o registro de narrativos e documentários sobre a temática indígena e quilombolas;
- d) Dar visibilidade às culturas indígenas e quilombolas na região da Grande Dourados;
- e) Promover o reconhecimento e a valorização dos indígenas que detenham conhecimentos e saberes tradicionais que contribuam com a construção do desenvolvimento;
- f) Valorização de produtores de projetos e produtos culturais;
- g) Produzir material didático e paradidático para uso em escolas indígenas e não indígenas;
- h) Promover a criação de sites eletrônicos para divulgação da cultura e dos saberes indígenas e quilombolas do território;
- i) Estimular o cooperativismo na cadeia produtiva do artesanato indígena e quilombola;
- j) Criar canais de comércio justo e solidário para distribuição e comercialização de artesanatos indígenas e quilombolas;
- k) Estimular a elaboração de projetos e a captação de recursos direcionados aos povos indígenas e quilombolas;
- l) Estimular o cultivo agroecológico de sementes crioulas, plantas alimentícias e medicinais;
- m) Estimular o cultivo de frutíferas em quintais agroflorestais;
- n) Estimular a criação de pequenos animais destinados à alimentação humana;
- o) Estimular o cultivo agroecológico de plantas destinadas à produção de artesanato;
- p) Promover o consumo de alimentos tradicionais de elevado valor nutritivo na merenda escolar em território indígena e quilombolas;
- q) Promover a formação de redes de integração social com base em práticas culturais tradicionais;

10

PASSOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PTDRS

O PTDRS resulta de um conjunto do esforço e do trabalho de uma diversidade de pessoas e instituições envolvidas com o desenvolvimento territorial da Grande Dourados. Desta forma, o caminho mais favorável a ser trilhado para a implementação das ações propostas pelo referido plano sugere um esforço conjunto dos diversos segmentos da sociedade cível e do Governo, para que haja a consolidação do desenvolvimento dentro de uma perspectiva territorial.

Para que isso ocorra, é fundamental estabelecer uma série de providências imediatas, a serem adotadas, que de alguma forma podem ser assim ordenadas:

- a) Mobilização social;
- b) Mobilização política;
- c) Operacionais e administrativas.

10.1 Mobilização Social

Destaca-se como fundamental e necessário o fortalecimento das ações de mobilização social, visando ampliar a rede de parceiros articulados nos municípios para uma melhor concretização das estratégias propostas pelo PTDRS. Neste item, encontra-se a atuação das associações, cooperativas, sindicatos, ONGs, OSCIPs, Prefeituras, dentre outros atores sociais envolvidos no processo do Desenvolvimento Territorial.

10.2 Mobilização Política

No que se refere a essas providências, é de fundamental importância estabelecer negociações com as instituições das diferentes esferas do Governo Federal, Estadual e Municipais para executar e/ou apoiar as ações propostas pelo PTDRS da Grande Dourados.

10.3 Operacionais e Administrativas

É essencial que o Colegiado Territorial, por meio do seu Núcleo Dirigente e Técnico, disponha de recursos humanos para a elaboração e análise de projetos territoriais que são imprescindíveis para a plena execução das ações previstas no Plano.

Além disso, é necessário que haja uma articulação com as instâncias governamentais (União, Estado e Municípios), visando o comprometimento desses entes federativos na execução dos programas e projetos de desenvolvimento territorial da Grande Dourados.

11

GESTÃO DO PTDRS

O Plano Territorial será gerido através da organização colegiada e sugere-se a atenção para os seguintes pontos:

- Sugerir aos gestores públicos a utilização do PTDRS como ferramenta de planejamento e gestão dos municípios;
- Observar o que é comum nos PMDRS e inserir no PTDRS;
- Criar Câmaras Temáticas para acompanhamento da execução dos projetos.
- Criar Núcleo Técnico para elaboração dos Projetos;
- Criar assessoria de comunicação no Colegiado para divulgação em rádios, jornais e outras mídias;
- Capacitação do Núcleo Diretivo do Território para a constante qualificação do PTDRS, para conhecer os meios e mecanismos para interagir em diversos setores do governo, facilitando o acesso as informações e viabilizando a captação de recursos que possam beneficiar os 12 municípios do território;
- O Núcleo Diretivo poderá propor reuniões específicas com Prefeitos, Deputados, MDA e outros para que todas as ações apontadas sejam realizadas;
- Convocação de uma Assembléia Geral do Colegiado Territorial para avaliar e reavaliar os trabalhos garantindo o bom andamento da implementação do Plano;
- Deixar o Plano sempre aberto para emendas e atualizações que possam ser contempladas;
- Criar uma Câmara temática para acompanhar e auxiliar na gestão do PTDRS;
- Garantir que o Regimento Interno seja aplicado e estimule a participação dos membros do Colegiado.

11.1 Composição do Sistema de Gestão do PTDRS

11.1.1 Plenária

A Plenária é o órgão colegiado superior, ao qual competem todas as decisões estratégicas ligadas ao processo de desenvolvimento territorial.

Composição:

1. Agência de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável – AADS;
2. Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - AGRAER Regional de Dourados;
3. Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – Caarapó;
4. Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – Deodápolis;

5. Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – Douradina;
6. Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – Dourados;
7. Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - Fátima do Sul;
8. Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - Glória de Dourados;
9. Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – Itaporã;
10. Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – Jateí;
11. Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – Juti;
12. Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – Nova Alvorada do Sul;
13. Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - Rio Brillhante;
14. Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – Vicentina;
15. Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal – IAGRO;
16. Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola de Dezdério Felipe de Oliveira –ARQDEZ;
17. Associação das Mulheres Rurais de Dourados – Força Feminina – Indápolis;
18. Associação das Mulheres Rurais Empreendedoras de Santa Terezinha – AMREST de Itaporã;
19. Associação de Apicultores de Rio Brillhante – AAPIRB;
20. Associação dos Agropecuaristas de Deodápolis – AGROPEC;
21. Associação dos Pequenos e Mini Produtores da 3ª Linha de Vicentina;
22. Associação dos Produtores da Agricultura Familiar de Indápolis - APROAF
23. Associação dos Produtores da Agrovila – AGROVILA;
24. Associação dos Produtores de Leite de Fátima do Sul;
25. Associação dos Produtores de Leite de Vicentina;
26. Associação dos Produtores de Leite do Assentamento Nova Esperança de Vicentina;
27. Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul – APOMS de Glória de Dourados;
28. Associação Municipal de Desenvolvimento Rural – AMDR de Caarapó;
29. Banco do Brasil - Agência Parque dos Ipês – Dourados;
30. Comissão Pastoral da Terra – CPT – Dourados;
31. Comunidade indígena - Guarani / Kaiowá / Bororo – Dourados;
32. Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRS – Campo Grande;
33. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Caarapó;
34. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Deodápolis;
35. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Douradina;
36. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Dourados;
37. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Fátima do Sul;
38. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Glória de Dourados;
39. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Itaporã;
40. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Jateí;
41. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Juti;
42. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Nova Alvorada do Sul;

43. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Rio Brillhante;
44. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Vicentina;
45. Cooperativa Agropecuária dos Produtores de Leite de Glória de Dourados – COPALEITE;
46. Cooperativa de Agricultura Familiar de Jutí – COOPERFAMILIAR;
47. Cooperativa de Aquicultores de Mato Grosso do Sul - MS PEIXE – Dourados;
48. CUT - Central Única dos Trabalhadores – Dourados;
49. Delegacia Federal do MDA no Estado do Mato Grosso do Sul - DFDA/MS – Campo Grande;
50. Embrapa Agropecuária Oeste – Dourados;
51. Escola Família Agrícola Rosalvo Rocha Rodrigues – Nova Alvorada do Sul;
52. Federação da Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul – FAF/MS – Campo Grande;
53. Fundação Nacional do Índio – FUNAI – Regional de Dourados;
54. Grupo de Estudos em Proteção à Biodiversidade - GEBIO - Unidade Glória Dourados;
55. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL – Regional de Dourados;
56. Instituto de Meio Ambiente e Desenvolvimento – IMAD – Dourados;
57. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA – Regional de Dourados;
58. Ministério da Aquicultura e Pesca - MPA/MS – Regional de Dourados;
59. Movimento de Mulheres Camponesas – MMC – Rio Brillhante;
60. Movimento dos Sem Terra - MST - Regional de Dourados;
61. Prefeitura Municipal de Caarapó;
62. Prefeitura Municipal de Deodópolis;
63. Prefeitura Municipal de Douradina;
64. Prefeitura Municipal de Dourados;
65. Prefeitura Municipal de Fátima do Sul;
66. Prefeitura Municipal de Glória de Dourados;
67. Prefeitura Municipal de Itaporã;
68. Prefeitura Municipal de Jateí;
69. Prefeitura Municipal de Jutí;
70. Prefeitura Municipal de Nova Alvorada do Sul;

71. Prefeitura Municipal de Rio Brilhante;
72. Prefeitura Municipal de Vicentina;
73. Produtora Rural;
74. Serviço de Apoio a Pequena e Micro Empresa - SEBRAE - Regional de Dourados;
75. Sindicato dos Bancários de Dourados e Região – MS;
76. Sindicato Rural de Nova Alvorada do Sul;
77. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS – Dourados;
78. Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD – Dourados.

11.1.2 Câmaras Temáticas

As Câmaras Temáticas ou Setoriais são espaços criados pelo Plenário do Colegiado, e vinculados ao Núcleo Dirigente e Núcleo Técnico para subsidiar suas decisões. Tem o papel de propor, dialogar e articular temas específicos relacionados ao desenvolvimento territorial.

É composto por profissionais de diversas áreas de interesse do desenvolvimento territorial dispostos a contribuir com a política territorial. Até o momento o território da Grande Dourados tem empreendido esforços para estruturar as seguintes Câmaras Temáticas: Piscicultura, Agroecologia e Comércio Justo e Solidário, Indígenas.

Atribuições:

Definir um coordenador para articular e coordenar as atividades da Câmara Temática;
Desenvolver estudos, análises, levantamentos, classificação e agrupamento de informações;

Preparar e manter atualizado o banco de dados com informações concernentes às câmaras temáticas;

Elaborar, acompanhar e monitorar projetos territoriais;

Propor critérios para seleção e priorização de projetos e emitir pareceres sobre os mesmos;

Manter um diálogo permanente com o Núcleo Dirigente e Núcleo Técnico sobre o desempenho de suas ações;

Propor e apoiar eventos e atividades de planejamento, formação e sistematização relacionados aos temas que lhes são pertinentes;

Definir especialistas de todas as Câmaras Temáticas para colaborar na elaboração de projetos territoriais junto ao Núcleo Técnico.

11.1.3 Núcleo Técnico

O Núcleo Técnico é uma instância de apoio técnico ao Colegiado Territorial e será composto por organizações de ensino, pesquisa e assessoria técnica, representativas do poder público e da sociedade civil. Terá como atribuição essencial o apoio técnico na elaboração dos projetos e às atividades do Colegiado Territorial.

Atribuições

Elaborar e acompanhar estudos, diagnósticos, planos e projetos territoriais;
Desenvolver instrumentos para o acompanhamento, gestão e controle social, em conjunto com o Núcleo Dirigente e Câmaras Temáticas;
Apoiar entidades e órgãos proponentes e executores de projetos territoriais na elaboração dos planos de trabalho e encaminhamento da documentação junto às entidades financiadoras;
Apoiar tecnicamente o Colegiado Territorial na gestão de projetos e recursos do Território;
Apoiar o processo de formação dos agentes de desenvolvimento territorial e sistematização de experiências.

11.1.4 Núcleo Diretivo

O Núcleo Dirigente tem a função de coordenar as ações definidas pelo Plenário do Colegiado Territorial, articular atores sociais, instituições e políticas públicas para a construção e implementação do desenvolvimento territorial.

O Núcleo Diretivo será composto por 10 (dez) membros eleitos em Plenária Territorial com a seguinte composição:

- a) Coordenação Geral;
- b) Secretário Geral;
- c) Conselheiros vogais;

Atribuições

Coordenar ações do Colegiado, do Núcleo Técnico e das Câmaras Temáticas;
Representar o Colegiado nos espaços de negociação, articulação e tomada de decisões relativas ao desenvolvimento rural;
Mobilizar atores sociais, instituições governamentais e não governamentais para o processo de formulação de estratégias de apoio ao processo de gestão social;
Promover a integração dos projetos e ações das Câmaras Temáticas;

Elaborar documentos, definir sobre sistemas de geração de dados e informações sobre o Colegiado e a realidade territorial e incentivar a sistematização de experiências exitosas no Território;
Firmar parcerias junto a organizações estaduais e nacionais de fomento para a execução de programas e projetos contidos no PTDRS

11.1.5 Coordenação do Colegiado

A Coordenação Geral ou Secretaria Executiva é uma instância de caráter operacional subordinada ao Núcleo Dirigente.

Atribuições

Convidar, apoiar e participar das reuniões nas instâncias do Colegiado Territorial;
Encaminhar projetos aprovados pelo Colegiado Territorial às instâncias competentes;
Dar suporte aos mecanismos de sustentação financeira do Colegiado Territorial;
Administrar, encaminhar e arquivar os documentos provenientes do Colegiado Territorial;
Realizar articulação com instituições e entidades com vistas ao estabelecimento de parcerias favoráveis ao processo de desenvolvimento;
Acompanhar o andamento dos projetos territoriais junto às entidades proponentes e aos agentes financeiros;
Manter o fluxo de informações entre as diversas instâncias do Colegiado Territorial e deste com outras instâncias governamentais, não governamentais, representativas e Conselhos Setoriais.

11.1.6 Sub-coordenação do PTDRS

Sub-coordenação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território da Grande Dourados – PTDRS é uma instância de caráter operacional, subordinada ao Núcleo Dirigente que tem como objetivo acompanhar a execução das ações previstas no referido plano.

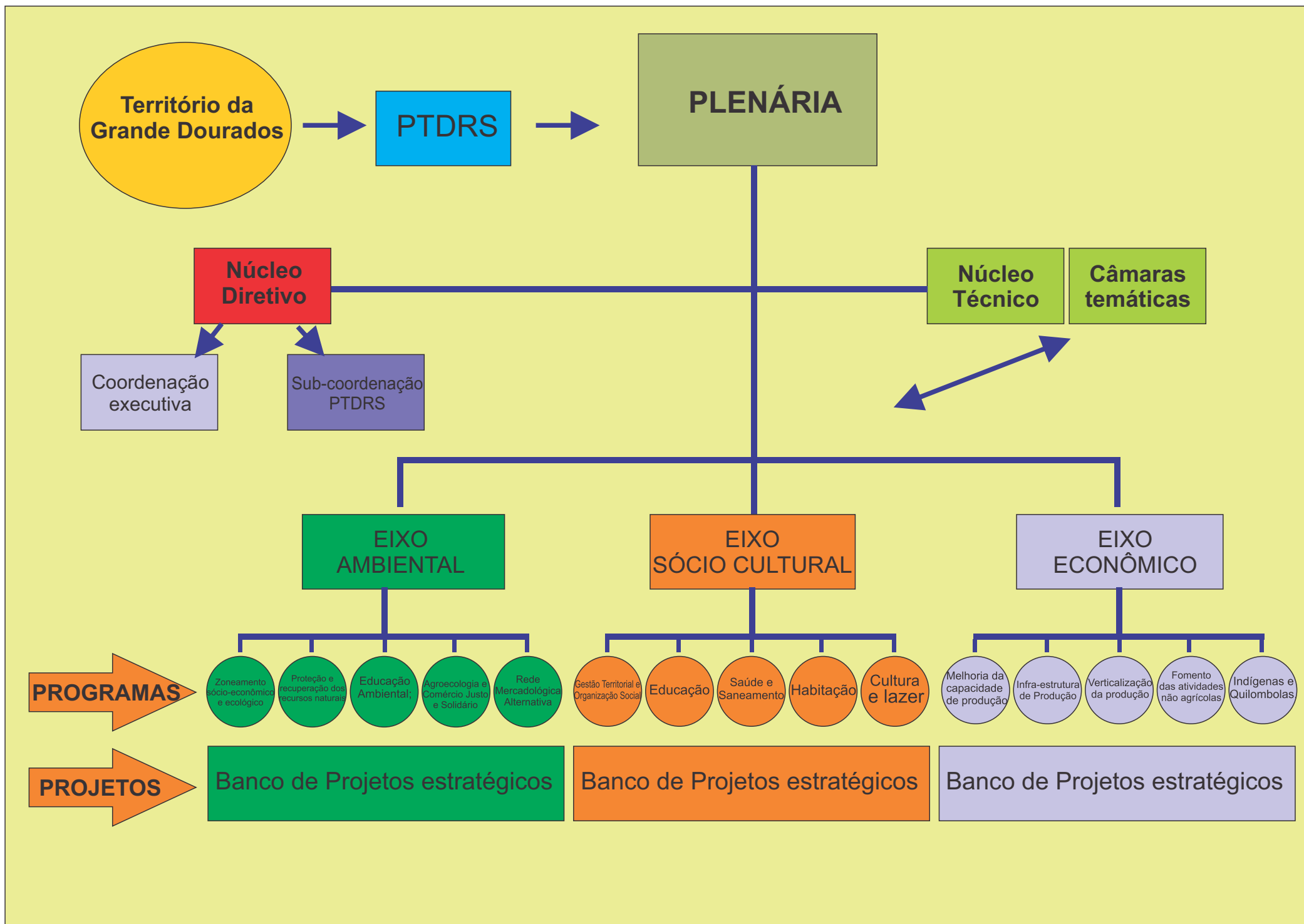
Será formado em reunião plenária com a composição no mínimo paritária entre os poderes públicos e a sociedade civil.

Atribuições

Acompanhar e monitorar as ações contidas no PTDRS da Grande Dourados através de visitas in loco
Promover o acompanhamento e avaliação dos convênios firmados para execução das ações previstas no Plano;

Produzir relatórios técnicos avaliativos sobre o andamento das estratégias de ações previstas no PTDRS;

Socializar trimestralmente os resultados do acompanhamento das ações previstas no PTDRS com os representantes da plenária.



11.2 Divulgação e empoderamento do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

Para a divulgação do PTDRS no território, sugere-se a realização de um evento de lançamento abrangente e que se possa produzir de um resumo executivo a ser impresso e distribuído.

É importante tornar o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – Grande Dourados um documento conhecido e incorporado ao Território como um todo, atentando-se para sua estrutura, tamanho, conteúdo e linguagem, mais adaptada ao público envolvido, buscando a discussão do Plano Territorial nas instâncias locais, em cada município. A maioria dos PTDRS não explicita uma estratégia de divulgação do mesmo, mas ela é importante, pois, dá visibilidade ao documento, comprometendo os atores sociais. (PTDRSS, 2009).

Propõem-se os seguintes pontos para assegurar o empoderamento do plano:

- a) Reuniões com Conselhos, Associações, Sindicatos e Prefeitura para divulgação do Território da Cidadania Grande Dourados e apresentação do Plano de Territorial;
- b) Realizar oficina para que o Colegiado conheça e se aproprie do documento Qualificado /PTDRS na íntegra e possa divulgar e executar as ações de forma descentralizada;
- c) Sensibilizar as pessoas envolvidas através de oficinas municipais para que todos sejam beneficiados;
- d) Usar o meio de comunicação, municipal para divulgar as ações do território, além de cartazes, panfletos distribuídos em Associações, AGRAER e demais entidades competentes envolvidas diretamente no plano de trabalho;
- e) Divulgação do PTDRS as Câmaras de Vereadores, sindicatos, CMDRs, CIDECO, Conselhos de Saúde e outras entidades;
- f) Impressão e distribuição do PTDRS aos atores locais;
- g) Fornecer cópias do PTDRS aos municípios e instituições facilitando o controle social e a avaliação de todos;
- h) Divulgar para as representações dos 12 municípios as necessidades da Agricultura Familiar, com vista a transformação da nossa realidade;
- i) Através do Núcleo Diretivo do Território, formalizar o Plano em Conferências e Audiências Públicas convocar as representações das esferas de Governo e homologar programas e locação de recursos;
- j) Promover uma reunião com o poder público para que possam conhecer o PTDRS e assumir compromisso para sua execução.

- a) Realizar uma Conferencia Municipal com participação dos membros do colegiado, CMDRs, Prefeituras e suas Secretarias, Sindicatos, Organizações Sociais para divulgar, mobilizar e comprometer diversos atores na execução do Plano;
- b) Convocar uma assembléia do Colegiado com a Presença dos 12 Prefeitos e estendida aos deputados e representantes do poder público e sociedade civil nas esferas municipal, estadual e federal para apresentação do PTDRS.
- c) Cada membro do colegiado territorial contribua na mobilização e divulgação em seu município.
- d) Apresentar o Plano para os CMDRs dos 12 municípios e garantir o apoio dos seus Conselheiros.



Território da Grande Dourados – Mato Grosso do Sul
Outubro de 2011